

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

RAFAEL JOÃO DIAS

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO
OESTE AFRICANO - UEMOA: VANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-
BISSAU.**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

SÃO PAULO

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

RAFAEL JOÃO DIAS

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO
OESTE AFRICANO - UEMOA: VANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-
BISSAU.

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a Orientação da Profa. Dra. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha.

SÃO PAULO

2016

BANCA EXAMINADORA:

Avaliação e Nota:

DIAS, Rafael João. Processo de Integração da União Econômica e Monetária do Oeste Africano-UEMOA: Vantagens da Guiné-Bissau. São Paulo-SP: PEPGEP-PUC/SP, 2016. [Dissertação ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, desde que citada com referência à autoria e reprodução, respeitados os termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, 26 de janeiro de 2016.

Assinatura: _____

À minha família,
Que me ensinaram perseverar,
A ousar e,
Lutar sempre por aquilo que acredito.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus por tudo que tem feito na minha vida e acredito que em todas as minhas conquistas nele faz parte.

Em memória dos meus pais que foram o meu sustentáculo e a base das minhas conquistas. Agradeço por ter me colocado nesse mundo e cuidar bem de mim. Vocês foram os meus heróis e de conduta exemplar que tem servido de guia para mim.

Aos meus irmãos que lutaram muito para os meus estudos desde ensino fundamental até agora. Confesso que tudo que eu sou hoje devo á eles. Muito obrigado por tudo, sei que não há nenhum valor tangível nesse mundo que pague o que fizeram por mim.

Meu agradecimento especial aos meus amores, à minha noiva, Cátia Missildes Freire de Pina, que ficou esse tempo todo ao meu lado incentivando e me fazendo acreditar que posso do que imagino.

Ao meu primogênito (filho), Daniel Freire Dias, motivo das minhas ousadas e lutas. Minhas desculpas, por algumas vezes que não pude estar ao seu lado e brincar com contigo quando precisava de mim.

Sobre a elaboração desta Dissertação, agradeço especialmente a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha. Tê-la como mentora, docente, guia é um privilégio. Tenho dito aos meus amigos e familiares que sou sortudo de tê-la como minha orientadora. O impecável profissionalismo e rigor faz da senhora um diferencial dentro da classe docente. Como minha mentora foi fundamente para que este trabalho tornasse possível.

Ao prof^o Dr^o. Racy agradeço pelas indicações bibliográficas e incentivos de ser mais objetivo e que tudo vai dar certo e as ideias concedidas durante a qualificação

Agradeço o prof^o. Dr^o. Ladislau Dowbor, uma enciclopédia.

A todos os professores que estiveram presentes nessa experiência inesquecível: Antônio Carlos de Moraes, Antônio Correa de Lacerda, Áquilas Nogueira Mendes, Elizabeth Borelli, João Machado Borges Neto, Júlio M. Pires, Luiz Moraes de Niemeyer Neto e Rubens Rogerio Sawaya.

Agradeço à Sônia, a secretária do programa pelas indispensáveis contribuições e orientações durante esta caminhada.

Também os meus agradecimentos aos meus amigos Engrº. Silvino Cabi, mestre Paulo Macote Ambrozio pelos incentivos dados durante este período. Sem esquecer o senhor Fausto Diniz da Silva Júnior, eu agradeço de profundo do meu coração. Obrigado!

Ao corpo discente, pelos momentos divididos juntos, as ajudas e intensas trocas de ideias, em especial aos amigos Edson Mendonça, Eline Emanoeli, Emelson Macedo Martins Pereira, Fabricio Machado, Luciana Lopes, Rafael Bombonati, Rodolfo Gonçalves.

E por ultimo, gostaria de agradecer a instituição, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e os seus funcionários desde o Reitor até ultimo funcionário de escalão. Fico grato pela oportunidade e conhecimento que me proporcionou. E agradeço o governo brasileiro por tudo que fez por mim através do CNPG (auxilio financeiro), assim, tornar a realidade o sonho de ser mestre.

RESUMO

As transformações econômicas mundiais ocorridas nas últimas décadas, sobretudo no pós-guerra fria, são fundamentais para entender as dinâmicas e expansão do fenômeno da formação de blocos econômicos regionais como ferramentas estratégicas para os países em desenvolvimento. O desafio da globalização imposta aos países africanos impusera a necessidade da integração como alternativa viável para sustentar o processo de desenvolvimento da região. O continente Africano mostra aspectos frágeis e vulneráveis que agravam a vários desafios, tais como infraestrutura logística, sistema de rede de transporte e à situação persistente de pobreza e miséria, resultante de um longo período colonial, à qual se soma erros políticos cometidos no período pós-independência e as políticas exercidas pelos imperialistas.

Este trabalho analisa o estado da integração regional no que diz respeito às relações comerciais, políticas econômicas e financeiras em regimes regionais, principalmente, União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). No decorrer da pesquisa constatamos que, em especial, a integração econômica e monetária regional oferece vantagens em termos de estabilidade monetária, o crescimento, a competitividade, o aprofundamento dos mercados financeiros e maior participação na economia global. Apesar dos benefícios que a integração pode trazer ao comércio e as finanças são necessárias um nível mínimo de atividades regulatórias para definir e naturalmente, promover o desenvolvimento almejado. Os Estados Membros necessitam organizar e implementar as atividades regionais. Particularmente, embora o processo de integração esteja sendo importantes para o desenvolvimento dos países membros, as distribuições dos benefícios são desiguais.

Palavras-chave: Integração regional/Desenvolvimento regional. UEMOA/Guiné-Bissau. Vantagens/Desvantagens. Exportações/Importações.

ABSTRACT

The global economic transformations that have occurred in the last decades, especially in the post-Cold War, are fundamental to understand the dynamic and expanding phenomenon that comprehend the formation of regional economic blocs as strategic alternatives to develop country areas. The challenge of globalization has forced African countries to look for integration as a viable path to sustain the development zone process. The African continent shows fragile and vulnerable aspects that aggravate several challenges such as logistical infrastructure, network transport system and the persistent situation of poverty and misery, resultant of a long colonial period, political failures occurred during the post-independence period and imperialists policies.

This research analyzes the state of regional integration, focusing on the commercial, economic and financial policies in regional schemes, especially on the West African Economic and Monetary Union (WAEMU). The economic and monetary integration offers advantages in terms of monetary stability, growth, competitiveness, financial markets development and stronger participation in the global economic scenario. The integration can benefit the financial and commercial market, although it needs a minimum level of regional regulatory activities to define and naturally promote the intended development. The member States must organize and implement the regional activities. Particularly, the integration process is being important for the African development, however the distribution of benefits is unequal.

Key words: *Regional integration/Regional Development. WAEMU/Guinea-Bissau. Advantages disadvantages. Exports/Imports.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGOA - African Growth And Opportunity Act
AOF - Federação da África Ocidental Francesa
APE - Acordo de Parceria Econômica
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO - Banco Central da África Ocidental
BM – Banco Mundial
BOAD - Banco de Desenvolvimento da África Ocidental
CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEA - Comunidade Econômica Africana
CENSAD - Comunidade Econômica dos Estados do Sahel-Sahariano
CEMAC - Comunidade Econômica e Monetária da África Central
CEPA - Comissão Econômica das Nações Unidas para África
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CER - Comunidades Econômicas Regionais
CFA - Comunidade Franco Africana
COMESA - Mercado Comum da África Austral e Oriental
EAC - Comunidade da África Oriental
EAC - Comunidade do Leste Africano
ECCAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Central
ECOWAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EU - União Europeia
FMI - Fundo Monetário Internacional
GATT - Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
IED - Investimentos Estrangeiros Diretos
IET - Integração Econômica Total
IGAD - Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento
INE – Instituto Nacional de Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IOC - Comissão do Oceano Índico
ICGLR - Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
MC - Mercado Comum

MEPIR - Ministério da Economia do Plano e Integração Regional
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MRU - União do Rio Mano
NAFTA - Tratado de Livre Comércio da América do Norte
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
OAMCE - Organização Africana e Malgache de Cooperação Econômica
OCAMM - Organização Comum Africana, Malgache e Maurícia
OGE - Orçamento Geral do Estado
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
OUA - Organização da União Africana
PAC - Pauta Aduaneira Comum
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PAU - Política Agrícola Única
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SACU - União Aduaneira Sul-Africana
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SSA - África Subsaariana
TIC - Tecnologias de Informações e Comunicações
UA - União Africana
UA - União Aduaneira
UEM - União Econômica e Monetária
UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UMA - União Árabe do Magreb
UNDP - United Nations Development Programme
UNECA - Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
ZLC - Zona de Livre Comércio
ZMAO - Zona Monetária da África Ocidental

SUMÁRIO

	Pag.
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1º - INTEGRAÇÃO ECONOMICA REGIONAL	6
1.1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO	8
1.2. TIPOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	12
1.3. FORMAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	14
1.4. A GLOBALIZAÇÃO E AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	17
1.5. AS VANTAGENS E OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	26
CAPITULO 2º - PANORAMA ECONÔMICO DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAIS EM ÁFRICA	33
2.1. ANTECEDENTES	33
2.2. AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO AFRICANA	38
2.3. OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO AFRICANA E OS DESAFIOS	43
2.4. AS COMUNIDADES ECONOMICAS REGIONAIS	49
CAPITULO 3º - UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO - UEMOA	54
3.1. ANTECEDENTES	54
3.2. GENESIS DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO	58
3.3. PAÍSES MEMBROS E A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UEMOA	64
3.4. PAÍSES PARCEIROS COMERCIAIS DE UEMOA	68
3.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UEMOA	73
3.6. ESTRUTURA FINANCEIRA DA UEMOA	74
3.7. ESTRUTURA ECONÔMICA: CONVERGENCIA E DIVERGÊNCIAS	78
3.8. FINANÇAS E DÍVIDAS EXTERNAS DA UEMOA	83
3.9. ECONOMIA INFORMAL DOS PAÍSES DO BLOCO	91
3.10. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DA UEMOA	96

3.11. COMÉRCIO INTRA-UEMOA E A SUA INCOSISTÊNCIA.....	100
CAPITULO 4º - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UEMOA	108
4.1. ANTECEDENTES	108
4.2. GUINÉ-BISSAU ANTES DA ADESÃO A UEMOA	109
4.2.1. Política Economia e 1º Programa de Ajustamento Estrutural.....	111
4.3. SITUAÇÃO POLÍTICA E SÍNTESE DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	116
4.3.1. A Estrutura da Produção Antes e Depois da Adesão.....	120
4.4. A EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS E TRANSAÇÃO DA CONTA CORRENTE.....	125
4.4.1. Transações em Contas Correntes.....	126
4.4.2. Exportações e Importações De Bens	128
4.4.3. Transferências de Capitais e Conta Financeira.....	133
4.5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UEMOA.....	134
4.5.1. Vantagens	136
4.5.1. Desvantagens	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
BIBLIOGRÁFIA	147

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA: Mapa dos Países da UEMOA	67
--	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Estrutura do PIB da UEMOA e Médias Setoriais do PIB (2011-2013)	73
GRÁFICO 2: Crescimento do PIB Real da Economia dos Países da UEMOA (2012-2014).....	81
GRÁFICO 3: Comércio Intra-UEMOA: Estados Membros (2011-2013)	102
GRÁFICO 4: Perfil da Exportação Extra-UEMOA Em 2013.....	104
GRÁFICO 5: Produto Interno Bruto (Em Milhões de Dólares)–1991-2014.....	119
GRÁFICO 6: Taxa do Crescimento do PIB Real em (Milhões de Dólares) – 1991-2014	119
GRÁFICO 7: PIB por Setor Econômico, 1992	120
GRÁFICO 8: PIB por Setor Econômico, 2012	121
GRÁFICO 9: Estrutura da Produção, 1992	123
GRÁFICO 10: Estrutura da Produção, 2012	124
GRÁFICO 11: Exportações e Importações da Guiné-Bissau por Destino (2007-2013).....	131
GRÁFICO 12: Taxa de Crescimento Real do PIB da Guiné-Bissau e UEMOA (2007-2014).....	140

TABELAS

TABELA 1: Criação e Desvio de Comércio (Modelo Hipotético)	29
TABELA 2: Indicadores Macroeconômicos dos Países Membros da UEMOA – 2014	66
TABELA 3: Conversão de Moeda (Franco CFA).....	69
TABELA 4: Comércio Extra UEMOA com os Blocos Econômicos e Alguns Estados não Membros (2011-2013)	70
TABELA 5: Comércio Intrarregional por Blocos Regionais Em (%) –	

1995-2014	72
TABELA 6: Evolução do PIB dos Países Membros da UEMOA (1997-2014).....	83
TABELA 7: Evolução das Finanças Públicas – (2013-2014).....	86
TABELA 8: Evolução de Balança de Pagamentos da UEMOA.....	87
TABELA 9: Convergência dos Estados Membros Em 2013.....	90
TABELA 10: Comércio Extra e Intra UEMOA (Em Bilhões de FCFA), 2009-2013	101
TABELA 11: Participação das Importações e Exportações Totais Intra UEMOA (%), 2005-2013	103
TABELA 12: Países Membros com Maiores Trocas Comerciais.....	106
TABELA 13: Indicadores Macroeconômicos, 1987-1991	114
TABELA 14: Principais Indicadores Macroeconômicos Entre (1990-1996) e (2000-2009).....	125
TABELA 15: Principais Saldos na Balança de Pagamentos, 2007-2013	126
TABELA 16: Evolução da Balança de Pagamentos (Em Milhões de FCFA)...	127
TABELA 17: Exportações e Importações de Principais Produtos	129

INTRODUÇÃO

O processo de integração econômica regional faz parte da lógica de estratégia dos governos dos países africanos face aos desafios que se impõem através da globalização e do sistema financeiro mundial. No entanto, conforme a ideia da integração foi se consolidando ao longo do século XX e ganhando maturidade, os impactos gerados se aprofundam influenciando as sociedades e entidades governamentais. Inserido no contexto internacional da globalização, preocupação da União (UEMOA) é criar condições adequadas para deixar melhor integrada os países membro no processo da participação na cadeia global de valor.

Conforme demonstra I. Wallerstein (1985), o sistema capitalista historicamente tem gerado desigualdades no decorrer do espaço-tempo. François Chesnais (1996) também demonstra que a expansão do sistema capitalista ou a mundialização de seus efeitos através da centralização do capital financeiro, em conexão à descentralização da produção real e circulação, demarcaram novos horizontes nas economias e na geopolítica do mundo. Ainda, nos termos deste autor, através da internacionalização e da globalização econômica observa-se à nova forma de produção e controle da força de trabalho impostas pelos capitalistas industriais e financeiros, e a marginalização dos países excluídos destes processos.

Evidencia-se, assim, cada vez mais, a necessidade por parte dos Estados, a articulação de políticas públicas e planejamento a longo prazo e uma reflexão mais profunda sobre os fenômenos globais e regionais, principalmente em países periféricos nos quais se inserem os projetos de suas políticas externas. Isto compreende deixar os mercados mais atrativos para o capital exterior. A agressividade das atividades econômicas, impulsionada pela globalização e o sistema capitalismo contemporâneo, que exige dos países periféricos e os que formaram blocos uma estratégia favorável à convergência para o crescimento entre os Estados membros de blocos e organizações internacionais, com objetivo de aumentar competitividade regional. Enfrentar os problemas estruturais, como a degradação das zonas rurais e fugas migratórias de populações em procura de

trabalho nos centros urbanos, associados aos problemas de infraestruturas e logísticas, reforça a ideia de que estes países precisam ter a capacidade de criar estrutura adequada para atender essa demanda.

Sendo as economias africanas dependentes de um mercado mundial globalizado e por serem economias primárias e de autossustentabilidade em sua maior parte, necessitam financiar suas atividades produtivas voltadas tanto para as exportações de produtos primários como *commodities* mineral, assim como para atender a crescente demanda de seu consumo interno com produtos manufaturados importados fora da região. Isto faz com que estas economias se tornem mais frágeis perante qualquer turbulência externa.

Neste contexto, a hipótese e problema central desta pesquisa concentram-se em avaliar a coesão e a convergência macroeconômica da UEMOA e os empecilhos das trocas inter-regionais. Verifica-se uma inconsistência, coordenação e harmonia de políticas econômicas e de segurança regional que evidencia fraqueza desse processo de integração regional conforme salientou Carlos Lopes na 25ª Cimeira da União Africana *“a harmonização das políticas comerciais através da zona de livre comércio e o aprofundamento da integração do mercado é uma das condições necessárias para industrialização dos países africanos”*. (UNECA, 2015, online). Nesta mesma Cimeira, proferindo palavras perante o Conselho Executivo, a Dra. Nkosazana Dlamini Zima denuncia: *“o comércio entre os países africanos permanece abaixo dos padrões globais, embora seja verificado progresso em algumas regiões através das suas Comunidades Econômicas Regionais (CERs)”*. Pois, estes seriam problemas que as comunidades econômicas africanas enfrentam na ausência de heterogeneidade de produtos para fomentar o comércio inter-regional.

Porém, o problema não é simplesmente aumentar a dinâmica comercial, mas há necessidade de uma articulação política entre os países participantes do bloco, tendo em vista alguns países da união enfrentar constante instabilidade política. Este é um dos desafios nos quais, os países africanos inclusive da UEMOA, vêm enfrentando, e que impedem a evolução do processo de integração, pois, acaba de alguma forma enfraquecendo a organização da união, assim, gerando maior desconfiança entre os membros e a aqueles que querem investir nesses países.

Cientes destes desafios, alguns líderes africanos analisam mecanismos que possam ser implementados para fazer crescer o comércio inter-regional. Em vista disso, reconhecem a urgência de acelerar a integração da África, tendo em vista os desafios do regionalismo em meio à globalização.

Esta urgência se reflete na criação da Comissão da União Africana e na orientação das unidades da Comissão, para promover uma integração mais forte. Nesse contexto, os líderes africanos incentivam o fortalecimento e a promoção do processo de integração regional, adotando finalmente os acordos da *Nova Parceria para o Desenvolvimento* (NEPAD), como modelo de monitoramento da boa governança, a nova forma de intervenção de líderes africanos para enfrentar os desafios críticos que confrontam o continente: a pobreza, a marginalização internacional da África e um processo de desenvolvimento.

Sendo assim, os benefícios proporcionados pela globalização não são iguais para todas as regiões e países, fazendo com que estes países pobres ficando cada vez mais as margens de alcançar o desenvolvimento almejado. De acordo com Claudio O. Ribeiro (2007), tendo em vista os fatores tendências implícitos à presença de Estados mais frágeis em África, caracteriza-se como uma região com alta possibilidade de atraso nos requisitos da preferência e atrativo de investidores externos em relação às outras regiões de estrutura mais avançada. Todavia o autor reconhece que a África tem enorme potencial de vir a obter as vantagens mais expressivas da integração ocasionada pelos baixos custos de mão de obra e o elevado grau de crescimento que hoje apresenta, além da brecha existente entre as tecnologias e as diferenças salariais e pelos processos de globalização e regionalização.

A UEMOA como uma das Comunidades Econômicas Regionais (CERs) do continente, tem a missão de não só fortalecer o comércio inter-regional, mas também é importante criar condições adequadas que façam com que os países membros usufruam os benefícios proporcionados pela globalização e avanço tecnológico. Desse modo, a perspectiva de um mercado mais amplo atraiu as classes empresariais da região, que têm apoiado desde o início a proposta da união, apostando num progresso da integração e coordenação das políticas macroeconômicas entre os países membros. O que incentivou a proposta ainda mais ambiciosa da integração da UEMOA no arranjo regional maior da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com vista à

criação de um mercado regional unificado e de moedas entre os 15 Estados-membros. Porém a proposta da unificação dessas duas comunidades ainda por enquanto não se tornou real.

Em decorrência da crise financeira internacional, os desafios para o desenvolvimento socioeconômico, perante a queda dos preços de commodities, principalmente, petróleo, metais e minerais e outros produtos primários que são essenciais nas exportações desses países, levou as autoridades da UEMOA (Conselho de Ministros) a manifestar-se sobre efeitos da crise financeira internacional e seu impacto na economia regional, nos investimentos estrangeiros diretos (IED) e o crescimento da economia. Diante disso, comprometeu-se acelerar o processo das reformas macroeconômicas a nível estrutural e setorial para diversificar a base produtiva da união.

Diante disso, o objetivo da nossa pesquisa visa pautar em análise teórica e empírica apoiada em diferentes pontos de vista teóricos, principalmente, a teoria de integração clássica de Bela Balassa, mas de ponto de vista estruturalista/dirigista no que concerne em análise crítica, visando analisar o processo da integração da UEMOA, os benefícios e os obstáculos enfrentados desde a sua criação em 1994 e, principalmente, analisar as vantagens da adesão da Guiné-Bissau a esta união. Guiné-Bissau foi o último país aderir à união e o único da ex-colônia portuguesa, todos os outros membros já compartilhavam da mesma moeda, Franco CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana) desde 1952, ancorada em Franco francês, hoje indexada em euro. Também visa trazer as informações sobre as economias destes países e as trocas comerciais entre eles.

Para realização da pesquisa optamos pela aplicação do método indutivo que nos permitiu recolher dados suficientes para sustentar a nossa base de pesquisa. Para tal, usamos a técnica de pesquisa bibliográfica e exploratória na qual em 2014 o pesquisador fez visita ao seu país de origem (Guiné-Bissau) onde recolheu informações/dados através do banco central da união (BCEAO). Também foram usados artigos de produção de vários atores africanos e de outros autores não africanos em que maioria deles foram escritos em idiomas não português cujas traduções é de inteira responsabilidade do pesquisador.

A Dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo conceitua o enquadramento teórico da dissertação. Debruça-se sobre a integração econômica regional, buscando os principais conceitos e autores que debateram sobre o tema. O pesquisador tenta não ser incauto começando análise deste capítulo conjugando os principais autores clássicos e a classificação de tipo de integração, formas e a influência da globalização e as vantagens que o processo de integração regional proporciona para os membros.

O segundo capítulo fez-se uma avaliação panorâmica geral sobre o processo de integração econômica regional em África, as propostas e os desafios impostas pela globalização tanto politicamente e socioeconômico e as dificuldades das comunidades econômicas regionais enfrentadas para implementar e dinamizar o comércio inter-regional.

O terceiro capítulo apresenta o contexto geral da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), desde gênese da sua criação, a situação sóciopolítico e socioeconômico dos países membros, a estrutura da organização e comércio intra e extra bloco.

E por último, discutimos sobre as vantagens e desvantagens da integração da Guiné-Bissau ao UEMOA, analisando antes de depois da adesão do país a União, os benefícios que a união proporcionou ao país até então, principalmente no diz respeito a controle de inflação, porém sem esquecer que a constante instabilidade política não deixou o país competir de igual aos parceiros e beneficiar das condições proporcionadas pela união.

CAPITULO 1º

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Os processos de integração econômica abraçam um contínuo processo de relação entre a liberação e acompanhamento do comércio inter-regional e a harmonização das políticas dos países participantes. A globalização e o crescente fluxo de capitais transnacionais, junto com a ameaça da competitividade de economias internacionais, exigem dos Estados capacidades estruturais e de competitividades para protegerem seus mercados internos e ao mesmo tempo dialogar e interagir com outros Estados. As transformações verificadas no cenário mundial, principalmente após a guerra fria provocariam em alguns países, diferentes tipos de acordos de integração econômica, acordos preferenciais, associações entre países vizinhos, visando uma melhor inserção competitiva na ordem econômica mundial, nos quais, mutuamente, são concedidas vantagens (SILVA, Karine de S. & COSTA, Rogério S. da. 2013. p.13).

Estes acordos favorecem uma atuação conjunta de países no mercado mundial retirando barreiras de comércio e apontam para as vantagens de buscar-se maior integração e desenvolvimento econômico. No rastro dos exemplos da Europa e da União Europeia têm surgido inúmeros acordos de integração econômica regional em diferentes continentes. Segundo a Organização Mundial do Comércio–OMC (2015) houve um processo acelerado de acordos comerciais entre países desde o início dos anos noventa. Até o início de 2015 haviam sido registrados na OMC cerca 612 notificações de acordos, sendo 406 já em vigor. Ainda, conforme o mesmo documento, as principais razões que levaram alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento firmarem acordos comerciais foram à possibilidade de crescimento econômico através do acesso a um mercado maior; o fortalecimento de reformas de políticas internas; o aumento do poder de barganha nas negociações multilaterais no âmbito da OMC; a possibilidade de assegurar aos países pequenos acesso a mercados de países grandes; formar alianças estratégicas para prevenir futuros conflitos políticos ou bélicos entre os países membros. (Ibidem. Ibidem. Online).

Nesse sentido os governos não têm somente razões políticas como preferências, mas também econômicas e comerciais, de defesa e segurança.

Igualmente fundamentam-se nas vantagens obtidas através das mudanças verificadas nas estruturas de comércio existentes e que perpassam necessariamente as estruturas produtivas existentes.

Os acordos regionais são vistos como uma das formas dos países resolverem seus problemas comerciais através do acesso e ampliação de mercados regionais. Inclui-se, nesses problemas, a necessidade de criação de oportunidades de investimento lucrativo tanto nacional como externo e a necessidade de atração de recursos financeiros.

Na avaliação dos méritos da integração entre estes países, a questão mais relevante não é tanto o seu impacto na estrutura produtiva e comercial existente, mas antes o seu impacto nas estruturas que provavelmente emergirão se não se verificar a formação de agrupamentos regionais. (ROBSON, Peter. 1985. p.229).

Nesse contexto ressalta-se a importância das vantagens da integração comparada com a ausência de cooperação sem integração. De maneira geral, o agrupamento dos países se apresenta como uma forma mais viável para garantir um desenvolvimento sustentável dos países membros de um bloco.

Segundo Paulo José Whitaker Wolf,

... não há, no âmbito da teoria econômica, um consenso sobre o papel da integração regional no processo de convergência real. Enquanto a teoria neoclássica do comércio internacional e do crescimento econômico é bastante otimista sobre os efeitos da abertura das fronteiras à livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, sobre as assimetrias internacionais a teoria da nova geografia econômica, a teoria pós-keynesiana e a visão cepalina mostram-se bem mais cautelosas. Para elas, as forças de mercado nem sempre são capazes de produzir os resultados esperados. (WOLF. 2011, p.13).

Nesse contexto, quanto maior for a importância da ação estatal nas diferentes concepções econômicas, maior tende a ser o ceticismo quanto às integrações profundas entre países diferentes. É justamente por meio da defesa da liberalização de mercados que se justifica, para os ortodoxos, a implementação do processo mais profundo de integração regional. O pensamento dominante sobre integração entre países é ortodoxo, e inclui não apenas a concepção neoclássica mais antiga, mas também as dos atuais novos-clássicos e novos keynesianos. É a crença no mercado como sistema mais eficiente de regulação econômica que une esses autores em maior ou menor grau, levando-os a esperar a convergência econômica entre países mais e menos desenvolvidos, com o capital dos primeiros fluindo para os últimos em busca de rentabilidades maiores, estas decorrentes de maiores oportunidades de investimento.

1.1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

A palavra *integração* tem origem latim *Integrare*, que significa o ato ou efeito de integrar, assimilar, reunir, tornar inteiro. A palavra *integração* tem significado diferente dependendo do contexto literário em que se insere. Contudo a *integração* compromete sempre dedicações conjuntas e coordenadas entre elementos ou grupos sociais de diferentes segmentos (seja econômico, político, cultural ou religioso), pois é a forma essencial na qual as partes podem constituir um todo sem perder a sua individualidade.

Já a *integração regional* é entendida como um processo de agregação de dois ou mais Estados que praticam certas solidariedades e interdependências entre si, com o intuito de atingir as metas traçadas e firmadas nos acordos formulados entre as partes signatárias. (OLIVEIRA, Odete de, 1999, p.30).

Nesse sentido, considera-se que a Teoria da *Integração Econômica* teve como uma de suas origens a *União Aduaneira*. Esta, por sua vez, vem da Teoria do Comércio Internacional. Entre os principais autores desta teoria, Jacob Viner foi um dos primeiros a falar sobre os principais efeitos produzidos pela *União Aduaneira* na criação e desvios do comércio internacional. (VINER. *Apud FERREIRA, Graça Ernes, 1997. p.30*).

Outro autor que deu importante contribuição sobre o processo de *integração econômica* foi Béla Balassa (1962), que elaborou teoria da *integração econômica* através dos mecanismos de comércio internacional. Segundo Balassa, o Estado teria um papel importante no incremento das medidas políticas econômicas para deixar mais forte o processo de *integração*. Para tal, ele separa a *integração* como processo e como situação. Como processo será o conjunto de medidas tendentes a abolir a discriminação. Como situação, a *integração* corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre economias nacionais;

Jan Tinbergen (Prêmio Nobel de Economia em 1969) apresenta o processo de *integração econômica* como a formação de um arcabouço mais apetecível para a economia mundial diante da necessidade de superar as barreiras artificiais, um exercício ótimo para a inserção determinada de todos os elementos desejáveis de coordenação e de unificação. (CARDOSO, Oscar V. 2008. p.38). Por sua vez, Fritz Machlup expõe três focos essenciais que

contribuem para um processo de integração econômica: a divisão do trabalho, a mobilidade de fatores e de bens, e a discriminação ou a não discriminação na conversão de bens e fatores. (Idem. Idem).

Segundo Robert J. Carbaugh, integração econômica é um processo de eliminação de restrição ao comércio, aos pagamentos e à mobilidade de fatores internacionais, que resulta na união de duas ou mais economias nacionais por meio de um acordo comercial regional (CARBAUGH, 2004, p. 290), enquanto que para Béla Balassa a integração econômica é um processo onde são abolidas as barreiras comerciais entre Estados participantes, permitindo a circulação de mercadorias, serviços e capital sem restrições. (BALASSA, Idem, pp.12-4). Ainda, nos termos de Balassa, só haveria integração de fato com a eliminação de barreiras ao comércio e não mera redução de tarifas, que caracterizaria mais o processo cooperativo do que integração em si.

Para Dominick Salvatore (2000, p.175), a integração econômica refere-se a política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de formas discriminatórias, somente entre as nações interligadas. Peter Robson entende não existir consenso no conceito de integração econômica, mas a integração econômica está ligada a melhor forma de uso de recursos disponíveis nos espaços que constituem um bloco. Para isso, cabe cumprir as condições necessárias a sua eficiência, como a liberdade de circulação de bens e fatores de produção e a ausência de discriminação. (Idem, Idem, p.14).

De acordo com a interpretação estruturalista da Cepal, a integração econômica define-se na condução do Estado através de medidas administrativas e legislativas. (PREBISCH. 1963. pp.119-ss). Jacob Viner, um dos promotores da teoria de comércio internacional, tendo como destaque a União Aduaneira como um dos instrumentos políticos que os Estados podem implementar para aumentar comércio entre eles.

Os clássicos acreditavam que somente o livre comércio mundial proporcionaria uma condição “ótima”, porque era o único instrumento que permitia todos os agentes econômicos, tanto produtores como consumidores, alcançarem a máxima satisfação possível (MUNDELL, 1961 e MCKINNON, 1963). De acordo com Mundell, é a flexibilidade de fatores que substitui a necessidade de oscilação cambial, tornando ótima a área para união monetária. Para McKinnon, é o medo de pressões inflacionárias, quando o preço dos bens de

consumo aumenta, que o levam a pregar a taxa fixa ou bloco econômico e monetário entre países. Nesse caso, o processo de integração ou união monetária é vista como forma de garantir a estabilidade monetária através de uma instituição monetária supranacional (banco central do bloco) responsável de emissão monetária e controla a política monetária e cambial dos países membros.

Portanto, o fato de eliminar barreiras aduaneiras entre alguns países e manter barreiras em outros, não nos condiciona teoricamente de modo abstrato, pois tal mudança poderá constituir melhoria ou não, relativamente ao período anterior antes da eliminação de barreiras aduaneiras.

Segundo Peter B. Kenen, referindo-se a David Hume, os preços e os momentos de comércio autorregulariam a quantidade de dinheiro. De acordo com o mesmo autor, Adam Smith explica que uma “mão invisível” proporcionaria uma concorrência do mercado, sendo justo e benéfico à sociedade. Dessa maneira, sem a intervenção de outro ente (o Estado) as coisas (de ordem material) seguiriam a ordem natural no sentido do bem-estar do povo e, portanto, as restrições sobre importações seriam ilógicas. (KENEN, 1998, p.9).

Por sua vez, Paul R. Krugman considera integração de mercados de produtos e de mercados de fatores um grau avançado de integração econômica, ou seja, a grandeza do comércio entre os países e as áreas monetárias caracterizadas pela facilidade de mobilidade que o trabalho e o capital possam exercer entre os países membros. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005, p.464). No entanto, como demonstra Immanuel Wallerstein (2001) e seus seguidores, a “economia-mundo” sempre transcende os limites locais, nacionais e regionais, não só na esfera econômica, mas também nas esferas política, social e cultural, fenômeno observado desde os primórdios do colonialismo (América) e imperialismos. Com este processo, afirma Octávio Ianni, o capital destitui-se de todas as barreiras para sua evolução, desde as relações culturais tradicionais de diferentes tribos, etnias, clãs, etc. aos Estados nacionais, soberania, nacionalidades, tudo em prol da ampliação e globalização dos mercados. (IANNI, 2000. p.79).

No conjunto, os estudos inspirados na tese da interdependência das nações procuram reconhecer aspectos mais ou menos novos e notáveis da mundialização, mas sempre fundado no emblema da sociedade nacional, ou melhor, do Estado-nação, no suposto de que a essência desse Estado é a soberania; uma soberania que está sendo franca e drasticamente redefinida no

jogo das relações, processos e estruturas que constituem a sociedade global. (Idem. Idem. p.80).

Desse modo, continua Ianni, as organizações funcionam com base na interdependência definida pelo sistema, um jogo onde todos os atores jogam com estratégias táticas, sempre segundo uma escolha racional. Ianni também vê como utópicas as articulações e as formulações de políticas regionais de integração, visando o equilíbrio entre as nações, como simples idealizações teóricas que não têm fundamento concreto ou base sustentável na história do sistema capitalista.

Entretanto, uma das formas mais problemáticas nos estudos da integração econômica regional é a União Aduaneira (UA), pois a partir dela podemos analisar outras formas ou fases da evolução de uma integração econômica regional, conforme descreve Graça Ferreira:

A realidade, por outro lado, tem revelado a União Aduaneira como a forma privilegiada de consolidar a integração econômica, pois cria um laço de solidariedade entre os Estados participantes – a pauta aduaneira comum – que, além de enquadrar e unificar os seus mercados, os transforma num interlocutor único perante o exterior. (FERREIRA, Idem, p.32).

Nesse contexto, a dificuldade em conceituar a integração econômica não está somente na definição de um modelo ideal ou perfeito a ser seguido pelos Estados membros, devido às peculiaridades existentes entre diferentes Estados de orientação doutrinária e ideológica. De acordo com Gunnar Myrdal constata-se a divergência entre os conceitos de integração econômica nas concepções clássica e estruturalista ou dirigista. (Myrdal, 1967, p. 26).

Para Myrdal, a integração baseia-se na eliminação de entraves tarifários de ordem social, cultural e econômica entre os países membros e que podem ser verificados tanto no plano nacional como internacional. (Idem. Idem. p.28). Ainda, nos termos do autor, enquanto no plano internacional não se pode falar de integração econômica enquanto exista uma lacuna assimétrica entre regiões e classes sociais, na visão do autor a integração econômica consiste em lutar pela igualdade de oportunidades para todos. Neste sentido, a igualdade de oportunidades não é objetivo inalcançável. Por isso o papel do Estado, como interventor, é primordial no processo de busca da diminuição da desigualdade regional.

Como se pode verificar nos argumentos de Myrdal, a clareza no sentido de entender a complexidade exigida por qualquer processo de integração representa um processo político em que os fatores econômicos exclusivos perdem importância frente à dinâmica global da sociedade. Portanto, a verdadeira integração estaria vinculada na promoção do desenvolvimento da solidariedade expressa pela aceitação de “sacrifícios”, por parte dos Estados mais ricos, em prol dos menos favorecidos.¹ Finalmente, para Amado Luiz Cervo, o objetivo da formação de um bloco econômico jamais pode ser levado como sendo uma decisão unilateral de um dado país. A decisão geralmente parte da vontade política comum de outros países, com caráter de negociações bilaterais, em blocos e em escala global. (CERVO, 2008. p.153).

1.2. TIPOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

A proliferação ou expansão do processo de integração econômica regional representa uma evolução e esforço por parte dos Estados, no sentido de fortalecer uma relação permanente e voluntária para fins pacíficos, por meio da não discriminação das fronteiras físicas nacionais. (SILVA & COSTA, Idem. p.13).

Edenilza Gobbo indica que a cooperação tem grau evolutivo menor no sentido de complexidade do que a integração econômica. Ainda, nos termos da autora, a cooperação visa normalmente instituir medidas e ações voltadas a reduzir a discriminação entre os países tanto no âmbito comercial como na harmonização das políticas econômicas, sem ceder o poder soberano. Enquanto a integração econômica vai além da simples cooperação, os Estados nacionais são obrigados a abdicarem em parte da sua soberania em prol das instituições supranacionais e colocar em prática os mecanismos cujos objetivos são a eliminação das barreiras comerciais entre os Estados membros e uma política comum perante os países não membros. (GOBBO, 2001. p.12).

Para Béla Balassa a cooperação inclui várias medidas, voltadas para a harmonização das políticas econômicas e a redução da discriminação entre os países. Já o processo de integração econômica encerraria medidas que obrigam realmente a supressão de algumas formas de discriminação.

¹ É relevante manter a ideia a que contexto de integração se refere Myrdal e a divergência conceitual existente no seio do tema.

A diferença pode ser constatada tanto na esfera qualitativa como na esfera quantitativa. (BALASSA, Idem. p.12). Joel Alo Fernandes apresenta em sua Dissertação (2007) que a diferença se encontra na estrutura desses processos. Segundo o autor,

... a estrutura das organizações internacionais de simples cooperação encontra-se direcionada no marco essencial de favorecer e promover a harmonização e coordenação das políticas dos Estados, função esta geralmente executada através do próprio aparato estatal e sobre base de técnicas de caráter horizontal, pois correspondem à natureza de relações entre os sujeitos internacionais iguais e independentes, resultando respeitadas suas soberanias estatais, deixando de interferir nas competências política-institucional dos Estados. (Idem. Idem. p.29).

Sob outra ótica, Gobbo apresenta dois tipos de integração: integração internacional e integração regional. A integração internacional está inserida principalmente no palco da mundialização da economia, no contexto do sistema transnacionalizado, fora das decisões burocráticas dos Estados, independentemente da nacionalidade ou localização de suas sedes ou filiais, uma vez que as empresas transnacionais não se identificam por marcas de nacionalidades. Nesse sentido, é um processo comandado pela internacionalização dos mercados, obviamente contaminado pela facilidade e mobilidade do capital. (GOOBO, Idem, p. 14). Quanto à integração regional, ela surge como objeto de acordos políticos que visa promover o desenvolvimento econômico e social entre países vizinhos ou geograficamente próximos, objetivando vantagens de acordos resultantes deste processo. Trata-se de um processo marcado pelo objetivo político comum de Estados, no sentido de criar, ampliar e manter seus próprios mercados econômicos protegidos.

A diferença fundamental entre esses tipos de integração está na determinação do sujeito ativo, pois integração internacional é produto da ação de empresas transnacionais, enquanto a integração regional é fruto da ação consciente dos Estados em formularem acordos econômicos regionais. Apesar da diferença entre os dois conceitos, é certo que esses fenômenos estão intrinsecamente ligados, podendo-se até afirmar, em certo sentido, que a integração regional decorre da exigência da integração internacional, no que se refere ao aumento de eficiência, redução de custos, exploração de economias de escala e especialização, que somente a queda de barreiras e a abertura de mercados podem permitir. (Idem. Idem. p.12).

No entanto este processo vem atingindo os países vizinhos de todos os continentes, inclusive na África.² Nesta mesma concepção, Odete Maria de Oliveira afirma que a integração regional tem uma compreensão mais extensa, sendo expressa para explicar o comportamento e tendências da economia capitalista e sua inerência a interdependência entre as diferentes Nações, e disputas entre as grandes corporações concorrentes com interesses transcendentais aos limites territoriais e objetivos de Estados nacionais. Enquanto a integração regional resultante de uma situação internacional decorrente de acordos políticos entre os países vizinhos ou geograficamente próximos, visando vantagens. (OLIVEIRA, 1999, pp. 33-4). A autora afirma que, diante do processo da globalização os países ficam cada vez mais vulneráveis e mais dependentes, oscilantes e desequilibrados, procurando, em consonância, soluções econômicas, políticas e sociais regionais, que os deixam mais fortalecidos. Esta procura os direciona a adotar uma união em blocos, criando um mercado comum que os torne mais competitivos. (Idem. Idem. p. 34).

1.3. FORMAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

O fenômeno de integração econômica regional representa na atualidade mudanças na estrutura dos blocos que correspondem às políticas comerciais em cada fase ou etapa do processo de integração. De acordo com Carbaugh (Idem. pp.289-91), geralmente as formas adotadas pelos países são as seguintes: zona de livre-comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica e monetária; e integração econômica total.

- **Zona de Livre Comércio (ZLC):** inclui países que concordam em eliminar todas as barreiras sobre o comércio mútuo, mas mantêm políticas independentes em relação aos não membros. Há uma preocupação em relação ao tratamento fiscal igualitário aplicado aos Estados-membros, com a consequente retirada dos impostos de importação e exportação. Neste contexto, cada Estado tem de eliminar todos (ou quase todos) os direitos de alfândega, bem como as restrições sobre o comércio dos produtos originários dos Estados que integram a zona. Como geralmente todos os Estados-membros têm intuito em aumentar seu

² O bloco econômico UEMOA, analisado nesta Dissertação, é hoje um dos blocos econômicos que mais evoluem entre os acordos regionais celebrados no continente africano.

comércio, não há maiores dificuldades para a adoção das regras impostas no acordo assinado. Este é o caso do NAFTA.³

Outras características desta forma de integração, indicada por Carbaugh, é a aplicação da regra de origem dos produtos, com intuito de conter qualquer desvio de um país membro, que vise obter vantagem utilizando uma taxa reduzida para venda de produtos importados fora dos Estados-membros.

- **União Aduaneira (UA):** é um acordo entre dois ou mais países parceiros, comerciais, cujos membros adotam, além da eliminação mútua das barreiras sobre comércio, restrições comerciais ou política comercial uniforme em relação aos não membros.

A União Aduaneira representa um passo a mais em relação à zona livre-comércio (ZLC), por criar no mínimo regras comuns que garantem a liberdade de concorrência, e evitar ações harmonizadas por parte dos atores econômicos. Também, a negociação conjunta e uma pauta única para importação de produtos fora da comunidade fazem uma das características da (UA).

- **Mercado Comum (MC):** permite, no âmbito do bloco econômico, a circulação de bens e serviços entre os países membros, unificação da política comercial em relação aos não membros, movimentação livre de fatores de produção pelas fronteiras nacionais.

Para atingir esta etapa, os países signatários devem sistematizar as ações políticas econômicas, causando um maior avanço de harmonização do sistema de segurança social, tributário e trabalhista.

- **União Econômica e Monetária (UEM):** a UEM vai além dos acordos de livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, procuram harmonizar as políticas monetárias, fiscal e cambial, com a adoção de uma moeda única, e a criação de um Banco Central independente, para que possam operar sob condições análogas as dos países membros. Esta fase é mais avançada em relação às outras, pois exige os países membros a “abdicarem” de exercer suas políticas soberanas, em prol de uma instituição supranacional para administrar as políticas nacionais. A preservação dos aspectos apontados neste

³ A proposta norte-americana ao Brasil, feita pelos EUA, de formação de uma ALCA nos moldes do NAFTA, aceito pelo México e Canadá, e indicada pelo autor, foi rechaçada pelo Brasil e demais países da América do Sul.

modelo de integração reforça os vínculos monetários, econômicos e jurídicos praticados pelos Estados-membros.

- **Integração Econômica Total (IET):** é o último estágio da unificação das políticas monetárias nacionais e aceitação de uma moeda única de uso comum entre os participantes, administrada por uma autoridade supranacional.

Esta fase exige livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, além de igualdade de condições para os membros, em que é incumbida à instituição supranacional a responsabilidade de emissão e orientação da política monetária dos países membros. Alguns analistas dizem que esta fase se igualiza ou equivale à federalização do processo de integração e que, ao atingir estágio muito avançado, dificilmente se distingue da federalização.⁴

Estas diversas fases de integração, de graus variáveis, têm repercussões diferentes nos acordos entre países. Exemplo, as zonas de comércio livre, em que o relacionamento se faz, sobretudo, na especialização e infiltração das exportações entre os países membros, com o direcionamento a determinados setores de atividade que possuam maior vantagem comparativa. Enquanto no mercado comum a harmonização das políticas econômicas e a liberalização dos fatores de produção e de mão-de-obra favorecem um impacto maior nas trocas intra e interregionais.

Vale ressaltar que as três primeiras fases, acima indicadas, caracterizam uma integração puramente econômica. Desse modo, o bloco regional é marcado pela coesão de suas ações políticas (intergovernabilidade), enquanto as últimas duas fases caracterizam uma integração que ultrapassa as esferas econômicas, marcadas pelas instituições supranacionais.

A classificação indicada por Carbaugh tem sido utilizada como padrão analítico aos diferentes processos de integração existentes atualmente no mundo, como, por exemplo, a União Europeia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Ela serve, ainda, como parâmetro para revelar, de forma precisa, a fase de desenvolvimento atingida e para perceber se a mesma pode ser definida como um processo de integração.

⁴ Vide a exposição das fases/etapas da integração econômica regional, em CARBAUGH (Idem, p.292).

Ainda, e de acordo com Carbaugh, as formações dos blocos econômicos visam com a integração o acesso a um maior número de mercados, atraindo investimentos produtivos e financeiros, trocas comerciais, assim gerando um aumento do mercado consumidor. Porém seus resultados positivos na busca dos países atingirem maiores níveis de competitividade e atraírem maiores fluxos de investimentos internacionais aumentam o poder de negociação dos países perante outros países e empresas multilaterais. Desse modo entende-se a relevância considerável no incremento do comércio dos blocos e a aproximação política entre os interesses dos Estados membros. (Idem. Idem, p.294). Apesar das críticas, a integração tem sido apontada como a forma viável e necessária à sobrevivência dos Estados no processo da globalização mundial, caracterizado pelas constantes alterações, instabilidades e distintos níveis de polarização econômica, política, comercial e tecnológica.

1.4. A GLOBALIZAÇÃO E AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Em um mundo globalizado interdependente, o futuro econômico e político dos países não podem ser tratados isoladamente. O lugar de cada nação na rede global de trocas econômicas e as articulações políticas dos atores sociais, também deve ser levado em consideração. A revolução tecnológica, de informações e de comércio global deixa cada vez mais próxima às fronteiras das sociedades, em que multinacionais conduzem os negócios em escala global, com instalações de cadeias de produção em vários países e as mercadorias são comercializadas em toda parte. Os mercados de capitais dominam e respondem instantaneamente os sinais dos mercados em continentes distantes, permitidos pela velocidade das transformações em nível das comunicações, mídias eletrônicas e redes sociais. Motivos pelos quais os países são obrigados a lidar com os desafios de um mundo cada vez mais desafiador. (FALKNER, Robert. 2011. p.2).

segundo Amado Luiz Cervo afirma que a influência destes dois conceitos (globalização e a formação de blocos) reforça a tendência de como o sistema capitalista e a ideologia convencional dominante do neoliberalismo articulam as

relações entre as nações. Fatos que, por sua vez, têm como objetivo produzir ideias ideologizadas de liberdade de comércio e de fluxos de capital.

... a globalização exerce função de convergência entre as nações, à base do capitalismo como ordem, do liberalismo como ideologia e da superioridade estratégica norte-americana como segurança; por outro lado, a formação de blocos de nações limita o alcance global dessa convergência em curso. [...] as manifestações de opiniões e movimentos de protestos de massa indicavam que a globalização contribuía, de modo sutil, para aprofundar desigualdade entre indivíduos povos, semeando ricos e pobres, indivíduos e nações (CERVO, 2008. p.152).

De origem estruturalista, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), visto as desvantagens que a globalização representa para os países periféricos, devido atraso que representa suas economias, o Estado é visto como articulador principal e como indutor de políticas econômicas. Também, defendia a necessidade da proteção dos mercados internos e do trabalho, incentivo ao processo de industrialização e autossuficiência. A Cepal foi um dos primeiros órgãos a defender a necessidade de uma política de integração. (Idem. Idem. p.155).

Conforme Falkner (Ibidem), a interdependência econômica global ganhou ainda mais importância depois do fim da Guerra Fria. A União Soviética e seu império do Leste Europeu entraram em colapso, afirma, em parte porque o sistema econômico comunista não poderia manter-se com os avanços econômicos e tecnológicos alcançados no Ocidente. Assim que o domínio soviético foi derrotado, os países da Europa Oriental rapidamente procuraram reformar as suas economias e integrá-los na economia mundial e na União Europeia. Em todo o mundo, os países em desenvolvimento e países em transição abraçaram o modelo da economia liberal de mercado na década de 1990, dando assim um novo impulso ao processo em curso da integração econômica global. O mundo então pareceu, para muitos observadores, ter afinal iniciado um processo em grande escala de mudança e integração, que se tornou conhecido como "*globalização*".

Globalização é um dos termos mais usados e discutidos em debates contemporâneos sobre questões globais, mas poucos são capazes de fornecer uma definição concisa. Na verdade, existem muitas definições diferentes, apontando para diferentes aspectos da integração econômica, política e social global. No cerne do conceito é a noção de que "*o mundo está encolhendo*", no

sentido de que globalização está a crescer como consequência de uma rede cada vez mais densa de interações. O sociólogo Anthony Giddens, por exemplo, refere-se à *“intensificação das relações sociais a nível mundial, que ligam localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem muitas milhas de distância e vice-versa”*. (GIDDENS, 2005, p.23).

Por seu lado, Paul M. Sweezy (1.e.1942) vê uma lógica econômica de forma mais explícita na exploração internacionalizada do trabalho através do processo da globalização e aponta para *“a internacionalização da produção, a nova divisão internacional do trabalho, novos movimentos migratórios, a nova forma de colonização dos países periféricos.”* (SWEEZY, 1982, p.334).

Para Milton Santos, em especial para *“os países subdesenvolvidos, a globalização não passa de uma máquina de fabricar e aprofundar a desigualdade e pobreza perversa [...] Pois ela é, de alguma forma, auge do processo de internalização do mundo capitalista.”* (SANTOS, 2011, pp.19-23). Seguindo a mesma concepção sobre a internalização do mundo, Joseph E. Stiglitz afirma que a globalização tem duas faces: graças a ela, a expectativa de vida em todo mundo aumentou, houve a redução daquela sensação de isolamento que sentiam alguns países e povos. Por outro lado, a desigualdade de renda se agudizou entre os países mais desenvolvidos e os subdesenvolvidos, onde a maioria das pessoas ainda vive num estado de misérias profundas. Portanto se a globalização, em termos gerais, consegue reduzir a pobreza, noutra ponto ela não obteve êxito em garantir a estabilidade econômica e política para o mundo. (STIGLITZ, 2002, pp.30-2).

O que está claro na maioria das concepções é que não há consenso sobre a definição e os benefícios da globalização para uma melhoria global dos povos, porém todos acreditam que a globalização é um processo, e não denota um ponto final na evolução histórica da humanidade. A globalização deve ser vista como impulsionadora do processo de aprofundamento das relações existentes entre as diferentes sociedades e os indivíduos.

É neste contexto que se assiste a volta de uma das questões mais prementes dos debates contemporâneos do século XX e que se prende à sobrevivência dos princípios do Estado moderno: como permanece o papel do Estado nas políticas das *“relações internacionais”* em uma era de globalização. Conforme análise de Robert Falkner (2011), o papel do Estado na globalização,

na sua forma mais extrema de manifestações, pode ser um anacronismo que não é mais bem adaptado a um mundo de sociedades e economias interligadas, onde novas formas de governança terão de ser encontradas para coincidir com as redes globais emergentes de interação. De acordo com este ponto de vista, a globalização tende a minar a base da organização política dos Estados-nação e traz consigo a emergência de um espaço político supra mundial em que os indivíduos e os povos criarão novas formas de autoridade política e de governação. (Falkner. Idem. p.5).

Todavia alguns estudiosos continuam céticos quanto às possibilidades de tais transformações na esfera política. Como, por exemplo, Paul Hirst & Grahame Thompson para quem a continuação do papel dos Estados no fornecimento de segurança internacional e um quadro internacional no âmbito do qual a globalização econômica e social pode ter lugar, ainda apresenta forte evidência. (Hirst & Thompson. 2002. p.11). Na visão destes autores a globalização precisa de um ambiente político favorável que, no passado, foi fornecido pelos Estados. Ou seja, ao invés de fazer o papel dos Estados redundantes, a globalização depende de um quadro de apoio fornecido pelos Estados. Estes estudiosos preferem, no entanto, chamar de "*internacionalização*" ao invés de globalização, um conceito que destaca o papel contínuo dos Estados na integração da economia e das sociedades mundiais. (Ibidem. Ibidem).

De acordo com Regina Gadelha, "*Globalização é um nome com o qual se procura dar novas roupagens a velhos processos estruturais da expansão do capitalismo em escala mundial*". (GADELHA, 1997, p.51). E, portanto, também segundo Immanuel Wallerstein, o processo de expansão capitalista (globalização) não é novo. Trata-se de um sistema com características globais originado no século XVI, cuja expansão é contínua desde então. (WALLERSTEIN, 2001. p.35).

Desse modo, com as exposições sobre a globalização, vale refletir que a globalização da economia mundial provavelmente irá continuar a amarrar sociedades e economias de forma mais estreita.

Economistas liberais e outros adeptos da mesma corrente de pensamento vêm buscando neste processo de integração à esperança de uma maior cooperação e prosperidade para todas as nações envolvidas. Saúdam as oportunidades que a globalização oferece para o alargamento de mercados, aprofundando a divisão do trabalho e aumentando a produtividade, mesmo se

trouxeram consigo deslocamento econômico no curto prazo, mas que irá contribuir para aliviar a pobreza no longo prazo.

Por outro lado, os estudiosos da corrente oposta (estruturalistas), nas suas interpretações, entendem que a globalização mantém a ameaça de marginalização econômica e desigualdade global, homogeneização cultural e a erosão da soberania nacional. De acordo com estes autores, a globalização é vista como um processo que beneficia os ricos e não os pobres, as corporações multinacionais ao invés de as comunidades locais nacionais, do Ocidente e dos Estados Unidos, em particular, ao invés de desenvolver o mundo. Além disso, a crise financeira global e as recessões econômicas, iniciadas em 2008, sublinharam os perigos profundos de cada vez maiores integrações dos mercados financeiros, em meio à fraca supervisão regulatória do setor bancário por parte dos Estados.

Nesse contexto tornam-se indispensáveis à análise sobre as teorias da integração econômica regional as discussões que pautam sobre as questões e razões que levam muitas nações a se formarem com todos os desafios que a globalização impõe. Como já referido, as ideias acerca da integração econômica não são exatamente novas. Certamente a maior questão talvez seja a de compreender as razões pelas quais os Estados não conseguem alcançar o que deveria ser os objetivos de seu maior papel, estimular a formação de cadeias produtivas com a possibilidade de competição no plano internacional.

Joel A. Fernandes, na sua tese de doutorado, afirma que os estudiosos de integração econômica regional se apoiaram em vários pensamentos doutrinários com arcabouço teórico cuja metodologia foi direcionada para responder aos problemas do processo de integração econômica. É dentro este contexto que surgiram as concepções conhecidas como inspiradas na teoria Neofuncionalista de Ernest Haas, cujo objetivo era investigar o processo de integração da Europa. (FERNANDES, 2012, p.58). As manifestações doutrinárias observadas sobre o processo de integração econômica regional foram construindo as principais teorias de relações econômicas internacionais, entre elas destacando-se o federalismo, o funcionalismo, o neofuncionalismo, o intergovernamentalismo e o neoinstitucionalismo. De acordo com Odete Maria de Oliveira (1999 pp.46-57), podemos mencionar:

a) **Federalismo** - A teoria do Federalismo não é uma teoria científica apta para traçar uma construção teórica sobre conjunto de problemas estrutural da integração. Trata-se de uma teoria direcionada para estratégia política com objetivo tangível e compreendida em volta de uma união federal entre os Estados. Os Estados Europeus, com problemas fundamentais oriundos das duas grandes Guerras desenvolveram esta teoria que apontava para a criação de um governo mundial capaz de controlar os conflitos mundiais.

De acordo com Oliveira, a tese não é recente. Sua origem data dos séculos XVIII e XIX, com Immanuel Kant e outros filósofos que projetaram estudos visando à construção de uma tese da paz universal. Desta forma, o pensamento federalista foi uma das formas em que os atores políticos, especialmente na Europa Ocidental, se empenharam para estruturar a futura Comunidade Europeia. Este processo teve importância para o engajamento do pensamento federalista na Revolução Americana, que se apoia na estrutura da divisão de poderes, no sistema de controle e equilíbrio em favor do cidadão, e num sistema judicial para resolver os problemas de conflitos. Uma observação atenta percebe que esta teoria liga-se à perspectiva da prática e estratégia política através das quais se procura alcançar o objetivo final. (Idem. Idem. p.46).

b) **Funcionalismo** - Um dos primeiros teóricos do Funcionalismo foi David Mitrany, que pensou essa teoria como instrumento necessário para unir Estados pacíficos, com compartilhamento das soberanias através da ligação autoridade/território predominante nas teorias tradicionais.

O que diferencia a teoria federalismo do funcionalismo, segundo Oliveira, é essencialmente o campo de atuação da autoridade. O federalismo tem uma atuação predominante política enquanto no funcionalismo a atuação é especificamente técnica, ou seja, as normas não são instituídas previamente. (Idem, Idem, p.49).

Nesse sentido, de acordo com Oliveira, a teoria de Mitrany tem como objetivo entender a maneira de como se pode manter uma coexistência pacífica entre os Estados aproximando-os e mantendo a paz na Europa. Mitrany alega a necessidade de integrar os Estados a partir do instante em que os problemas de natureza técnica não são solucionados. Tendo-se os instrumentos, afirma, os ganhos são percebidos e as colaborações sobre as questões técnicas poderão passar para um estágio de cooperação política. (Idem, p.50).

Entre as características desta teoria, as instituições transnacionais são fomentadas para cuidarem das questões técnicas que, devido ao incremento das interligações entre as nações se tornaram mais complexas, requerendo um maior envolvimento entre elas. No entanto, a integração só será alcançada se os problemas técnicos forem capazes de ultrapassar os dilemas políticos, assim aumentando a necessidade de colaboração e levando à integração entre os países. Desse modo evidencia-se a relevância das diferenças entre política e técnica, também conhecidas como áreas de “*baixas e altas políticas*” nas quais as primeiras seriam aquelas estreitamente vinculadas à soberania nacional. Assim, a teoria funcionalista permite verificar e analisar as possibilidades concretas de uma evolução da integração e, em especial, a cedência de fidelidade individual ao novo centro de atuação.

De acordo com Karl Deutsch, entretanto, o funcionalismo significa a fusão parcial de algumas tarefas das quais estão incumbidos os governos participantes de uma instituição comum. Porém a maioria das tarefas não é relevante, já que não exige cedência de poderes com finalidades gerais para a nova instituição. Portanto o Funcionalismo e seus arranjos funcionais possuem pouco efeito sobre o sucesso ou fracasso dos esforços para estabelecer comunidades amalgamadas de segurança. (DEUTSCH. *Apud* Oliveira, Idem. pp.254-5).

c) **Neofuncionalismo** – Ainda, seguindo Oliveira, trata-se de uma teoria mais evoluída entre o federalismo e o funcionalismo, que procura responder cientificamente às questões de como é a integração e como funciona esse processo. Ernest B. Haas é considerado o fundador do neofuncionalismo. Este autor define a integração como o desenvolvimento no qual os atores políticos nacionais são convencidos a ceder suas lealdades, possibilidades e operações políticas para um novo centro, onde as instituições têm jurisdição sobre os Estados. (HAAS, *Apud* OLIVEIRA, Idem, p.51).

De acordo com a análise de Haas, embora o neofuncionalismo apresente muitos aspectos em comum com o funcionalismo, alguns pontos relevantes diferem esta teoria da primeira. Para Haas, a integração não é um processo mecânico, pois existem instrumentos de atores políticos internos que a inspiram e processam. Somente uma vez atingida a supranacionalidade ocorre a inconversibilidade do processo de integração. (Ibidem, Idem, p.53).

Oliveira expõe três motivos problemáticos que impulsionam os Estados a buscarem a integração (Idem, Idem, p.53):

1. Os autores neofuncionalistas acreditam que o processo de integração conseguiria o resultado formal com certo grau de constitucionalização, mesmo não definido o governo central, também importante no âmbito institucional;

2. Para o funcionalismo, o sucesso da integração depende da cedência das lealdades das pessoas aos novos centros de autoridade funcional, enquanto o neofuncionalismo o êxito está vinculado na articulação das elites e, em especial, na força modificadora que podem ter as demandas de soluções pautadas por grupos de interesse em nível supranacional;

3. O neofuncionalismo indaga a distinção entre áreas de alta e baixa política argumentando que a diferença entre o político e o técnico não se embasa, tendo em vista que as decisões são tomadas previamente. Assim concluindo que a integração regional entre os países mais homogêneos possui mais probabilidade de se realizar.

Como explica Oliveira, a ênfase do neofuncionalismo está na explicação/identificação dos problemas do processo de integração. Os agentes (elites) de uma região têm suas perspectivas em harmonia e olham a integração como ganha, que aparecerá numa movimentação interna, garantida pelo processo de integração. Esta decisão de se integrar será entusiasmada pelo princípio do *spill-over* ou derramamento para outros setores, que incluirá novos atores, aprofundando a integração e levando-a a uma entranha supranacional, que sustenta a inconvertibilidade do processo. (Idem. Idem. p.52). Porém, a principal crítica a esta teoria partiu do seu fundador, que alegou a omissão ou ausência de destaque maior sobre a importância da influência de atores políticos e governos no processo de tomada decisão na formação da integração econômica regional.

d) **Interdependência** - A teoria da interdependência trata da relação mútua entre atores de diversas entidades e países que exercem influências no cenário internacional, onde o Estado cada vez mais perde a hegemonia de ator único, capaz de realizar ações, alterar e criar situações de dependência direta.

O fato da existência de diversos atores atuantes diretamente em múltiplos níveis estabelece a percepção de uma estrutura de relações interdependentes.

Portanto, de alguma forma são atores não governamentais que participaram na disseminação desta teoria.

A conclusão de que o conceito da integração não era mais apropriado a descrever os processos e as consequências políticas registradas dentro do âmbito regional da União Europeia levou à tentativa de projetar a problemática de integração dentro de uma teoria geral como a da interdependência, onde a integração passaria a ser entendida como processo institucionalizado, desenhado pelos governos para adaptar às condições de interdependências, porém, sem considerar a integração progressiva de políticas como uma consequência necessária. [...] as diferenças entre os postulados da teoria da integração e da interdependência podem sintetizar-se nos seguintes tópicos: a) voluntarismo dos atores contra a complexidade e barreiras à situação e crescimento das instituições; b) novos conhecimentos, como a lógica, que estimulam associações holísticas ou particulares da área contra a própria lógica de mercados competitivos; c) hierarquia de áreas políticas contra a ausência de hierarquia entre áreas de interesses e de instituições; d) primazia de fatores regionais em vez de globais e nacionais contra a igualdade de peso de todos os fatores. (Idem, Idem, p.54).

e) **Intergovernamentalismo** – A teoria intergovernamentalista liberal visa perceber as pressões exercidas entre atores nacionais e internacionais entre os Estados e os órgãos, em que cada ator separadamente luta para concretizar seus interesses nacionais. Um jogo de interesse que visa exclusivamente à transformação de instrumentos de governos para alcançar seus objetivos. Os Estados delineiam seus proveitos e vantagens e por fim definir seus interesses comuns. (Idem, Idem pp.54-5).

Segundo esta teoria, o objetivo central para que haja integração passa por uma política coordenada e eficiente em conjunta entre os Estados, por meio de relações de cooperações profundas do que uma política unilateral, embora seja uma expectativa histórica e inerte que explicita a influência dos interesses dos Estados no processo de integração. Para tal, três princípios estão ligados ao institucionalismo intergovernamental: a) o intergovernamentalismo pressupõe no axioma de que os governos nacionais são atores principais; b) os acordos são feitos para alcançar um consenso mínimo que corresponde os adversários aos Estados membros, entre elas, as formas de compensação de Estados membros menores; c) a proteção das soberanias nacionais dos Estados membros, para evitar uma atribuição ilimitada às instituições principais. (Idem, Idem). Nesse contexto, afirma Oliveira, o institucionalismo apresenta a premissa de que a integração somente pode explicar-se por referência às teorias gerais das relações internacionais. (Idem. Idem. pp.54-5).

f) **Neoinstitucionalismo** - Esta teoria não forma um pensamento único. Pelo contrário, se constata três princípios de diagnósticos distintos surgidos nos últimos 25 anos: (i) o institucionalismo histórico; (ii) o institucionalismo da escolha racional; (iii) o institucionalismo sociológico. (Idem. Idem. p.56).

Sem entrar em detalhes, Oliveira salienta que esta teoria lida com perspectivas diferentes sobre a função efetuada pelas instituições na definição de resultados sociais e políticos dos processos de integração, assim como o que distingue suas formas de desvelar-se dos problemas sociais e políticos. Ela analisa a principal função das diferentes instituições intergovernamentais que se articulam, tendo os atores políticos e sociais como elementos centrais. Instituições que servem para reger e normatizar os procedimentos destes atores. Por outro lado, a teoria neoinstitucional apresenta duas principais características: primeira, os governos são atores ativos que participam diretamente das decisões centrais; segunda, há uma condição fato, das decisões serem unânimes. Este tipo de decisões geralmente gera conflitos políticos com resultados não positivos devido à disputa política dos participantes por seus interesses. (Idem, Idem).

1.5. AS VANTAGENS E OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

As teorias clássicas de integração econômica regional designam como análise para estudo de custos e benefícios sobre acordos regionais os seguintes efeitos: primeiro, os efeitos estáticos da integração econômica sobre a eficiência produtiva e o bem-estar do consumidor; segundo, efeitos dinâmicos da integração econômica sobre o crescimento econômico a longo prazo, dos países integrantes. Porém, de acordo com Carbaugh, o crescimento econômico a longo prazo, por menor que seja, num mercado unificado pode se tornar numa quantia substancial maior do que um efeito estático. (CARBAUGH, Idem, p.293). No entanto, afirma, nesse processo existem perdas e ganhos, quando os acordos comerciais regionais são feitos segundo a combinação dos efeitos estáticos e efeitos dinâmicos. Sendo que o efeito sobre a produção refere-se à estrutura de produção que o país participante possui e a especialização em um determinado produto, cuja vantagem comparativa é evidente. Aqui não entraremos em discussão sobre as definições dos efeitos acima referenciados, porém, o modelo

hipotético na tabela 1 abaixo trata-se na tentativa de resumir a definições desses efeitos.

Ao constituir-se um espaço de integração econômica internacional, no qual são eliminadas as barreiras aduaneiras entre os países participantes, os produtores marginais da economia participante menos eficiente são afastados. Este efeito é chamado por Jacob Viner (1950) de “*criação de comércio*”, por substituir alguns setores mais eficientes das economias de países participantes, assim gerando fluxo de comércio entre os países da área. (VINER. *Apud* CARBAUGH, Idem, p.293).

Quando um país é participante de uma união aduaneira, ele passa a adotar a política comercial e tarifária estabelecida pela união. Ao adotar essa política do bloco, com os custos de produção elevados em relação ao resto do mundo, o consumidor deste país perde o bem-estar, bem como o resto do mundo. Segundo Carbaugh (p.294), a formação de uma união aduaneira aumentará o bem-estar de seus membros e do resto do mundo se o efeito-criação de comércio positivo for capaz de compensar o efeito-desvio de comércio negativo.

Outra forma de integração econômica regional é o livre comércio apenas entre os países membros, onde as barreiras aduaneiras continuam em relação aos países não membros. Porém, quando a pauta aduaneira é comum (PAC), os direitos aduaneiros se reduzem em alguns países participantes e isso faz com que a sua proteção face ao exterior seja diminuída. Sendo assim, em determinado momento, pode haver “*a criação de comércio externo*”, que ocorre quando parte da produção interna de membro da união aduaneira é substituída pelas importações de custo reduzido do outro membro. (Idem. Idem. p.293). Carbaugh demonstra que o bem-estar dos países membros aumenta pela criação de comércio porque conduz a uma maior especialização da produção, de acordo com o princípio das vantagens comparativas. O efeito de criação de comércio consiste em efeito-consumo e efeito-produção.

Ainda, seguindo Carbough, os países cujas suas economias já são competitivas, antes de se integrarem na união tendem a ganhar com a criação do comércio devido as suas capacidades produtivas e de especialização da produção. E quanto maior for o número de participantes de países e maior a dimensão do mercado tendem a integrar na união os produtos mundiais com custos mais baixos. O desvio de comércio se reduz à medida que as taxas

alfandegárias da união são menores as do resto do mundo, porque permitem um maior comércio com os países não membros da união. (Idem. p.295).

Reforçando a mesma linha de concepção, Manuel Carlos Lopes Porto afirma que com a eliminação de barreiras ao comércio entre os países participantes do bloco existe geralmente um caminho livre para incremento do comércio, formando assim a base para o acréscimo de bem-estar nos países membros. (PORTO, 1997, p.226). Segundo o autor, outras formas de se obter vantagens competitivas é através da economia de escala, que proporciona baixos custos médios de produção. Deste modo, os países serão obrigados a se especializarem em determinados produtos, para venderem a um mercado mais robusto que os mercados nacionais, que abrange os mercados de países membros. (Idem, Idem, p.227). Neste sentido, a criação do mercado mais amplo proporciona taxas de crescimento a longo prazo, economia de escala, maior concorrência e um incentivo para os investimentos, devido ao comércio mais livre sob regime de união aduaneira e os ganhos de efeitos dinâmicos podem compensar muito mais qualquer efeito estático desfavorável. Portanto, em relação ao sentido da integração econômica regional, entende-se que um dos fatores resultantes no processo da integração é a ampliação do mercado. Pois os produtores, com a possibilidade de vender livremente para outros países e outros mercados internos da união, permitem a especialização dos trabalhadores, do maquinário e da utilização de subprodutos, consentindo assim em uma ampla comercialização de produtos diversos. (FERREIRA, Idem. p.38).

Não obstante, alguns autores entendem que numa união aduaneira, onde existem restrições ao comércio, pode haver incentivo ao poder de monopólio no qual algumas determinadas empresas dominam o mercado interno e criam barreiras para a entrada de novas empresas. De acordo com Ferreira, Viner chama de “*desvio de comércio*” a transferência de produção de uma economia fora da união, com custos de produção mais baixos, para uma economia dentro da união com os custos da produção mais elevados. Numa economia de livre comércio, sem discriminação, verifica-se o contrário e os efeitos da produção nunca são negativos. (Idem. Idem. p.39).

Para sair um pouco dos conceitos e esclarecê-los, apresentamos o modelo de um exemplo hipotético ilustrativo de vantagens da integração econômica, elaborado a partir de ocorrências em dois países: Guiné Bissau e Senegal, e o

que chamamos de o “Resto do Mundo”. A escolha do segundo país (Senegal) se explica pela importância de sua economia dentro do bloco UEMOA, objeto de nossa pesquisa. O modelo parte da representação numérica de uma determinada mercadoria aleatória – a castanha de caju - importante mercadoria da Guiné, conforme especificado na tabela abaixo.

TABELA 1: CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO (MODELO HIPOTÉTICO)

	Guiné-Bissau	Senegal	Resto do Mundo
Livre comércio	100,00	90,00	78,00
Tarifa de 50%	100,00	135,00	117,00
Tarifa de 25%	100,00	112,50	97,50

FONTE: Modelo e valores em dólar hipotéticos, segundo nossa elaboração.

1º caso: Se um quilograma (1 kg) de castanha de caju tiver preço de US\$ 100,00 na Guiné-Bissau, US\$ 90,00 no Senegal e US\$ 78,00 no Resto do Mundo, olhando os números concluiremos que a Guiné Bissau tem custo unitário mais elevado do que os demais, ou seja, menor eficiência econômica e menos competitividade. Num comércio livre Guiné-Bissau teria vantagem em importar “castanha de caju” do Resto do Mundo por possui preço mais elevado em relação ao Senegal e ao Resto do Mundo.

2º caso: Guiné-Bissau, para proteger o produtor nacional, impõe tarifa com alíquota de 50% sobre importação e assim torna o produto importado mais caro do que o produzido internamente no país. Se a tarifa for aplicada a qualquer procedência de importações, Guiné-Bissau terá que pagar US\$ 135,00 pelo produto importado de Senegal e US\$ 117,00 caso quiser importar do Resto do Mundo. Neste caso é vantajoso consumir o produto interno, mesmo no caso de sua produção ser menos eficiente.

3º caso: Mas se a tarifa for de 25%, fica vantajoso para Guiné-Bissau comprar do Resto do Mundo (US\$ 97,50), valor menor do que seu produto nacional (US\$ 100,00) e menor do que o preço do Senegal (US\$ 112,50).

A situação ficaria distinta se houvesse acordo de comércio entre a Guiné-Bissau e Senegal, pois deixaria o produto senegalês mais barato em relação ao Resto do Mundo. Como há uma União Econômica e Monetária dos países do Oeste Africano (UEMOA), onde Guiné-Bissau e Senegal são membros integrantes, as barreiras alfandegárias não são discriminatórias entre si. Neste caso Senegal tem mais eficiência econômica (menor custo unitário em relação à

Guiné-Bissau) e Guiné-Bissau passa a importar o produto senegalês com preço de US\$ 90,00, mais barato ao que pagaria internamente (US\$ 100,00).

Neste caso, seguindo o conceito clássico da criação de comércio, a integração econômica fomenta o comércio porque o produto produzido no mercado interno foi substituído pela importação do produto procedente de um país que faz parte de bloco comercial e se pondera mais barato, devido à ausência de barreiras tarifárias. Entretanto, tendo em vista o conceito destes dois efeitos, a integração provoca desvio de comércio e leva à redução do bem-estar do consumidor, ao abdicar de comprar o produto socialmente mais barato do Resto do Mundo, devido a tarifa imposta, tornando assim mais caro em relação ao produto oriundo do país parceiro comercial. Enquanto a criação de comércio possibilita o novo fluxo comercial, o desvio de comércio trata a modificação da origem de um fluxo comercial existente, afastando-o da sua origem mais eficiente.

No contexto (Efeito sobre Consumo), a integração econômica regional a estrutura do consumo altera-se independentemente das modificações na estrutura produtiva. Ela muda provocando o nível de bem-estar entre os povos daqueles países integrantes. Nessa perspectiva, a alteração teria como consequência direta a mudança no regime aduaneiro ligado ao processo de integração econômica, conforme a citação abaixo,

A abolição dos direitos aduaneiros sobre as mercadorias dos países participantes produz, não apenas efeitos na eficiência da estrutura produtiva, mas também na própria eficiência das trocas e conseqüentemente, no padrão de consumo através da abolição da distorção provocada pelos direitos aduaneiros. (FERREIRA, Idem. p.37).

De acordo com Ferreira, no processo de constituição da integração econômica regional entre as economias nacionais, ao abolir as discriminações aduaneiras entre os países participantes provoca uma mudança no consumo e nos preços dos produtos. Os preços de mercado entre os produtos dos países integrantes alteram-se e os preços dos produtos de países não integrantes que continuam sujeitos às barreiras aduaneiras se alteram também, devido à nova composição do nível de consumo e o mercado mais robusto. (Idem. Idem, p.37). As mercadorias, cuja origem é dos países membros, ganham maior consistência, pois os acordos aduaneiros as tornam *“relativamente mais baratas”*. Com isso, os consumidores podem adquirir os produtos oriundos de países terceiros, sem diminuir o consumo de produtos nacionais.

Efeito de consumo resulta apenas da liberalização aduaneira entre as economias participantes independentemente de qualquer efeito na estrutura produtiva. É um efeito líquido da liberação do comércio entre as economias participantes no espaço integrado, que introduz a dimensão do bem-estar na teoria da integração econômica de forma direta. (Idem. Idem, p. 38).

Com mais amplas opções de escolhas além dos produtos oferecidos pelos produtores dos países membros, os produtos oriundos dos países terceiros, que por ventura não são produzidos pelo mercado interno ou produzidos de uma forma insuficiente para abastecer o mercado interno, possibilitam o consumo acima das fronteiras de produção nacional.

Ainda, de acordo com Ferreira, no que diz respeito às áreas de comércio livre, como foi descrito anteriormente, a característica essencial que o diferencia de uma união aduaneira é o fato dos países poderem fixar os seus próprios direitos sobre os produtos importados do resto do mundo. Porém são impostas as regras de origem para restringir o livre comércio dentro da zona na qual os produtos são produzidos. As regras de origem têm como intuito impedir a entrada de mercadorias cujas suas origens têm baixas taxas aduaneiras, que de alguma forma pode beneficiar do diferencial tarifário. Obviamente, sem o sistema de regras de origem, o país que tiver a taxa aduaneira mais baixa em relação aos demais países membros se beneficiaria, tendo em vista que as receitas vindas do pagamento de direitos aduaneiros seriam destinadas, na sua totalidade, para o país com tarifas mais baixas. (Idem, Idem, p.39).

Segundo argumento de autores clássicos⁵, nas políticas de integração econômica regional o Estado tende a perder receitas aduaneiras, mas em contrapartida beneficia a população em termos de aumento de poder de compra, isto é, se o rendimento se mantiver constante, o mesmo ocorrendo na consistência dos preços mais baixos, com uma ampla opção de escolhas de

⁵ No século XX, a discussão/debate sobre benefícios de livre comércio, principalmente as nações poderosas e economicamente avançadas, estava no centro. Grã-Bretanha, no século XIX, pode ter acreditado que o livre comércio refletia os interesses de todas as nações, mas isso apenas disfarçava diferenças reais de interesse econômico e poder. A doutrina do livre comércio torna-se assim uma ideologia dos ricos e poderosos. Apesar de um alto grau de interdependência e integração econômica no início do século XX, a Primeira Guerra Mundial destruiu todas as esperanças de que o livre comércio por si só poderia assegurar a paz. O ressurgimento do mercantilismo e do expansionismo militar pós-guerra representava um sério dilema para a interpretação progressista da história pelos liberais econômicos. Como a ascensão do fascismo e do comunismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial pareciam sugerir, sentimentos nacionalistas profundos ficaram no caminho de uma evolução pacífica da sociedade internacional.

produtos. (Idem, Idem, p.40). Ferreira define o desvio de comércio da seguinte forma:

O desvio de comércio consiste na substituição das importações de uma mercadoria do mais eficiente produtor mundial pela sua importação do país parceiro da união, que produz os custos mais elevados. Apesar desse efeito de produção negativo, o preço de mercado no país importador desce, devido a não incidência de direitos aduaneiros na área, permitindo, desse modo, a verificação de um efeito de consumo positivo. (Idem, Idem, p.39).

Constata-se, na perspectiva de Ferreira, que o efeito de consumo, no espaço de integração econômica internacional, só é melhor comparação com um regime aduaneiro não discriminatório, portanto menos vantajosa que o regime de livre comércio mundial. Esta ideia é reforçada por Maria Auxiliadora de Carvalho & Roberto Leite da Silva,

No caso de desvio de comércio, o produtor externo (mais eficiente) é substituído pelo parceiro (menos eficiente). Isso provoca redução do bem-estar do país, embora o consumidor pague o menor preço, o país como um todo paga mais do que antes pelo produto. As perdas de receita tributária excedem os ganhos dos consumidores. No caso de criação de comércio, o produtor doméstico (menos eficiente) é substituído pelo parceiro (mais eficiente). Quem perde é o produtor doméstico porque deixa de vender. No entanto, o país é beneficiado nos casos em que tem vantagem comparativa em relação ao sócio na integração, porque tem acesso ao produto por um preço menor do que antes da integração. (CARVALHO & SILVA. 2007. p.258).

Desse modo, contudo, observa-se que a análise estática possibilita tanto os efeitos negativos, no que diz respeito ao desvio de comércio e às perdas de receitas aduaneiras, como o efeito positivo, com a criação de comércio e os benefícios proporcionados aos consumidores pelas amplas opções de produtos oferecidos com o mesmo rendimento. E na perspectiva dinâmica vale ressaltar a importância, como consequência, do multiplicador do comércio externo.

Nessas interpretações, *“a constituição de um mercado único universal”* beneficiaria aqueles países cujos custos médios fossem mais baixos e de maior produtividade, sem que houvesse barreiras para concorrência plena. Por outro lado, seria conveniente a disposição de todos os meios de produção, inclusive os fatores de produção daqueles países cujos custos médios são baixos.

Diante dessas interpretações de autores, constata-se que as análises têm foco no conceito microeconômico, uma vez não contextualiza em geral, a complexidade que o assunto exige e representa.

CAPÍTULO 2º

PANORAMA ECONÔMICO DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAIS EM ÁFRICA

O processo de integração dos países e sub-regiões do continente africano é antigo. Nesta perspectiva é importante analisar brevemente os acontecimentos relativos ao processo de colonização, o domínio e ocupação imperialista do continente africano.

2.1. ANTECEDENTES

A usurpação dos territórios africanos e as barbáries praticadas pelos europeus foram fenômenos que devem não só ser lembrados como considerados trágicos na estrutura da identidade cultural dos povos africanos. Num espaço de curto de tempo, apenas entre 1880 e 1910, o continente foi ocupado e dividido artificialmente sem contar os valores culturais, tradições étnicas enraizadas entre os povos, pelas potências imperialistas que começou o processo sistêmico de dominação colonial. A fase subsequente a 1910 ficou conhecida como a fase de enquadramento da África pelas potências estrangeiras e exploração do sistema colonial.

Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais. (BOAHEN, Albert A. 2010, pp.56-7).

Após a abolição do tráfico de escravos no Brasil (1850), a estrutura montada e voltada somente para atender o sistema escravagista se ruiu e conseqüentemente, afetou forte a economia de alguns países africanos (cuja estrutura econômica era voltada à escravidão). Alguns países apenas puderam readaptar-se e voltar a produzir e exportar produtos agrícolas: óleo de palma na

Nigéria, amendoim no Senegal e na Gâmbia, antes de 1880; na Costa do Ouro o cacau foi introduzido em Gana desde 1879, pelo agricultor Tetteh Quashie⁶, vindo da Ilha de Fernando Pó. Estas transformações se produziram sem controle europeu direto, salvo em alguns bolsões costeiros.

Quanto à África ocidental, alguns países de influência portuguesa e francesa tinham-se beneficiado de uma educação Europeia e gozavam de situação bastante invejável no início dos anos de 1880. Dominavam a administração onde ocupavam os raros postos existentes oferecidos pelos administradores portugueses e franceses; alguns desses africanos dirigiam as suas próprias empresas de importação e exportação, e exerciam o monopólio sobre a distribuição dos produtos importados. Esta elite, portanto, não via nenhuma necessidade de modificar radicalmente suas relações seculares com a Europa, certos de que os europeus não poderiam lhes impor mudanças pela força nem avançarem sobre suas terras. Porém os europeus já não queriam apenas trocar bens, mas exercer controle político direto sobre a África. (Idem, Idem, p.58).

Iniciava-se o longo processo de enquadramento do continente, em favor de algumas potências europeias ocidentais. Em todas as novas colônias, governos imperialistas adotaram inicialmente várias táticas estratégicas, tais como nomear e cooptar administradores de distritos e administradores itinerantes a fim de fazer promulgar novas leis; chefias foram confirmadas ou depostas e outras designadas, cobrando impostos da população e das aldeias e endurecendo o trabalho forçado para obras de abertura de estradas e vias férreas, cultivo em plantações, extração de minérios e outros, etc. (Idem, Idem, pp.82-3).

Todas estas medidas naturalmente suscitaram as mais variadas reações no seio dos povos africanos e desde metade do século XX alguns líderes começaram movimentos pela libertação de seu povo. Por contraditório que pareça, a maioria desses líderes havia recebido formações acadêmicas em países Europeus, Estados Unidos e outros que apoiavam a colonização. Com o início do chamado “movimento pan-africanista”, aquilo que chamaríamos de *“processo de lutas de libertação, da defesa a soberania e da independência”* africana, mediante os abusos exacerbados, começaria confronto e resistência contra imperialistas. Estas reações coincidem com o enfraquecimento da

⁶ Tetteh Quashie (1843 - 1892): agricultor diretamente responsável pela introdução do cacau em Gana e que hoje constitui um dos principais produtos de suas exportações.

hegemonia de países europeus no final da II Guerra Mundial e que até então exerciam principal papel como potências mundiais nas esferas políticas, econômicas, militar e diplomática sobre vários continentes e países do mundo.

No decorrer do processo, se os fins não eram sempre os mesmos, em contrapartida os meios aplicados pelos africanos da costa ocidental para os atingirem seus objetivos eram idênticos. Os objetivos esses, que configuravam em três tipos: recuperar a independência e a soberania perdidas, o que significava a plena rejeição da dominação colonial; eliminar certas práticas abusivas ou certas posturas opressivas do colonialismo. (Idem. Idem. pp.82-3).

Junto com o movimento pan-africanista, os líderes africanos lutaram contra a opressão por uma África livre, diante de uma situação crítica que indignava profundamente os africanos e, de modo geral, os negros do mundo inteiro, a exemplo de Kwame Nkrumah⁷, um importante intelectual que lutou pela independência de seu país e, mais tarde, viria a ser Presidente de Gana. Nkrumah figura entre os que levantaram a bandeira de África independente. Outro importante líder foi António Agostinho Neto (1922-1979)⁸, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola e o primeiro Presidente após a Independência deste país (1975-1979); Samora Moises Machel⁹, considerado “*pai da independência de Moçambique*”; Amílcar Cabral¹⁰, herói revolucionário da emancipação do povo africano, fundador e líder do movimento de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, heróis que figuram entre tantos outros heróis africanos.

Os processos de descolonização dos países africanos, incluindo sua unidade, cooperação e integração, sempre foram ambiciosos projetos de sonho para maioria de seus líderes. Todavia, este projeto já vinha sendo proclamado pelo movimento Pan-Africanismo que veio a se consolidar a partir da década de 1960, com a criação da Organização da União Africana (OUA).

⁷ Kwame Nkrumah (1909-1972), líder político e um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi primeiro-ministro de Gana entre 1957 e 1960, e presidente deste país de 1960 a 1966.

⁸ António Agostinho Neto, médico e escritor, fez parte da geração de estudantes africanos que viria a desempenhar um papel decisivo na independência dos seus países, naquela que ficou designada como a Guerra Colonial Portuguesa.

⁹ Samora Machel (1933-1986), líder revolucionário de inspiração socialista, liderou a Guerra da Independência de Moçambique e se tornou o seu primeiro presidente, de 1975 a 1986, quando foi morto em um desastre de avião.

¹⁰ Amílcar Cabral (1921-1973) nasceu em Guiné-Bissau, pai Guineense e mãe Cabo Verdiana, líder revolucionário comunista, como a maioria dos líderes africanos de inspiração socialista, fundou em 1959 o partido clandestino Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e comandou a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde até 1973, quando foi traído e assassinado por companheiros de seu próprio partido. Sua morte, porém, apenas intensificou a luta pela independência.

O pesquisador Márcio Paim ressalta que embora a nomenclatura “Pan-africana” deixe implícita uma relação estreita com o continente africano, esta ideologia teve sua origem em países de colonização inglesa. (PAIM, 2014, p.88). De fato, o Pan-africanismo foi esboçado primeiro pelo advogado Henry Silvester Williams¹¹. A ideia chave era a defesa dos negros contra a exploração e abuso. O afro-americano Williams E. Bugart DuBois¹² retomou o tema, mas deu-lhe novo conteúdo - o da defesa dos direitos humanos dos negros do mundo inteiro. Com George Padmore, de Trinidad, Kwame Nkrumah, do Gana, Jomo Kenyatta, do Quênia e o Jamaicano Dudley Thompson, realizou o I congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945. O manifesto elaborado no Congresso girava em torno da necessidade das independências africanas.

Porém, o fato do Pan-africanismo ter nascido fora de África, idealizado por intelectuais que tinham necessidade de auto identificar-se às suas origens, faria com que algumas ideias não se coadunassem com a realidade africana. O próprio Nkrumah irá passar por várias fases na evolução política de seu Pan - africanismo e o movimento gerou várias discussões a respeito da interpretação da África. Uma delas foi a de excluir das análises a heterogeneidade do continente e as diversidades e realidades distintas das suas diferentes culturas. De acordo com Paim, a ideologia Pan-africana pode ser entendida por duas perspectivas: a primeira, quanto ao projeto de libertação e, a segunda, quanto a um projeto de integração. (Ibidem, Ibidem). A África é um continente de costumes, culturas e religiões distintas em cada região ou até em cada país, portanto uma análise homogênea indistinta corre o risco de falar de uma África não africana. Porém, o movimento político e ideológico dos precursores e mentores do pan-africanismo tiveram seu mérito inegável e momentos de glória à medida que exigiam a libertação deste sofrido continente. Também ao proporem a integração do continente como forma de fortalecer a voz africana no cenário internacional, incentivando as lutas para a libertação e independência do continente¹³.

¹¹ Henry Silvester Williams (1869 -1911), nascido em Trinidad e formado em Direito na Inglaterra, exerceu a profissão na África do Sul.

¹² William Edward Burghardt "W. E. B." DuBois (1868-1963), sociólogo, historiador e ativista afro-americano

¹³ Foram alguns dos principais líderes do movimento para libertação do continente africano: Kwame Nkrumah (Gana), Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Pelix Houphouet-Boigny (Costa do Marfim), Hastings Kamuzu Banda (Malawi), Sekú Turé e Tsiarana (Guiné-Conakry), Samora Machel (Moçambique), Benjamin

O fracasso do Estado pós-colonial de corresponder às expectativas dos povos libertados encontra-se, de alguma forma, contrária à visão política pregada pelos líderes fundadores progressistas da independência africana, pois o povo africano viu-se diante da não tradução das estruturas herdadas de seus líderes. Resultado que viria das críticas por parte da comunidade internacional de viés neoliberal e neocolonialismo, contrária a um possível protecionismo dos governos africanos e à demasiada presença do Estado na direção da política econômica de seus países. O pesquisador Raphael Bicudo considera ter sido este um dos motivos do fracasso e atraso do processo do desenvolvimento dos países africanos. (BICUDO. 2012. p.48).

As dificuldades traduzidas no atraso das infraestruturas alegadas pelos dominadores coloniais, bem como o descolamento das lideranças que assumiriam os aparelhos de Estado dos países recém independentes, em servirem aos interesses das classes dominantes do sistema mundial, com as quais os governantes africanos tendiam a se identificar, provocaram graves contradições. Segundo Georges Nzongola-Ntalaja, a pressão constante das principais potenciais mundiais sobre a estrutura estatal e a mudança de panorama político dos governos africanos para alinhar-se ao viés do receituário neoliberal e aos interesses de corporações mundiais e instituições financeiras internacionais. Foram desafios que conseguiram sobrepor-se aos pensamentos independentistas originárias. Conseqüentemente, os maiores desafios atuais para os governantes africanos residem em considerar os fatores subjacentes e seus efeitos obscuros na formação do Estado, tendo em vista suas relações com o sistema mundial dominante, definindo e projetando as suas ações de forma a torná-las mais consistentes. (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, pp.108-9).

A evidência do aparente fracasso dos governantes africanos pós-independência face às investidas imperialistas de imposição às barreiras e contínuas intervenções na África, constituem um dos motivos pelos quais até hoje o continente encontra-se subjugado a estes interesses subjacentes, sendo frequentemente sabotado por nações imperialistas e seus colaboradores africanos. (Idem, Idem. p.109).

N. Azikiwé (Nigéria), Leopold Senghor (Senegal), Agostinho Neto (Angola). Estes líderes estiveram à frente do movimento para a libertação dos seus respectivos países e de todo o continente contra a dominação estrangeira.

Sem embargo as expectativas que os cidadãos comuns têm em relação à libertação trazida pela independência e que consistia no povo africano poder exercer de maneira deliberada e efetiva a cidadania e o espaço de direitos e liberdades fundamentais até então retido pelos colonialistas, aliado ao sonho de progressos sociais e melhores condições de vida contínua sendo adiado. (Idem, Idem p.109). Portanto, o projeto iniciado pelos mártires africanos, com a situação política e socioeconômica atual, que apresenta o continente, expressa retumbante fracasso igual aos interesses egoístas de classe dos membros de uma pequena burguesia/oligarquia africana preservada pelos colonizadores como forma de cooptação para manter um sistema de parceira subordinada.

Como testemunha o poeta moçambicano Mia Couto, trinta anos após a libertação de seu país (2005), 30 anos nada representa para a história e as gerações atuais já parecem estar distantes da injustiça colonial. Mas ainda longe de cumprir com o sonho. Pois embora se tenha desintegrado o império colonial português e essas vitórias tenham criado “*a ilusão de um mundo mais justo*” que despontava, Moçambique [e a África livre] tivera de enfrentar uma nova dualidade. No dizer de Mia Couto:

[A independência] representou uma ruptura com o colonialismo, mas ao mesmo tempo funcionou como um passo para uma maior integração num sistema capitalista que se globalizava. A essa condição ambivalente não poderíamos escapar. Uma parte dessa expectativa ficou por realizar. Hoje já não acorreríamos com a mesma fé para celebrar uma nova anunciação. Mas isso não quer dizer que estamos menos disponíveis para a crença. Estaremos, sim, mais conscientes que tudo pede um caminho e um tempo. (Couto. 2005. Online).

2.2. AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL AFRICANA

Em 1963 foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), incorporando ideais do Pan-africanismo, com objetivo de libertação do continente do jugo colonial. Com o tempo, a eficácia dessa instituição começaria a ser questionada a respeito da capacidade em solucionar os diversos problemas econômicos e sociais, além dos conflitos, bem como os desafios que se impunham para suas perspectivas futuras. Para tal, os Estados membros iniciaram o processo de reforma do então OUA, com o objetivo de efetivar uma aproximação dos países africanos através de uma maior cooperação no interior

do continente, visando promover e proteger os direitos humanos e articular de maneira mais intensificada a integração entre os países da sub-região.

Segundo Mbuyi Kanbuda Badi, as iniciativas de integração regional em África têm uma longa história que remonta ao estabelecimento da União Aduaneira Sul-Africana, em 1910, e à Comunidade do Leste Africano, em 1919. (KANBUDA BADI, 2009, pp.5-10). Desde então, uns números de comunidades econômicas regionais têm sido formados em todo o continente, particularmente na década de 1970. Atualmente há cerca de dez ou mais agrupamentos econômicos em toda a África e não existe hoje nenhum país que não seja membro de pelo menos um grupo regional.

Além de acordos a níveis regionais, estão em curso a criação de uma integração econômica mais ampla, visando à união econômica a nível continental entre todos os países africanos. Este esforço culminou na assinatura do *Tratado da Comunidade Económica Africana (ou Tratado de Abuja)*, em 1991, que entrou em vigor em 1994. (LYAKURWA & OYEJIDE, 1997, p.14).

O Tratado de Abuja cria a Comunidade Económica Africana e entrou em vigor em Maio de 1994. O Tratado destaca a importância da cooperação e da integração econômica a nível regional enquanto estratégia eficaz para o desenvolvimento ordenado e coordenado do continente africano. Reconhece a importante inter-relação existente entre estabilidade política, paz e segurança, por um lado, e integração regional, por outro. Entre os objetivos iniciais do Tratado está a criação, em todo o continente, de uma integração econômica através dos reforços das comunidades já existentes e o encorajamento à formação de novas Comunidades Económicas Regionais (CER) em todo o continente.

Como observa Mulat Teshome, já é possível perceber no continente algumas CER como principais blocos de construção para uma integração em escala continental. A intenção e declarações para formar a unidade de todo o continente continuam inabaláveis, como demonstrado na *Declaração de Sirte*, de Setembro de 1999, que visava mais rápida implementação do *Tratado de Abuja*, e a *Declaração de Lomé* (Julho de 2000), onde os Presidentes reunidos concordaram na concretização do Acordo de Abuja. Fato que ressalta a necessidade de se olhar para os problemas e perspectivas da CER na África.

Porém parece consenso que o sucesso das CERs em alcançar estes objetivos tem sido insatisfatório. Segundo Faezeh Foroutan & Lant Prichett, as

causas para a pouca integração regional de África e a não concretização do projeto da integração do continente são: (i) a falta de vontade dos governos de cederem soberania das políticas macroeconômicas em benefício de uma autoridade supra-regional; (ii) os custos de consumo para enfrentar potenciais concorrentes que poderiam surgir por meio da importação de mercadorias vindas de um país membro com mais alto custo; (iii) as dificuldades para aceitar uma distribuição desigual de ganhos e perdas que possam advir de um acordo de integração, pelo menos no curto prazo e interromper os laços econômicos existentes com países não-membros. (FOROUTAN, Faezeh & PRICHETT, Lant. 1993. p. 22). William Lyakurwa acrescenta à lista a “*falta de um compromisso político forte e sustentado e instabilidade macroeconômica*”, entre outros, que têm dificultado o progresso da integração econômica em África. (LYAKURWA, W. 1997, p.176).

Apesar do desempenho inicial insatisfatório, a estimulação dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, entre outros), parece haver um novo ímpeto para revigorar o processo de integração das economias africanas. Entre outros aspectos, a polarização da formação de vários blocos regionais fora da África (na Europa, Ásia e Américas) parece ter forçado os países africanos a reconsiderar a questão mais a sério, se quiserem evitar uma maior marginalização nas linhas de comércio internacional. Isto se reflete no ressurgimento de vontade política, expresso no *Tratado de Abuja* de 1991, renovando os objetivos de promoção da cooperação e integração na perspectiva de uma União econômica do continente com vista a elevar o nível de vida dos seus povos, manter e elevar a estabilidade econômica, reforçar as relações entre os Estados Membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano. Em 2002, finalmente, os países da comunidade da Organização da União Africana (OUA) mudaram a nomenclatura para União Africana (UA).

O impulso para a integração regional chama sua razão de ser a partir da teoria do comércio convencional, que afirma que o comércio livre é superior a todas as outras políticas comerciais. Como uma extensão deste princípio básico, o livre comércio entre dois ou mais países visa melhorar o bem-estar dos países membros, desde que o acordo resulte numa criação de comércio líquido satisfatório para os parceiros, no sentido dado por Viner. Isto é, os acordos regionais não garantem por si só uma melhoria no bem-estar dos países

membros, o que só poderá ocorrer se os desvios de comércio forem inferiores aos anteriores a sua criação.

Historicamente, afirma Richard Lipsey, a teoria da união aduaneira (no âmbito da qual as questões de integração econômica são discutidas) estava preocupada com os ganhos e perdas que se seguiam a da formação da união aduaneira. Esses ganhos e perdas podem surgir provocados por:

- (i) especialização;
- (ii) economias em escala;
- (iii) mudanças nos termos de troca;
- (iv) mudanças forçadas na eficiência devido ao aumento da concorrência;
- (v) alteração na taxa de crescimento econômica.

No entanto, de acordo com Lipsey, a teoria da união aduaneira tem sido quase totalmente confinada a uma investigação do primeiro item apenas, com ligeira atenção para o segundo e terceiro itens. O quinto item, ou seja, a alteração na taxa de crescimento dos países membros, não sendo tratado em seu todo, enquanto que o quarto item é excluído da teoria tradicional pela suposição de que a produção é realizada por processos que são tecnicamente eficientes. (LIPSEY, 1987, p.498).

A leitura das observações de Lipsey sobre as teorias tradicionais de comércio, que assumem fatores constantes de ganhos de escala e foco em ganhos estáticos, fornece uma visão prática limitada em questões de políticas de integração regional, em particular nos países em desenvolvimento, como é o caso dos países africanos. Mesmo os conhecimentos teóricos das teorias mais recentes de comércio não se saem melhor. Paul Krugman, em seu modelo de uma nova "*geografia econômica*" tenta explicar os fatores determinantes da concentração regional da atividade econômica. A ideia básica da hipótese de Krugman é que sob a hipótese de retornos crescentes de escala, economias de escala e considerações de custos comerciais determinariam a localização da atividade econômica, (KRUGMAN, 1991, p.216). A implicação desta hipótese para a integração regional é que blocos regionais poderiam aumentar as economias de escala através da localização de uma atividade de produção em um único local, em vez de cada atividade em cada país.

Do mesmo modo, a redução dos custos comerciais irá adicionar à eficiência de produção, (Lyakurwa *et al.* Idem, p.36). Como aponta Ibrahim Baldwin, "*um importante aspecto negligenciado de integração é o efeito de um acordo comercial na geografia econômica da região*", isto é, o impacto da integração na concentração de áreas de atividades econômicas. (BALDWIN, 1997, p. 46). Outros autores, como Foroutan & Pritchett, argumentam que uma das razões para o fracasso da integração regional na África Subsaariana é o medo de alguns países, em particular os mais pobres, que as poucas indústrias que têm podem migrar para países vizinhos mais avançados. (Ibidem, Ibidem, p.50). Portanto, embora princípios básicos de teorias do comércio possam fornecer alguns *insights* gerais, elas ficam aquém de servir como guias práticos no contexto africano. Em defesa da integração regional dos países, Peter Robson argumenta que,

... os requisitos para fazer formas razoavelmente completas de trabalho de integração regional são: a distribuição dos ganhos tem de ser cuidadosamente equitativa e os mecanismos de compensação e estabilidade para os países membros, a diminuição da soberania nacional em prol do alcance da necessária harmonização a nível regional. Em contraste, cooperação regional em infraestrutura e dos recursos naturais é muito menos exigente. Geralmente, haveria benefícios para todos os países envolvidos na integração regional em infraestrutura, independentemente do seu tamanho e nível de desenvolvimento econômico. (ROBSON, Idem, p.69).

Quaisquer que sejam as limitações na compreensão das questões de integração regional a nível teórico, a compreensão das evidências empíricas são ainda escassas. Sua limitação para uso na África é acentuada pelo fato de que as variáveis políticas institucionais são tão importantes, se não mais, como as variáveis convencionais, que geralmente são utilizadas nos modelos de integração econômica. Apesar destas limitações, estudos têm sido realizados para avaliar o desempenho dos blocos regionais em África, usando um modelo de gravidade. Entre tais estudos destaca-se Foroutan & Pritchett (1993); Lyakurwa *et al.* (1997); Roberto Longo & Khalid Sekkat (2001), pesquisa que incidiu sobre a África Subsaariana e E. Olawale Ogunkola (1994) sobre a África Ocidental.

Embora os resultados possam variar ligeiramente, as conclusões gerais a que chegam os autores parecem ser semelhantes. Todos eles concluem que a experiência de integração regional em África tem sido um fracasso no alcance de seus objetivos de aumentar o comércio inter-regional, em particular, e promover a

política de coordenação em geral. Por outro lado, estudo realizado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África - UNECA (2009), utilizando um índice exclusivo para medir a evolução da integração em África, concluiu que a integração regional em África tem sido “*fraca e vacilante em todos os sectores, países e comunidades regionais*”. Exceto algumas melhorias em determinadas regiões, o crescimento do comércio inter-regional da África tem sido pequeno, estagnado ou em declínio nos últimos anos, em comparação com o recorde atingido em 1970. Tanto o comércio intra e inter-regional como o comércio intra-Africano, em geral têm tido muito baixos resultados. Como apontado por Lyakurwa (1997), Foroutan & Pritchett (1993), Alexander J. Yeats (1999) e outros, as análises dos esquemas de integração regional na África Subsaariana não apresentam a existência de mudanças perceptíveis na composição do comércio, como se gostaria de sugerir, nem indicam que a integração teria provocado qualquer alteração estrutural significativa nas economias dos países.

Olhando pelas concepções expostas pelos autores, vale reforçar a teoria de interdependência citada no primeiro capítulo. Usando os termos do Robert O. Keohane de “*interdependência assimétrica*”, onde afirma que no caso da integração ou relação de interdependência entre os países em que a autonomia dos Estados e o poder de realizar os objetivos por via de ação individual são limitados, em que o poder entre os autores envolvidos é desigual gerando desconfiança para aqueles supostamente possui menor calibre para competir de igual a todos. Portanto a resposta seria a busca da soberania estatal por meio de ações individuais. (Keohane, 1992 p. 164-5). Porém, interdependência traduz o sentido de “*dependência mútua*”, onde os atores envolvidos são efetivamente contaminados de forma possivelmente onerosa pelas ações uns dos outros. O que, para Keohane, não significa ganho mútuo, porque as relações de interdependência sempre incidirão custos, uma vez que não existe autonomia da parte dos integrantes. (Idem. Idem. p.168).

2.3. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO AFRICANO E SEUS DESAFIOS

Segundo Joel Fernandes, Kwame Nkrumah já percebia que a África só poderia se livrar do jugo neocolonial através de uma integração de todos os países do continente.

Continuando na sua linha de pensamento, Joel Fernandes afirma que, no continente africano o processo de integração econômica foi promovido pelas metrópoles durante a administração colonial e desenvolvido depois da independência pelos dirigentes africanos, por meio de acordos e tratados que visavam a estabelecer um regionalismo aberto. Nos anos sessenta do século XX, afirma Fernandes, alguns estadistas africanos comprometidos com os processos de independência do continente, criaram em 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia, a Organização da Unidade Africana (OUA), cujos objetivos principais eram a cooperação política para lutar contra a ocupação do continente pelos europeus e a cooperação econômica para promover o desenvolvimento do continente e a geração do bem-estar aos seus povos. (FERNANDES, Joel A. 2007, p.22).

Porém, em vista que os interesses dos colonizadores eram para abastecer as metrópoles e não promover o desenvolvimento e segurança nas suas colônias, Lito Nunes Fernandes afirma que verdadeiro início do processo de integração ou os caminhos para a unificação foram iniciados com a articulação política da descolonização do continente, unindo diferentes atores sociais que definiram os objetivos e os mecanismos a serem adotados para o início do processo de descolonização. Para isso havia a necessidade de se criar uma organização para, através dela, os novos países poderem se posicionar perante a comunidade internacional e se defenderem na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi durante este processo que se criou a Organização da União Africana (OUA), posteriormente substituída pela União Africana (UA). (FERNANDES, Lito N. 2011, pp.17-9).

Em 1957, na comemoração da independência do seu país (Gana), Nkrumah aproveitou o momento para expor a ideia e convencer seus conterrâneos para a criação do que ele denominava *Estados Unidos da África*, ideia posteriormente desenvolvida no livro *Africa Must Unite* (1963). (FERNANDES, 2012. p.119).

No primeiro encontro dos Estados Africanos Independentes, realizado em 15 abril de 1958, em Accra, Gana, usando da palavra Nkrumah conclamou sobre a necessidade da independência e a importância de reforçar a unidade entre os Estados africanos, afirmando que se a África não começasse a sua unificação antes do acesso à independência dos seus diferentes Estados, a sua unidade seria uma tarefa difícil de realizar e o continente se converteria em presa fácil de instabilidade e debilidade, permitindo a continuação da dominação por parte das

grandes potências. Nos vários outros encontros entre Estados africanos Nkrumah reiterou a necessidade de uma integração política e econômica do continente africano. Segundo ele, somente uma autoridade continental poderia planejar e conduzir a política da África, ajudar os pequenos Estados a se livrarem das mazelas da herança colonial: balcanização, debilidade econômica, dependência externa, neocolonialismo, exploração, pobreza extrema, etc. (Idem, Idem. p.120).

Conforme Joel Fernandes, na percepção de Nkrumah a África dependeria de uma união política e econômica forte e capaz de defender os superiores interesses da região perante o sistema imperialista. A independência política deveria ter amparo econômico, senão se tornaria superficial, ou seja, seria uma farsa, uma vez que existe diferença entre a independência política e a econômica. Afirma o autor, citando Nkrumah:

uma grande união política pode nascer uma África unida, gigantesca e poderosa, na qual os limites territoriais, que são relíquias de colonialismo, passarão de moda e se tornarão supérfluos; trabalhará para mobilização completa e total da organização de planificação econômica com uma direção política unificada". (Nkrumah. *Apud* FERNANDES, Idem. p.121).

E, continua:

Nkrumah entende que a balcanização do continente africano, pelas potências europeias, levou ao surgimento de Estados pequenos, débeis e artificiais, que com a independência política da região continuarão à mercê dos interesses das antigas metrópoles e sem possibilidades de uma verdadeira independência econômica. (Idem, Idem. p.122).

Portanto, afirma Fernandes, Nkrumah acreditava que a solução seria uma política econômica integrada e a interdependência africana voltada em ajuda mútua e só assim a África poderia ultrapassar a subjugação dos interesses imperialistas e da balcanização conjugadas porque qualquer tentativa de desagregação seria nociva aos interesses dos africanos, pois a segregação atrapalharia e enfraqueceria as múltiplas vantagens que os países poderiam obter se estivessem unidos. (Idem, Idem p.122).

No entanto a reformulação da União Africana (UA), em substituição da antiga OUA, não foi inspirada plenamente nas ideias de Nkrumah, mas sim na União dos países europeus, quando surgiu com o objetivo de promover a estabilidade política, o desenvolvimento e a unidade dos países do continente africano. Atualmente todos os países africanos são membros de pleno direito da

UA, exceto o Marrocos, devido à anexação considerada ilegítima do Saara Ocidental (reconhecimento da República Saarahui).¹⁴

A proposta da União Africana (UA) abrange várias dimensões: monetária, financeira, jurídica, institucional e políticas, infraestrutura e comércio exterior. Acompanhando o modelo da União Europeia (EU), a União Africana (UA) tem por objetivo futuro a criação de um Banco Central Africano, um Fundo Monetário Africano e um Banco Africano de Investimento. Estas são propostas ambiciosas para promover uma aproximação maior entre os países africanos.

Vale ressaltar que a África possui hoje 54 países membros da UA. De acordo com o *Relatório de 2014*, do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁵, as reformas implementadas têm tido resultado positivo porém insuficiente. A África apresenta uma das economias que mais cresce no mundo (crescimento médio de 5,7%, de 2004 a 2013). Grande parte deste crescimento se deve ao aumento dos preços das *commodities* minerais, verificados na primeira década do século XXI, e à melhora relativa da conjuntura internacional até 2008, juntamente com a melhora verificada em relação ao comportamento interno dos cenários de estabilidade política e das instituições nacionais, permitindo aos países absorverem as rendas derivadas da exploração de seus recursos naturais. Este incremento nos preços pode ser observado no desempenho das exportações de vários países da África, ricos em recursos naturais.

Outro fator importante e que contribuiu muito para o crescimento econômico dos países africanos foram os investimentos estrangeiros que entraram no continente. A atração pela exploração dos recursos naturais condicionou vultosos investimentos de empresas mineradoras e petrolíferas estrangeiras em busca de lucratividade, impulsionadas pela alta dos preços das *commodities*. Também a elevação da formação bruta do capital fixo (FBCF) e dos investimentos em infraestrutura, principalmente nas áreas de energia e transporte, provocaram incremento da renda e do consumo nos países beneficiários. (FMI 2014. Ibidem. p. 12).

¹⁴ Trata-se da questão legada pela Espanha ao conceder independência ao território do Marrocos espanhol em 1976, sem reconhecer a independência da República Saarahui (antigo Sahara espanhol), cujo povo luta pela emancipação de seu território e etnia até os dias atuais.

¹⁵ FMI. *Études économiques et financières: Perspectives économiques régionales (Afrique subsaharienne, maintenir le Cap)*. Relatório 2014. Online.

Ainda, segundo o Relatório, os investimentos estrangeiros diretos (IED) na África influenciaram tanto o aumento de atividades econômicas e exploratórias como a expansão da infraestrutura. Entre 2004 e 2008 o IED passou de US\$ 21,7 bilhões para US\$ 72,2 bilhões respectivamente. No entanto, devido à crise financeira internacional houve quedas em 2009 e 2012, com o fluxo de investimentos caindo de US\$ 60,2 bilhões para US\$ 50 bilhões, respectivamente. Estes investimentos foram acompanhados pelo crescimento do comércio intra-Africano, que apresentou oportunidades de incremento às economias de seus países. (Ibidem, Ibidem. p.14).

O Relatório conclui haver potencial para a África reduzir sua vulnerabilidade aos choques globais, contribuir para a diversificação econômica e aumentar a competitividade de suas exportações. Neste contexto, para obter os ganhos esperados do comércio intra-Africano e da integração regional afirma, os países precisarão colocar em prática a potencialidade da construção de novas capacidades produtivas e do empreendedorismo interno no centro das agendas políticas, a fim de impulsionar o comércio no interior dos países intrabloco. Desse modo, a promoção do comércio necessitará de uma mudança de abordagem mais linear que vá de encontro aos objetivos da integração centrada na eliminação das barreiras comerciais e uma abordagem baseada no desenvolvimento para a integração, tendo em vista a construção de capacidades produtivas e tecnológicas e o desenvolvimento dos setores privados. (Ibidem, Ibidem. p.16).

Estudo da UNCTAD indica que mesmo com o aumento verificado no comércio intra África, este ainda é um dos principais desafios para o desenvolvimento do continente. Os limitantes citados pelo estudo, para a expansão do comércio entre os países africanos, são os elevados custos de transporte, o excesso de tributação para as mercadorias que cruzam mais de uma fronteira e a instabilidade política, que contribui para o fechamento das fronteiras e das vias terrestres e marítimas de transporte. Esses fatores tendem a tornar o comércio com a Europa ou a Ásia mais atraente do que com os próprios vizinhos. (UNCTAD, 2014, p.23). Outro documento da Comissão da União Africana, apresentado na Conferência da Monróvia (Libéria, 1979), registra que se a “África pretendia libertar-se permanentemente da pobreza e da miséria, ela deveria contar apenas consigo mesma”. (RODRIGUES & CAPUTO, 2014, p.11).

No passado, a *Declaração de Adis Abeba* de 1973 registrava a incapacidade da comunidade internacional em criar condições favoráveis para o desenvolvimento da África. O documento da *Ata Final de Lagos* (1980) enfatizava o desenvolvimento endógeno, autocentrado e autossustentado e a luta contra o neocolonialismo dos países do Norte de África, como determinantes para a conversão do continente. (Ibidem. Ibidem).

O sentimento de unidade para fazer frente às grandes mudanças necessárias para modificar o continente está por detrás das iniciativas de integração, mas convivem com sentimentos conflitantes, como o antagonismo às antigas colônias e a aceitação da ajuda humanitária como compensatória, simultaneamente ao treinamento de líderes políticos e comunitários junto aos países desenvolvidos, a atração de investimentos estrangeiros e a ajuda do sistema financeiro internacional para inibir o incremento à saída de recursos duvidosos da África e para criar instituições financeiras com padrões e normas de acordo com as boas práticas internacionais. (ZUMA, Dlamini, 2013, p.3).

Por sua vez, o *Tratado de Abuja*, aprovado pela UA, estabeleceu os fundamentos para a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA) por meio de um processo gradual de coordenação, de harmonização e de integração progressiva das atividades das Comunidades Econômicas Regionais (CERs). Entre seus objetivos está a criação de zonas de livre comércio, de uniões aduaneiras, de um mercado único, um banco central e uma moeda comum estabelecendo assim uma união econômica e monetária unificada até 2028. (RODRIGUES & CAPUTO, Ibidem, p.13).

A integração econômica é um acordo em essência político e econômico entre diferentes regiões, que tem por objetivo a redução ou eliminação das barreiras de comércio e a coordenação das políticas monetária e fiscal. Objetiva reduzir os custos para os consumidores e os produtores, bem como aumentar o comércio entre os países participantes. Portanto, as exposições das teorias acima apresentadas, de diferentes autores, nos permitem reconhecer que, se forem adequadas a realidade econômica e cultural africana, o projeto de integração dos países africanos há possibilidade de diminuir sua dependência econômica em relação aos países ricos, no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Para isso, porém, é necessário não somente adequar as condições que lhes permitem ampliar o comércio inter-regional e os investimentos entre os

países, de modo a aproveitar as vantagens específicas de cada um, reduzir custos, aumentar mercados e proporcionar ganhos de competitividade, porque cada liberalização entre um conjunto de países pode corresponder a um movimento de protecionismo em outro conjunto.

Nesse sentido, as diversidades implicam uma visão mais abrangente e dinâmica do desenvolvimento da África e requer que os benefícios obtidos em escala se sucedam para o conjunto de países simultaneamente, à medida que sejam eliminadas as regras de proteção e as barreiras ao comércio, com relevo a uma visão de longo prazo em detrimento de uma visão de curto prazo para solução de problemas imediatos de poucos países. Os benefícios resultantes poderão incentivar investimentos entre fronteiras, com os seguintes resultados:

- aumento da competitividade entre empresas que concorrem entre si nesse mercado;
- aumento do comércio intra África;
- diminuição da dependência de produtos importados e da exportação de bens primários;
- aprimoramento institucional proveniente do aumento das negociações e das soluções de conflitos;
- contribuição para a melhoria das condições da população.

A extensa agenda de reformas, porém, está ainda a exigir muita coordenação em um esforço contínuo e ininterrupto. Nesse sentido, o plano de ação estabelecido pela UA se distribui em vários temas, tais o comércio; o livre movimento de pessoas, bens, serviços e capital; infraestrutura e energia; investimentos; harmonização de estatísticas; harmonização das políticas fiscais e monetárias; desenvolvimento dos mercados de capitais; paz e segurança, saúde e gênero, assuntos políticos, capacitação de pessoas, agricultura, indústria; ciência e tecnologia.

Como temos analisado, a integração econômica africana visa, como estratégia, promover a transformação e o desenvolvimento econômico do continente. Foi nesta perspectiva que se processou a transformação da Organização da União Africana (OUA) em União Africana (UA), organismo que deu novo fôlego ao processo de integração dos países face à necessidade de criar um programa econômico para todo continente. Objetivo concretizado na

formação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), surgida com apoio da ONU no quadro estratégico da UA, com intuito de facilitar a criação da comunidade econômica continental. Trata-se de nova forma de intervenção para o enfrentamento dos desafios críticos que atingem o continente: a pobreza, o desenvolvimento e a condição marginal internacional dos países.

Nesse sentido, a função da NEPAD é de apoio aos governos africanos, a fim de que possam assumir o controle total de suas agendas, a fim de trabalharem de forma mais estreita e cooperarem de forma mais eficaz junto aos parceiros internacionais. Para tal, a NEPAD está envolvida em vários programas e projetos direcionados para seis áreas temáticas: Agricultura e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas e Gestão de Recursos Naturais; Integração Regional e Infraestrutura; Desenvolvimento Humano; Económico e Governança Corporativa; além de Temas transversais, incluindo Gênero, Desenvolvimento de Capacidades e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Conforme Joel A. Fernandes (2007) e Lito N. Fernandes (2011), não obstante o processo de integração econômica regional já se tornando uma realidade de algumas décadas, os desafios e obstáculos que imperam entre seus membros, para estreitar as relações econômicas e comerciais, fica evidentes quanto à realização desses objetivos. Os desafios não são exclusivamente econômicos, mas também de origem política, social, cultural e histórica. Este contexto exige uma reflexão mais profunda para se analisar o processo da integração econômica regional africana à luz das peculiaridades inerentes a cada região e país

2.4. AS COMUNIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS

As CERs em sua maioria foram criadas a partir dos anos de 1990, distribuídos em cinco regiões africanas – África Austral, África Central, África do Norte, África Ocidental e África Oriental - com objetivo de proporcionar maior integração do continente e provocar maior incremento ao comércio intra-África. Assim, a motivação econômica tem sido maior no que diz respeito à remoção de barreiras comerciais e promoção do desenvolvimento regional, junto à criação de novos bancos com incentivo aos bancos já existentes, visando o desenvolvimento regional e a criação de uniões monetárias entre algumas comunidades

econômicas regionais. Visando estes objetivos foram criadas pelas Nações Unidas (ONU), para apoiar o continente, a Comissão Econômica para África (CEA) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA), com objetivo de apoiar o desenvolvimento econômico e social dos países africanos, promover a integração regional e a cooperação internacional. (EENI. 2015. Online).

A proposta da Comissão Econômica para África (CEA) é a criação de um mercado comum africano através do desenvolvimento das comunidades econômicas regionais (CERs), como instrumentos para o desenvolvimento do comércio exterior e a integração do mercado africano. As CERs são vistas como a forma mais adequada de desenvolver a integração regional. Este desejo está expresso na *Ata Constitutiva da União da África*, que evidencia o principal objetivo da União (UA) que é o de estabelecer uma Comunidade Econômica Africana e atribui para a formação das comunidades econômicas regionais.

Atualmente existem vários blocos regionais africanos denominados “*comunidades econômicas regionais*”, mas nem todas foram reconhecidas pela União Africana (UA). As CERs reconhecidas¹⁶ pela UA para o processo de integração e respectivos países são:

- **Comunidade Econômica dos Estados do Sahel-Sahariano (CEN-SAD):** Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Mauritânia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Tunísia.
- **Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA):** Burundi, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Malawi, Maurício, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.
- **Comunidade da África Oriental (EAC):** Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

¹⁶ As CERs foram reconhecidas para integração regional com base na distribuição de cada país membro e a sua localização geográfica dentro do continente africano. Como se pode ver, um país às vezes participa de várias comunidades econômicas regionais (CERs). Também levam em conta outras comunidades econômicas regionais já existentes.

- **Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS):** Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe.
- **Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS):** Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.
- **Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD):** Djibuti, Eritreia, Etiópia; Quênia, Somália, Sudão e Uganda.
- **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC):** África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.
- **União Árabe do Magreb (UMA):** Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

Outros grupos econômicos africanos de integração, ainda não reconhecidos pela UA, são: União Aduaneira da África Austral (SACU); União do Rio Mano (MRU); Comissão do Oceano Índico (IOC); União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA); Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO); Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR); Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). (RODRIGUES, Denise Andrade & CAPUTO, Ana Cláudia, 2014 p.113).

Conforme o *Relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para África-UNECA*, de 2004, algumas comunidades econômicas regionais fizeram progressos significativos através de organismos como a União do Oeste Africano Econômica e Monetária (UEMOA) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) para a liberalização do comércio¹⁷ e facilitação da livre

¹⁷ Vale ressaltar que a teoria de comércio, de alguma forma, se iniciou com Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), com uma concepção que vai à contramão do mercantilismo, onde realça não só a importância das exportações como acredita que o livre comércio proporcionaria ganho global, porém com a participação ativa dos agentes econômicos no processo. Logo, a partir daí veio David Ricardo, com influência e desdobramento de alguns autores, Eli Hecksher, Bertil Ohlin, Paul Samuelson em que todos tinham como a pauta de cada país tem uma vantagem comparativa diferente. Se cada país se especializa em produtos em que detém uma vantagem comparativa, ambos irão ganhar com o comércio. Em essência, a teoria das vantagens comparativas ensina que se paga pelas mercadorias de comércio porque elas são diferentes. E que é impossível para um país não ter nenhuma vantagem comparativa em nada. Pode ser menos eficiente em

circulação de pessoas (Economic Community of West African States- ECOWAS), em infraestrutura (Comunidade de Desenvolvimento do Sul Africano - SADC e a East African Community - EAC) e paz e segurança geral. No entanto existem lacunas substanciais entre os objetivos e as conquistas da maioria das comunidades económicas regionais, em particular nos benefícios de um maior comércio interno, na convergência de políticas macroeconômicas, na produção e conectividade físicas.

Quanto ao comércio entre países este tem se mantido consistentemente em nível muito baixo. O padrão das exportações continua a ser fortemente influenciado por laços históricos com a Europa, com mais de 80% das exportações destinadas a mercados fora do continente. Visando minorar este ciclo, as CERs têm fomentado o desenvolvimento do comércio intra continental através de programas que visam atingir a formação de zona de comércio livre, união aduaneira e mercado comuns. No entanto, inúmeras iniciativas e décadas de experimentações de integração não trouxeram quaisquer níveis significativos para o comércio intrarregional ou intra-África. (UNECA, 2004, p. 24). As estruturas de produção e exportação da maioria das economias africanas são orientadas para produtos primários como minerais, madeira, café, cacau, caju e outras matérias-primas para as quais a demanda é orientada externamente. A maioria dos países não tem capacidade industrial para produtos manufaturados diversificados e de apoio aos mercados regionais. Países da África Subsaariana parecem ter relativamente poucos bens para o comércio inter-regional. (Ibidem, p.27).

A inexistência de infraestrutura adequada continua sendo um dos principais obstáculos ao comércio intra-Africano, obstaculizando os investimentos e o desenvolvimento dos setores privados. Programas para incentivar redes de transportes e comunicação, recursos de energia e tecnologia da informação iriam acelerar o progresso do comércio e transformar a África em um refúgio para os investimentos. As implicações do fraco comércio intra-Africano são de grande alcance. Muitas oportunidades são perdidas para o comércio dentro do continente, o que poderia melhorar as perspectivas de especialização entre os países e acelerar o desenvolvimento. O comércio intra-Africano pode gerar

tudo, mas ainda terá uma vantagem comparativa na indústria em que é relativamente menos mal. Neste caso, deve se especializar naquilo que produzir com mais vantagens.

dinamismo entre as sub-regiões e se tornar um poderoso motor para o crescimento dos países em busca de maior maturidade econômica. A principal questão que se coloca, portanto, é como reverter à situação para que os países africanos possam beneficiar-se de melhores intercâmbios inter-regional. (UNECA, 2013, p.7).

Os objetivos mencionados para serem alcançados exigirão dos dirigentes/atores desse processo uma complexa solução que vai além da integração política e econômica. Será preciso melhorar os principais indicadores econômicos, incluindo os de logística e infraestrutura, indústrias, agricultura e investimentos, a fim de atingir as condições para a manutenção de um comércio sustentável mais integrado, tanto de bens como de serviços. Nesse sentido, o desenvolvimento das redes de infraestrutura, ao estabelecer ligação física entre os países, poderá ser um instrumento fundamental no processo da integração regional e conseqüentemente reduzir substancialmente os custos logísticos para o estabelecimento de uma economia de escala.

Portanto a participação do setor privado nesse processo é estrategicamente importante para sua concretização e para o aumento dos rendimentos dos africanos, além de contribuir para a diversificação das economias, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a redução da dependência de ajuda externa¹⁸. No entanto, não se consegue assegurar haver possibilidade consistente de os países africanos alcançarem metas favoráveis no curto prazo. Isso porque, do ponto de vista estritamente político, nota-se a persistência de desconfianças mútuas entre grupos étnicos e líderes africanos em lutas pela liderança, sua incapacidade de prevenir e resolver conflitos e a não conformidade com compromissos regionais.

¹⁸ África é um dos continentes de maior participação de ONGs beneficentes internacionais, como Médicos Sem Fronteiras, entre outras.

CAPÍTULO 3º

UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO - UEMOA

3.1. ANTECEDENTES

Antes da criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o território coletivo conhecido como África Ocidental compunha-se de uma agregação de Estados surgidos a partir de diferentes experiências de domínios político-administrativos coloniais. Quinze Estados, hoje independentes, constituem a CEDEAO, e ocupam o extenso território limítrofe na costa oriental com o Oceano Atlântico e, na parte ocidental, com o deserto do Saara. São eles, Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia¹⁹, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, além de Cabo Verde que, embora seja um país insular, aderiu ao Acordo em 1976.

Com uma população calculada em 300 milhões de pessoas, os Estados-membros da comunidade fazem uso de três diferentes idiomas oficiais (Inglês, Francês e Português). A superfície territorial é de 5,1 milhões de km², cujos povos de diferentes etnias e mais de mil línguas nativas. Entre as principais: Fula, Hausa, Mandingo, Wolof, Yoruba, Ibo, Ga, etc.

Os africanos ocidentais estão entre as populações mais móveis do mundo. Embora a maior parte da migração seja intra-regional, cerca de 7,5 milhões de migrantes, apenas na África Ocidental (3% da população da região), encontram-se espalhados por diversos países da própria CEDEAO. Outros 1,2 milhões de são emigrantes dispersos principalmente na América do Norte e Europa. Estimado em cerca de 149 milhões de pessoas, em 2013 as mulheres constituíam mais de 50% da população da região. Mesmo que esta seja ainda uma realidade pouco explorada, a migração transfronteiriça coloca estas mulheres em primeiro plano, como possíveis agentes capazes para promover a integração, ao lado de comerciantes e pessoas de negócios. (CEDEAO, 2014. Online).

¹⁹ Mauritânia desligou-se da CEDEAO em 1998.

Ao longo dos últimos anos a população da África Ocidental testemunhou forte crescimento, passando de 70 milhões para cerca de 300 milhões de habitantes entre 1950 e 2010 (quase 40% da população da África subsaariana). É a região considerada mais jovem do planeta. Porém, projeções mais recentes, feitas pela ONU, consideram que a população da África Ocidental deverá atingir entre 550 e 600 milhões em 2050. (CEDEAO, Ibidem).

De acordo com apresentação histórica do site da CEDEAO (2015), até o século XIX a região foi palco de muitos impérios e reinos importantes, entre os quais Gana, Mali Songhai, Wolof, Oyo, Benin e Kanem Bornu. A diversidade cultural, linguística e ecológica da região oferecem tanto oportunidades como desafios para o processo de integração. O desejo de combinar forças políticas e econômicas sempre foi reconhecido como um passo à frente no desejo de gerar prosperidade para a região. Desse modo, o primeiro esforço de integração remonta ao domínio francês do antigo Sudão, em 1945, com a criação do franco CFA (Comunidade Financeira Africana), que impôs uma moeda única aos países francófonos da região. Em 1964 o presidente da Libéria, William Tubman, propôs uma união econômica para os países da África Ocidental, que levou a um acordo assinado em 1965, por quatro Estados: Costa do Marfim, Guiné, Libéria e Serra Leoa. (FERNANDES, J. Idem, p.149).

No entanto, nada de concreto emanou do acordo até 1972, quando o presidente nigeriano Yakubu Gowon Gen e seu homólogo togolês, Gnassingbe Eyadema, visitaram a região, dando apoio à ideia de integração. Os projetos emanados de seus esforços formaram a base para o surgimento do Tratado de Lagos, em 1975, que deu origem a CEDEAO. De acordo com Fernandes, o Tratado de Lagos inicialmente se limitou a algumas políticas econômicas, tais promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. A crise dos anos 1980 levou à revisão do Tratado em 1993. (Idem, p.150).

O Artigo 3º do Tratado da CEDEAO, de 1993, indica os principais objetivos do Acordo. Entre eles: *“promover a cooperação e integração na perspectiva de uma União econômica da África Oeste; elevar o nível de vida de seus povos, manter e ampliar a estabilidade econômica, reforçar as relações entre os Estados Membros e contribuir ao progresso e desenvolvimento do continente africano”*. (CEDEAO. *Tratado*. 1993. p.4. Online).

A Comunidade tem ainda como meta promover a integração econômica em diversos campos: indústria, transporte, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos financeiros e monetários, assuntos sociais e culturais. Analisando os termos do artigo supracitado, pode-se afirmar que a CEDEAO persegue metas ambiciosas para promover o desenvolvimento da região. Entre as metas consta o objetivo político que consiste na promoção de uma cooperação mais ampla no âmbito da África Ocidental e o objetivo econômico que visa a realização do desenvolvimento e o progresso dos Estados-membros, em particular, e do continente em geral.

No entanto existem na CEDEAO vários acordos de cooperação também com países vizinhos, que têm afinidades políticas e interesses em promover cooperação econômica comum. Ao subscrever a visão dos fundadores da CEDEAO, pode-se dizer que os líderes atuais da comunidade tomaram posse dos grandes objetivos tendentes a melhorar as condições de vida dos cidadãos, garantir o crescimento econômico e criar um ambiente propício para o verdadeiro desenvolvimento e integração.

Todavia um dos principais objetivos da África Ocidental era assinar acordo de parceria econômica com a União Europeia (UE), com intuito de estabelecer uma zona de comércio livre entre a Europa e a África Ocidental (CEDEAO + Mauritânia), através da supressão progressiva das restrições comerciais existentes entre os países europeus e os parceiros comerciais da região. (PANAPRESS. 2015. Online).

De acordo com site da CEDEAO, o Acordo de Parceria Econômica (APE)²⁰ assinado com a União Europeia tem a intenção de promover a integração progressiva dos países pertencentes à CEDEAO na economia mundial, tendo em devida conta as suas opções políticas e prioridades de desenvolvimento, incentivando o seu desenvolvimento sustentável e contribuindo para a erradicação da pobreza. Negociações de parceria foram lançadas oficialmente em todos os níveis dos países africanos participantes, em 27 de Setembro de 2002. As negociações entre a UE e a África Ocidental decolaram em 04 de Agosto de 2004, após o lançamento do *Accra Road Map*. A União Europeia é atualmente o

²⁰ Os Acordos de Parceria Económica (APE) entre a UE e os seus parceiros em África, no Pacífico e nas Caraíbas (Países ACP) foram inicialmente concebidos para integrar uma política de desenvolvimento e uma política comercial numa estrutura abrangente no âmbito do Acordo de Cotonou (2000).

principal parceiro comercial da África Ocidental e dos países membros da Comunidade dos Estados da África Ocidental. (CEDEAO, 2015. p.7).

O escopo da integração foi finalmente atingido em Julho de 2014, quando o acordo foi aprovado pelos 15 chefes dos Estados e de Governos da CEDEAO, estabelecendo uma zona de comércio livre entre a Europa e a África Ocidental (CEDEAO + Mauritânia). O acordo prevê, ademais, a supressão progressiva das restrições comerciais entre os dois parceiros comerciais. (Ibidem, Ibidem).

Desde sua criação, em 28 de Maio de 1975, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem demonstrado intenção em promover a cooperação econômica e a integração regional como um instrumento para o desenvolvimento acelerado do crescimento das economias do Oeste Africano. Nesse contexto, a integração regional continua a ser a ferramenta mais viável e adequada para acelerar e alcançar os resultados do desenvolvimento sustentável dos países-membro. Consequentemente as autoridades da CEDEAO (Chefes de Estado e de Governo) reafirmam seus compromissos em contribuir para a melhoria do processo de integração da África Ocidental e melhorar sua eficácia. Nesse sentido, o Conselho Superior da CEDEAO adotou a Resolução de Junho de 2007 para introduzir a nova visão transformacional 2020, destinada a definir uma direção clara e objetiva para a elevação significativa do nível de vida das pessoas. (CEDEAO, *Visão 2020*. 2016. Online).

De acordo com o documento, programas inclusivos prometem garantir um futuro brilhante para a África Ocidental, redefinindo o destino da região por muitos anos vindouros. A respeito, é esclarecedor o discurso do atual Presidente da Comissão da CEDEAO, Kadre Desire Ouédraogo, direcionados à mobilização dos cidadãos da região, dentro dos objetivos considerados na *Visão 2020*. De acordo com o documento da CEDEAO (2016), em seu discurso afirma ser *“gratificante verificar que o processo de visão tem alcançado progressos notáveis, culminando na formulação e preparação deste Documento de Visão. Essa conquista representa um passo significativo, sobretudo tendo em conta o esforço louvável de envolver todos os intervenientes relevantes no processo de visão”*. (CEDEAO, 2016).

O discurso, oficial, reflete a aspiração de líderes da região em fazer da *CEDEAO Visão 2020* uma proposta a ser abraçada pelos vários setores da população envolvida. A implicação é que doravante os processos de integração e

de desenvolvimento sejam centrados na livre circulação de mercadorias e de pessoas da região. Esta mudança de paradigma nas atitudes e orientação institucional é vital para que se crie um ambiente no qual a comunidade empresarial e o público em geral tenha uma visão comum que os leve a trabalhar juntos para alcançar um equitativo crescimento, capaz de estabelecer uma base ampla para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Um segundo objetivo, justificado pela CEDEAO no relatório de 2014, tem sido a busca permanente da unidade africana iniciada desde o pan-africanismo, ou seja, uma África unida e suficientemente forte para acompanhar o contexto das mutações que ocorrem na ordem econômica internacional, como meio econômico e político para alcançar os objetivos almejados e a coordenação dos esforços dos governos de Estados membros para o desenvolvimento econômico. A proposta é enfática e inequívoca sobre as demais mudanças a serem feitas na forma de como a vida política e socioeconômica da região passam a ser vista e administrada. Estas novas orientações parecem ser necessárias e vitais para o sucesso do fim da pobreza extrema e privações. Como claramente enunciado no documento, a proposta 2020 é viável e realizável. Para que isso aconteça, todavia, todos os atores empresariais e políticos devem evidenciar esforços para fazer e tornar efetivas as mudanças necessárias através da formulação e execução de políticas que visem melhorar a capacidade institucional dos países envolvidos. Contudo, em resposta à dinâmica dos ambientes regional e internacional, e com base nas lições das experiências anteriores, foram adicionados reforços aos mandatários da CEDEAO, visando aprofundar a cooperação sobre questões de paz e segurança regional e internacional, de conformidade às ambições expressas no Tratado revisado de 1993.

3.2. GENESIS DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETARIA DO OESTE AFRICANO

Segundo Joel A. Fernandes, a iniciativa do processo de integração dos países da África Ocidental começou a partir do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, já com a independência política de alguns países da região, entre eles Gana (Kwame Nkrumah), Senegal (Leopold Sedar Senghor) e Mali (Modibo Keita), tinham como argumentos a necessidade dos povos africanos se unirem e

lutarem contra o sistema invasivo colonial, a construção de sua identidade nacional, criação das instituições políticas e de defesa de suas tradições e culturas, e uma África que deveria lutar para proporcionar o desenvolvimento econômico e social de seus povos. (FERNANDES, J. A. 2007. Idem, p. 120).

A crise mundial dos anos oitenta provocou a convocação do governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) em 1990, órgão encarregado da articulação e gerenciamento da política monetária dos países membros da CEDEAO, para que apresentasse uma proposta capaz de viabilizar efetivamente o processo de integração dos países da sub-região (Senegal, Costa do Marfim, Mali, Níger, Togo, Benin, Burkina Faso). Em consequência, em julho de 1992 era apresentada nova proposta pela equipe do BCEAO, na qual constava a transformação da antiga União Monetária da África Ocidental (UMOA) para União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

Contrariamente à experiência de integração europeia, que buscou em primeiro lugar criar as condições básicas e necessárias para possibilitar a aproximação entre as economias dos Estados-membros como condição prévia para o estabelecimento da união monetária, a UEMOA, por sua vez, resulta de um salto qualitativo de uma união monetária para uma união econômica entre os setes Estados da África Ocidental. A UEMOA nasceu como complemento da União Monetária da África Ocidental (UMOA), por meio da transferência de competências, conforme previsto nos artigos 2º e 112, e o Preâmbulo do Tratado da UEMOA (TUEMOA), que assim dispõe: desejando completar, com efeito, a União Monetária da África Ocidental (UMOA) através de novas transferências de soberania e transformação desta União (UMOA) em União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), dotada de novas competências. (FERNANDES, J. A. Idem, p.160).

A trajetória da UEMOA foi resultado de um processo não linear, mas de muitas mudanças ditadas por necessidades conjunturais de origens políticas, econômicas, comerciais variadas, mas que, de uma ou outra forma visava atender os interesses das antigas metrópoles europeias. Também para Lito Fernandes, o surgimento da atual UEMOA teve sua origem em 1890, abrangendo um amplo território pertencente a então África Ocidental francesa, depois Comunidade Franaceira Africana (CFA). Ainda, segundo o autor, a instituição desta organização visava promover uma estratégia política monetária e comercial por parte do governo francês em suas colônias, a fim de assegurar a coordenação administrativa e econômica dos territórios do oeste africano. Posteriormente, para facilitar a circulação e movimentação das atividades econômicas coloniais, o

governo francês em 1945 criou uma moeda denominada “Franco CFA”. (Idem. Idem. pp.41-2)²¹.

Ainda, conforme Joel Fernandes, a sobreposição da influência da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA)²² nos debates sobre a estratégia de desenvolvimento econômico do continente africano e a necessidade da criação da comunidade econômica africana até o final do século XX, provocou uma corrida na criação de comunidades regionais no continente. Entretanto, nessa busca incessante de formar uma comunidade econômica regional que pudesse atender às necessidades políticas e econômicas da região (África Ocidental) e posteriormente alcançar o objetivo proposto pela Comissão Econômica das Nações Unidas para África, foram criadas algumas organizações de cunho cooperativo, econômico e político. (Idem. Idem. p.143).

Estas organizações tinham como objetivo aprofundar e fortalecer laços políticos entre os Estados Membros para equacionar os obstáculos e prevenir as eventuais agressões externas. Desse modo, a África Ocidental possui cinco organizações políticas: (i) Federação da África Ocidental Francesa (AOF); (ii) União Gana, Guiné e Mali ou União dos Estados Africanos (UEA)²³; (iii) (Federação do Mali, Senegal, Benin, Burkina Faso e Mali); (iv) Conselho da Entente (Costa do Marfim, Burkina Faso, Benin, Nigéria e, Togo, desde 1966); (v)

²¹ Entre 1945 e 1958 foi criada a moeda colonial denominada Franco CFA. Mesmo após a independência dos países subsaarianos, no início dos anos 1960, o franco CFA continuou sendo usado como moeda corrente, circulando com novo significado para o acrônimo CFA, agora *Communauté Financière Africaine* (Comunidade Financeira Africana). A moeda é usada em doze países, exceto Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) e Guiné Equatorial (ex-colônia espanhola). De mesmo nas ex-colônias francesa (Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africano, Togo, Níger, Chade e Senegal). Atualmente o franco CFA se encontra dividido em duas moedas: franco CFA central (XAF) e franco CFA ocidental (XOF). Embora tenham o mesmo valor monetário, não são aceitos em países fora do bloco.

²² Estabelecido pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ONU) em 1958, como uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, o objetivo da ECA é promover e ajudar os Estados Membros das Comunidades Econômicas Regionais Africanas na estratégia de desenvolvimento econômico e social e na integração intrarregional para o desenvolvimento da África. As normas estabelecidas nessa Comissão estão disponíveis em: <http://www.uneca.org/pages/overview>. Acesso em 15/05/2015.

²³ Considerado o primeiro bloco político na África Ocidental de iniciativa africana, a UEA foi criada em 23 de novembro de 1958, pelos presidentes Kwame Nkrumah, de Gana, e Sekou Touré, de Guiné. Os dois líderes decidiram em conjunto criar a União Gana-Guiné, com objetivo de coordenar suas políticas macroeconômicas e de defesa. Posteriormente veio aderir o Mali (Modibo Keita), em 1960. Os três líderes, reunidos em Acra (Gana), em 1961, definiram como objetivos lutar contra o imperialismo, a colonização e neocolonialismo na África e fortalecer a unidade africana. (FERNANDES, Idem, p.123).

Organização Comum Africana, Malgache e Maurícia (OCAMM)²⁴. (Idem, Idem, pp.131-3).

Com exceção da AOF, de origem colonial, todas as demais organizações foram criadas sob a influência do pan-africanismo no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Posteriormente estas organizações acabaram sendo extintas devido aos conflitos de interesses políticos e o surgimento de novas organizações e comunidades regionais que emergiram mais bem estruturadas e com força para atender às novas demandas e necessidades dos países membros.

Já independentes, os países da antiga África Ocidental Francesa (AOF) assinaram pacto em 1961 na cidade de Niamey (capital da Nigéria), e decidiram criar o Banco Central da África Ocidental (BCEAO), com tarefas e objetivo de implementar uma política monetária com emissão de moeda comum, em substituição ao antigo Banco da África Ocidental que desempenhava esta função. Ainda, segundo Lito Fernandes, após a desvinculação do Mali e da Mauritânia da AOF, os restantes seis países (Burkina Fasso, Costa do Marfim, Benin, Nigéria, Senegal e Togo) mantiveram a mesma moeda e decidiram criar a União Monetária da África Ocidental (UMOA), em 14 de novembro de 1973. Com isso foi criado o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD). O Acordo também previa a paridade da nova unidade monetária - o franco da Comunidade Financeira Africana (Franco CFA) – em vigor entre os Estados Membros e a França. (Idem. Idem, p.158).

A operação de convertibilidade do Franco CFA funcionava através da intermediação do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) da seguinte forma: os países membros fazem depósitos em divisas no BCEAO-que, por sua vez, deposita no mínimo 65% de seu lastro em uma conta aberta junto ao Tesouro francês, o que permite a França ser a detentora das operações necessárias para a convertibilidade e a emissão da moeda (franco CFA) para o BCEAO. Com isso a França exerce uma forte influência na política econômica da

²⁴ A Organização Comum Africana, Malgache e Maurícia (OCAMM) é resultado da trajetória não linear de várias organizações. Esta organização regional representa o resultado de uma evolução iniciada com a criação da Organização Africana e Malgache de Cooperação Econômica (OAMCE), transformando-se depois em União Africana e Malgache (UAM) e, a seguir, Organização Comum Africana e Malgache (OCAM). Finalmente passou a se chamar Organização Comum Africana, Malgache e Maurícia (OCAMM), em 1970. Após passar por sucessivas crises nesta década e enfrentar escândalos econômicos e sofrer acusações de representar o braço do antigo colonialismo na África, a organização foi extinta em 1985.

UMOA, já que o Franco CFA continuou sua paridade junto ao EURO mesmo após a eliminação do Franco Francês. (Idem. Idem, p.142).

Todavia a UMOA começava a apresentar seus primeiros resultados para os Estados Membros e a transmitir segurança nas trocas comerciais graças à facilidade de circulação dos produtos, à eliminação do risco cambial e de custos de transação de moedas, pois a União monetária favorecia o comércio e facilitava as decisões sobre os investimentos, maior aproveitamento das economias de escala, controle de inflação e taxas de juros mais baixas, já que o Banco Central (BCEAO) era o único responsável pela articulação da política monetária e emissão de moeda, oferecendo a garantia de convertibilidade dada pelo governo francês.

Até 1985 a Organização havia obtido um resultado muito positivo em relação às demais regiões da África: as taxas de crescimento econômico e de investimento, tanto públicas como privadas, aumentaram, devido a uma verdadeira disciplina monetária com a taxa de inflação baixa, a estabilidade monetária e a credibilidade dos Estados-membros perante os credores e investidores internacionais. (Idem, Idem, p.143).

Porém este “mar de rosas” não continuaria por muito tempo. Devido às crises econômicas e o mau desempenho da economia mundial do final dos anos 1970, a década de 1980 culminou em um fraco desempenho para as exportações dos países membros, refletida na queda de preços no mercado mundial dos principais produtos (primários) exportados pelos países africanos. De mesmo, a desvalorização do dólar americano e aumento da taxa de juros deste país, juntamente com a ausência de uma estrutura produtiva diversificada e infraestrutura suficientes para facilitar uma troca mais eficiente entre os países membros e em África em geral, as consequências negativas foram inevitáveis, tanto na drástica redução das receitas fiscais como no impacto negativo nas finanças públicas, causando, portanto, agravamento dos déficits externos e dificuldades para financiá-los. A crise ficaria ainda pior com a imposição dos *Programas de Ajustamento Estrutural* imposto pelo FMI aos Estados africanos, com objetivos de corrigir os déficits orçamentários. (Idem, Idem, p.144).

Entre os anos de 1985 e 1993 houve uma drástica redução nos volumes de produção em cinco dos sete Estados-membros da UMOA, conjugada com a desvalorização de 50% do Franco CFA, a moeda da Comunidade, o que levou os Estados-membros a avançarem para a etapa de integração da união econômica como meio de superar e/ou sair da crise. Assim foi firmado em 10 de janeiro de

1994, em Dakar, o Tratado Constituinte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). (Idem, Idem).

Todavia com a desvalorização do Franco CFA e a prolongação da crise obriga os países membros avançarem com a nova proposta de remodelação de então União Monetária da África Ocidental (UMOA) para em 10 de janeiro de 1994, em Dakar, formar a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). A partir daí começa a nova forma de visão política econômica fundamentada em adoção da política e dos discursos neoliberais de um mercado livre e auto ajustável, com capacidade para solucionar os problemas econômicos através de uma economia sem fronteiras (globalização) onde o capital, bens e serviços poderiam circular livremente, provocando automaticamente a geração de emprego e riqueza e, conseqüentemente, erradicando as diferenças sociais.

Visto os ditos e os fatos das promessas dos discursos neoliberais, constata-se o crescimento das diferenças socioeconômicas entre os países centrais e os periféricos, sobretudo dos países mais frágeis. De acordo com os ensinamentos de François Chesnais (1996) e Octávio Ianni (2007), os discursos neoliberais enquanto pregam a abertura dos mercados aplicam políticas protecionistas impondo barreiras não tarifárias, tais como a imposição de requisitos quantitativos e/ou qualitativos sobre as mercadorias que possam competir com similares produzidos nos países centrais.

Desse modo, o mundo ostenta a enorme contradição entre o desenvolvimento tecnológico e as crescentes desigualdades econômicas e sociais. Nesse contexto pode-se observar que a maioria dos países periféricos, que tentam formar uma comunidade ou bloco econômico e político regional, tem algo em comum, o passado colonial. No entanto as teorias que falam sobre integração econômica até este momento não mencionaram qualquer sucesso de união feita por países com base em passado colonial recente. De acordo com Joel Fernandes, é impossível formar uma integração econômica e política entre Estados só pelo fato deles terem como base um passado colonial comum, pois o processo de integração só poderá ser concretizado com Estados cuja afinidade política e de interesse econômico sejam conjugados a um objetivo que consubstanciem a soberania de todos os países membros.

Desde os tempos da independência política, os Estados da África Ocidental buscam, por meio da criação de blocos políticos, reunir esforços para lutar contra

os problemas que afetavam a afirmação dos novos Estados, nomeadamente: ausência de identidade nacional em virtude da brutal divisão da África na Conferência de Berlim sem respeitar a identidade das suas populações, e situado o mesmo povo em territórios diferentes; a falta de recursos humanos qualificados nos primeiros anos da independência, devido à escravatura que destruiu a força produtiva africana; a precária infraestrutura, entre outros. (Idem, Idem, p.134).

O fracasso da concretização dos objetivos almejados e a desvalorização do Franco CFA, na década de 1990, provocou uma convocação de urgência dos chefes dos Estados membros e de governos da União em 10 de janeiro de 1994, para oficializar a transformação da antiga UMOA em uma União Economia e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

3.3. PAÍSES MEMBROS E A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UEMOA

A UEMOA é uma união cujos países estão entre os mais pobres do mundo. Segundo o *Ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2014, publicado em 2015 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país com melhor classificação da UEMOA foi Togo, com IDH de 0,484, na posição nº 162, e o pior foi Níger, com IDH de 0,348, na posição de 188, o que representa nível de desenvolvimento e qualidade de vida do povo muito baixos nas dimensões avaliadas. (UNDP. 2014. Online). A urbanização desses países é pouca, com média de 39% de população urbana (mínimo de 20% em Níger e máximo de 54% na Costa do Marfim). (CEDEAO, 2014. Ibidem).

UEMOA abriga uma população de 110 milhões de habitantes, com PIB global de US\$ 98,717 bilhões, segundo Banco Mundo (2014, Online). As economias dos países membros são predominantemente primárias e apresentam balanças comerciais em geral deficitárias, exceto a Costa do Marfim, onde a exportação de cacau é uma das grandes responsáveis pela balança comercial positiva. Todos os oito países dependem de importação de alimentos para suprir suas necessidades. Nenhum dos países tem taxa de eletrificação superior a 50%. Benim, Togo e Níger importam mais de 70% das suas necessidades de energia elétrica. Além disso, todos os países, com exceção de Costa do Marfim e Senegal, importam 100% dos derivados de petróleo que consomem e, geralmente, para abastecer seus mercados precisam importar além de produtos manufaturados, produtos básicos para alimentação. (UEMOA, 2014a. On-line).

A tabela abaixo descreve o resumo da situação socioeconômica destes países, de acordo com dados explorados do Banco Mundial, de 2014.

TABELA 2: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS PAÍSES MEMBROS DA UEMOA (2014)

País	Superfície (km ²)	Pop. em milhões	PIB per capita (US\$)	IDH	PIB corrente (US\$ bi)	Cresc. PIB	Inflação (%)
Benin	112.622	10,60	890	0,480	9,575	5,4	-1,1
Burkina Faso	279.200	17,59	700	0,402	12,540	4,3	-0,3
Costa do Marfim	322.462	22,16	1.450	0,462	34,250	8,0	0,5
Guiné Bissau	36.125	1,80	550	0,420	1,022	2,5	-1,0
Mali	1.240.000	17,00	650	0,419	12,000	7,2	0,9
Níger	842.292	19,11	410	0,348	8,170	6,2	-0,9
Senegal	196.722	14,67	1.050	0,466	15,660	3,9	-1,1
Togo	56.785	7,11	570	0,484	5,500	5,7	0,2

Fonte: Dados de Banco Mundial (2014).

Conforme mencionado, a economia destes países é predominantemente agrícola. De acordo com o relatório da UEMOA, a economia do Benin concentra-se na agricultura de subsistência, onde o algodão é o principal produto, representando 40% do PIB do país e 80% do volume das exportações. Outros produtos de relevância de consumo doméstico ou de subsistência são milho, feijão, arroz, amendoim, caju, abacaxi, e mandioca, além de alguns produtos manufaturados (têxtil) e artesanato.

Burkina Faso é classificado como um dos países mais pobre do mundo, com alta densidade populacional, mais de 80% da população depende totalmente da agricultura, em sua maioria de subsistência, tendo o algodão como principal produto de exportação.

Costa do Marfim também depende da agricultura, apoiado no cultivo do cacau e na exportação do óleo de palma, algodão, borracha, abacaxi, banana e açúcar. É a maior economia do bloco, com nível de estrutura melhor do que os outros parceiros.

Guiné-Bissau é um dos países mais pobre do mundo, conforme se pode constatar dos indicadores apontados na tabela 2, acima. A economia do país

depende da agricultura e da pesca, com destaque para a produção de arroz, importante item indispensável na alimentação da população, incluindo ainda o amendoim, a mandioca e o feijão. Sendo um dos maiores produtores mundiais de castanha de caju, principal item de exportação do país. Também exporta madeira, semente de palma e amendoim. Sobre a pesca, Guiné-Bissau tem, além de peixes, uma quantidade enorme de mariscos.

Mali, igual aos demais países membros, tem na agricultura sua principal atividade econômica e de subsistência, além de algumas pequenas empresas de transformação de produtos agrícolas, como arroz e algodão.

Níger produz para subsistência feijão e cebola, principais produtos agrícolas. Devido a sua situação geográfica e climática, não muito favorável à agricultura, o país conta com a criação de animais e uma pequena indústria de beneficiamento e tecelagem de algodão. Urânio é o principal produto de exportação.

Senegal tem no setor de pesca o principal item de exportação, seguido de fosfato.

Togo possui café, cacau, algodão, coco e frutas tropicais como principais produtos de exportação.

Cabe ressaltar que a maioria destes países convive com algum tipo de instabilidade política e social – insurreições, conflitos políticos-militar, golpes de Estado, o que de alguma forma não abona para o bom funcionamento da União. A Figura 1 ilustra a situação geográfica dos países do bloco.

FIGURA 1: MAPA DOS PAÍSES DA UEMOA



Fonte: UEMOA, Online.

A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) foi criada por Tratado assinado em Dakar, em 10 de janeiro de 1994, pelos chefes de Estado e de governos dos sete países da África Ocidental, que adotaram como moeda corrente o Franco CFA. O Tratado entrou em vigor a 01 de agosto de 1994 e em 02 de maio de 1997 Guiné-Bissau tornou-se o oitavo Estado membro da União.

A formação do bloco visa essencialmente promover o bem-estar social e desenvolvimento dos Estados Membros, de acordo com o artigo 4º do Tratado de Dakar (1994)²⁵. De acordo com o Artigo 104, a UEMOA encontra-se aberta para pedido de adesão de entrada de qualquer Estado Africano.

Os principais objetivos da União são:

1. Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados Membros, no âmbito de um mercado aberto e competitivo e de um quadro jurídico racionalizado e harmonizado.
2. Assegurar a convergência dos desempenhos e das políticas econômicas dos Estados Membros pela implementação de um processo de supervisão multilateral.
3. Criar entre os Estados Membros um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, dos capitais e no direito de estabelecimento das pessoas que exercem uma atividade independente ou assalariada, bem como sobre uma Tarifa Exterior Comum e sobre uma política comercial comum.
4. Harmonizar as legislações dos Estados Membros e em particular o seu regime fiscal, na medida necessária ao bom funcionamento do mercado comum.
5. Instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais através da implementação de ações comuns e eventualmente de políticas comuns, nos seguintes setores: ordenamento do território, agricultura, meio ambiente, transportes, infraestruturas, telecomunicações, recursos humanos, energia, indústria, minas e artesanato. (UEMOA, 2015. Online).

²⁵ As descrições sobre o Tratado, objetivos e as estruturas de funcionamento da UEMOA e das instituições supranacionais podem ser constatadas no site da UEMOA.
http://www.uemoa.int/Pages/UEMOA/Organes%20de%201_UEMOA/LesOrganesdirection.aspx

Como se pode constatar, a União tem como objetivo principal criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social dos Estados Membros. Para tal foi necessário reestruturar de forma funcional a organização.

3.4. PAÍSES PARCEIROS COMERCIAIS DA UEMOA

O comércio entre a UEMOA e os Estados membros da União Europeia (UE) representava mais de ¼ de suas trocas comerciais. O declínio na participação do comércio com a União Europeia em favor da China foi confirmado em 2013. O avanço e a influência Chinesa em África em todas as esferas econômicas e políticas tem sido um processo de grande apreciação e discussão por parte dos intelectuais africanos e não africanos sempre com pulga atrás de orelha sobre os verdadeiros interesses Chineses e duvidosos efeitos positivos desta relação. Também vale ressaltar a importância que o Brasil passou a exercer na região e no continente. A tabela abaixo ilustra a comparação (conversão) entre moeda da UEMOA (Franco CFA) e outras moedas. Porém, não serão aprofundadas as discussões sobre a relação desses dois países com África.

TABELA 3 – CONVERSÃO DE MOEDA (FRANCO CFA)

Outras moedas	Franco CFA
US\$ 1,00	550 CFA
€ 1,00	655 CFA

A tabela 4 ilustra a balança comercial da UEMOA e principais países e blocos externos com os quais se relaciona.

TABELA 4: COMÉRCIO EXTRA UEMOA COM BLOCOS ECONÔMICOS E ALGUNS ESTADOS NÃO MEMBROS (2011-2013).

	Importações (%)			Exportações (%)		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Blocos Econômicos						
União Europeia (UE)	34,6	31,3	26,8	29,6	24,8	23,4
CEDEAO	12,9	15,1	14,2	10,0	12,3	20,5
CEMAC	0,6	0,5	0,5	3,2	1,8	2,5
MERCOSUL	3,3	2,4	2,6	0,8	0,7	0,2
Países não membros						
China	10,4	9,1	12,3	1,6	2,1	2,9
EUA	3,5	3,9	5,7	8,2	5,2	4,7
Índia	2,7	4,5	4,7	4,6	4,5	2,7
França	14,6	13,5	11,6	Nd	Nd	nd
Nigéria	11,4	13,6	11,6	4,7	6,2	9,6
Brasil	2,3	1,6	1,9	Nd	Nd	nd

Fonte: Dados da Comissão UEMOA (2013), com elaboração própria.

As exportações para os Estados da CEDEAO, ao qual pertencem os países da UEMOA, desempenham um papel cada vez mais importante na balança de comércio, correspondendo a um aumento percentual de 10,0% em 2011, para 12,3% em 2012 e 20,5% em 2013. Quanto às importações, estas têm se mantidos estáveis ao longo dos três anos analisados.

Quanto ao comércio com a UE, principal bloco parceiro da UEMOA, os principais países beneficiados são Costa do Marfim e Senegal, uma vez que estes dois Estados representam 60% da área do comércio com a União Europeia. Os Estados-Membros da União Europeia realizam a maior parte das suas importações provenientes da Costa do Marfim (73%), Níger (13,3%) e do Senegal (7,6%). Estas importações são refletidas no fornecimento de matérias-primas agrícolas, produtos da pesca e urânio.

Os dez principais países de destino das mercadorias da UEMOA são Nigéria, África do Sul, Gana e Gabão (África); Suíça, França, Holanda, Alemanha (Europa); e Estados Unidos da América. Estes países compram mais de \$ 7 bilhões de francos CFA de mercadorias, mais do que 61% do valor das exportações de 2013.

Em 2013, o total de compras dos EUA com os países da UEMOA foram 95,8% direcionadas para Costa do Marfim e 4,2% para os demais. Outros principais destinos das mercadorias da UEMOA, além da Nigéria, França e

Estados Unidos, são África do Sul, Gana, Gabão, Suíça, Holanda e Alemanha. Mesmo assim, o crescimento do comércio intra-UEMOA foi relativamente fraco comparado com o dos países Asiáticos em desenvolvimento (ASEAN + 10) embora tenha obtido um crescimento satisfatório em comparação com outros blocos econômicos africanos.

A participação das importações de origem dos Estados Unidos (EUA) demonstra importâncias reduzidas, refletindo um efeito fraco do *African Growth And Opportunity Act (AGOA)*²⁶ sobre o comércio entre a União e os Estados Unidos. Este é o resultado da crise e demanda interna deste, mas também e, em especialidade, por causa da sobrevivência das barreiras não tarifárias no âmbito deste acordo. O intercâmbio com a zona CEMAC permanece relativamente baixo (menos de 3%). A zona UEMOA exporta mais do que importa nessa área (UEMOA, 2014a, *Ibidem*).

Peter Robson ao comentar sobre a integração econômica dos países em desenvolvimento, afirma que os motivos da formação de blocos não se encontram nas vantagens que estes grupos de países podem obter pela amplitude ou estruturas de seu comércio, mas também nos efeitos que estes mercados geram sobre os países membros e que perpassam desde mercados mais robustos às oportunidades atrativas de novos investimentos, facilidade de mobilizar recursos disponíveis e uma política econômica mais convergente. (ROBSON, *Idem*, pp.15-6).

Neste contexto, tendo em vista as carências com as quais os países subdesenvolvidos enfrentam o processo da globalização, que tem produzido cenários mundiais muito adversos ao mesmo tempo em que oferece oportunidades que os influenciam fortemente, os fatores acima apresentados demonstram estarmos em presença de países estrutural e econômica, política, social e ideológica com atraso colonial secular. Tornam-se evidentes as tentativas dos líderes destes países em perseguição a essa transformação.

Nas economias pequenas, caso dos países membros da UEMOA, cujo comércio externo é orientado principalmente para os mercados dos países

²⁶ African Growth And Opportunity Act (AGOA), em tradução livre significa crescimento e oportunidade de África. Trata-se de um acordo assinado pelos Estados Unidos da América com os países africanos em 18 de maio de 2000, cujo principal objetivo é o de promover o comércio entre os Estados Unidos e os países da região. Ver: http://trade.gov/agoa/legislation/agoa_main_002118.pdf.

ocidentais ao invés de mercados de países vizinhos, de economias complementárias, utilizando especialização produtiva, o processo encontra raízes não só nas perdas das vantagens comparativas seculares como em hábitos e atitudes culturais. Assim, a base econômica para a troca significativa e a especialização complexa, portanto crucial para assegurar a distribuição dos ganhos, permanece reduzida. Conseqüentemente, seguindo a linha teórica advinda de Jacob Vener e exposta no primeiro capítulo, sem as oportunidades de especialização mais complementar e complexa no comércio intrapaíses do bloco, o perigo de desvios decorrentes das tarifas inter-regionais são elevadas.

Diante disto, o raciocínio de que a formação de blocos econômicos de países economicamente consolidados (exemplo dos países do G7 desenvolvidos) atrai mais confiança dos investidores estrangeiros e as trocas comerciais entre eles são mais consistentes e de maior volume.

A tabela 5 ilustra as relações de comércio intra-regional de alguns dos principais blocos econômicos mundiais.

TABELA 5: COMÉRCIO INTRARREGIONAL POR BLOCOS – 1995-2014 (%)

BLOCOS/ANO	1995	1998	2001	2004	2007	2010	2014
ASEAN	24,93	21,14	22,36	24,87	25,23	24,99	25,31
ASEAN+3	35,20	28,24	33,87	35,43	33,73	35,59	35,34
EU28	66,19	68,00	67,28	68,57	68,10	64,84	62,74
MERCOSUL	19,07	23,10	15,91	11,35	13,75	14,87	13,16
NAFTA	46,03	51,33	55,10	55,88	51,29	48,69	51,55
BLOCOS AFRICANOS							
CEMAC	1,79	2,68	1,46	1,57	2,82	2,69	1,75
CEDEAO	10,31	11,56	9,46	9,45	8,45	8,25	9,70
SADC	15,01	15,01	10,13	10,78	10,48	16,76	17,09
COMESA	5,63	7,16	5,57	4,84	4,80	7,41	11,26
UEMOA	16,06	12,75	13,31	14,90	14,82	12,72	15,84

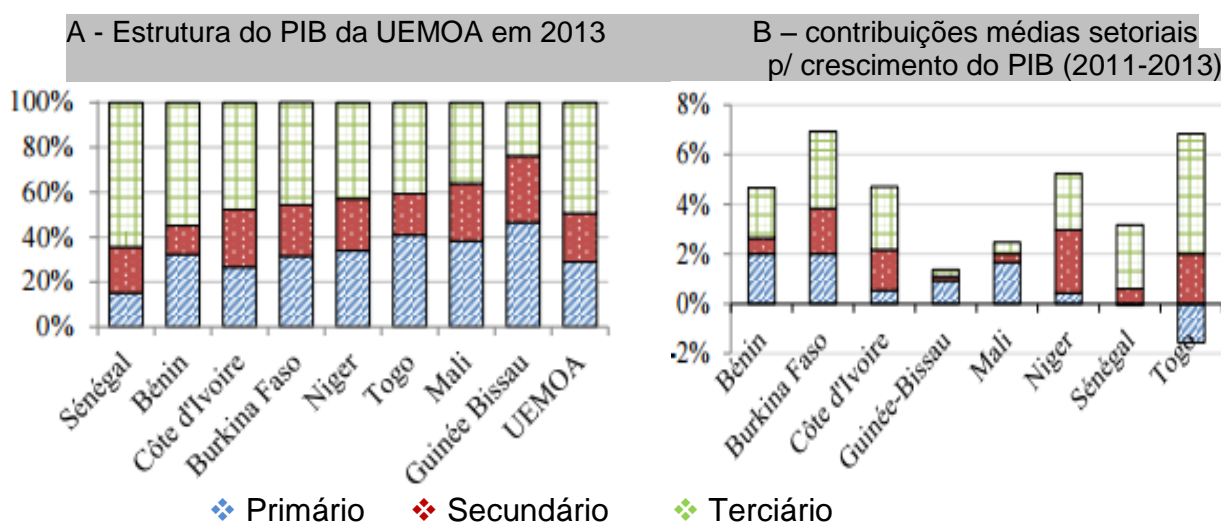
Fonte: Dados de UNCTADstat (UNCTAD, 2014. Online). Elaboração própria.

A economia dos países da UEMOA é estruturada em três setores: primário, secundário e terciário. Em decorrência da formação do bloco, o setor de serviços foi ampliado nos últimos anos, representando em média quase metade do valor do PIB dos países do bloco. Este movimento tem se mantido relativamente estável, ao longo dos últimos quinze anos, e corresponde à média geralmente observada para países de níveis de desenvolvimento mais elevados. O tamanho

do setor de serviços, no entanto, varia muito entre os países membros da UEMOA, variando de 24% na Guiné-Bissau a 65% no Senegal, segundo relatórios da CEDEAO. Se uma parte significativa do setor corresponde aos serviços públicos, as economias da África Ocidental, durante a última década, tem evoluído de forma considerável, principalmente em setores de maior crescimento como os de transporte, construção civil e TICs (telecomunicações e informações), turismo e serviços financeiros.

Como visualiza os gráficos 1 (a e b) abaixo, o setor terciário vem contribuído significativamente para o crescimento das economias da UEMOA nos últimos anos. (BCEAO, 2014. Ibidem).

GRÁFICO 1: ESTRUTURA DO PIB DE UEMOA (2013) E MÉDIAS SETORIAIS DO PIB (2011-2013)



Fonte: BCEAO, 2014. Ibidem.

Apesar do crescimento registrado, Relatório do Fundo Monetário Internacional de 2014 (ibidem) observa que os avanços dos setores primário, secundário e terciário dos países do bloco, entretanto, é insuficiente em relação ao recomendado pois a nível estrutural a UEMOA necessita ainda percorrer um longo caminho para alcançar metas projetadas pela própria União. A composição setorial da produção tem-se mantido notavelmente estável e nível da diversificação ainda continua baixo.

Segundo o mesmo Relatório, os avanços observados durante o período analisado no gráfico, demonstra que o setor de serviços foi o que mais cresceu,

correspondendo a mais de 50% da atividade econômica, enquanto a agricultura e indústria representam cerca de 30 % e 20 % respectivamente. No entanto, poucas mudanças substanciais ocorreram desde o início do levantamento e publicação dos dados estatísticos desses países, em 1970.

O nível de diversificação das exportações também é baixo e permanece estagnado, em contraste com o crescimento verificado nos países dos grupos asiáticos (OSEAN + 10), que testemunharam aumentos acentuados da diversificação ao longo do tempo²⁷. De acordo com o mesmo Relatório, durante o período analisado, a UEMOA registrou uma desindustrialização modesta em relação aos dados apresentados para o período entre 1990 e 2012, onde a produção no setor industrial caiu de 14 % para 10 %. Por outro lado, a produção do sector agrícola manteve-se elevada.

3.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UEMOA

A organização da UEMOA (sede em Dakar, Senegal) possui o seguinte cronograma estrutural²⁸:

1 - Conferência de Chefes de Estados e Governos - A Conferência é um órgão supremo encarregado da definição das grandes orientações da política da União. Reúne-se ao menos uma vez por ano, em sessão ordinária. A Conferência designa os membros da Comissão e, dentre eles, seu Presidente.

2 - Conselho de Ministros - assegura a direção da União. Cada membro é representado por dois Ministros de cada país, mas apenas é o Ministro da Fazenda tem o direito de votar. O Conselho de Ministros adota por unanimidade, as decisões sobre assuntos atribuídos à sua jurisdição pelas disposições do Tratado da UEMOA e as dos artigos do BCEAO, e quaisquer outros que os Governos dos Estados-Membros concordam em submeter-se para exame ou entregar a sua decisão. Essas decisões devem respeitar os compromissos internacionais assumidos pelos Estados membros da União. O Conselho de Ministros define a política monetária e de crédito da União, a fim de salvaguardar o valor da moeda comum e prever o financiamento da atividade e do

²⁷ Registre-se o fato do FMI e também o Banco Mundial compararem países de nível diferenciado, segundo uma mesma metodologia, fator já criticado por economistas como Joseph Stiglitz (2002) Michel Chossudovsky (1999).

²⁸ Vide site oficial da UEMOA. Online.

desenvolvimento econômico dos países da União. Em especial, aprovar os acordos de compensação e de pagamento entre o banco emissor e as instituições comuns emissoras no exterior, para facilitar as regulamentações externas de Membros. Reúne-se em sessão ordinária pelo menos duas vezes por ano.

3 - Comissão Executiva - Órgão Executivo, a Comissão executa orçamento e adota regulamentos de execução em aplicação dos atos do Conselho de Ministros. A Comissão é composta de oito membros designados “Comissários”, os quais são nomeados pela Conferência (um Comissário por Estado-Membro) para mandato de quatro anos, renovável. A Comissão tem por missão garantir o bom funcionamento dos interesses geral da União, tem poderes próprios atribuídos pelo tratado.

4 - Órgãos de Supervisão Jurisdicional: Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas.

A - O Tribunal de Justiça assegura o respeito da lei em matéria de interpretação e aplicação do trabalho da União e das disposições jurídicas comunitárias. Do mesmo modo, detêm os poderes prejudiciais sobre a legalidade e interpretação do Tratado da União. É composto de oito membros, um por cada Estado Membro, sendo o mandato de seis anos renováveis pela Conferência de Chefes de Estados e Governos.

B - O Tribunal de Contas assegura a supervisão das contas dos órgãos da União. Está também encarregado da verificação e confiabilidade dos dados que figuram na lei de finanças dos Estados, a pedido destes. Entre suas funções aparece o controle incidente sobre a regularidade e a eficácia da utilização de seus recursos, também recorrer a auditoria externa. O Tribunal de Contas é constituído por três conselheiros nomeados por um mandato de seis anos renováveis pela Conferência de Chefes de Estados e Governos

5 - Comitê Interparlamentar - Atua como Parlamento da União e é o órgão de controle democrático das ações da UEMOA. Pelo diálogo e pelo debate, o Comitê contribui para os esforços de integração da União. Compõe-se de quarenta (40) representantes designados pelos Órgãos Legislativos de cada Estado-Membro, na proporção de cinco (5) representantes por cada Estado.

6 - Câmara Consular Regional - É o quadro privilegiado de diálogo entre a UEMOA e os principais operadores econômicos. Está encarregada da realização efetiva do envolvimento do setor privado no processo de integração da UEMOA. A

Câmara Consular Regional compreende 56 membros, representando as Câmaras Consulares nacionais e as associações patronais dos oito Estados-membros, na proporção de sete representantes por Estado.

3.6. ESTRUTURA FINANCEIRA DA UEMOA

Para cumprir sua missão, a UEMOA conta com a participação de duas importantes instituições financeiras autônomas e independentes da UEMOA, com capacidade regulatória e de investimento que são o Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO e o Banco Oeste Africano para o Desenvolvimento – BOAD. (site UEMOA. Online).

- A) O Banco Central dos Estados da África Ocidental - BCEAO, com sede em Dakar, foi criado em 12 de maio de 1962, com a tarefa de definir e implementar a política monetária dentro do bloco, garantir a estabilidade do sistema bancário e financeiro da UEMOA, promover o bom funcionamento e fornecer supervisão e segurança aos sistemas de pagamento na UEMOA, implementar a política de câmbio da UEMOA nas condições aprovadas pelo Conselho de Ministros, gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-membros.

O Banco possui uma agência nacional em todas as capitais dos Estados-membros, com competência para assegurar a diversificação e o fortalecimento do sistema financeiro da UEMOA, domínio técnico e profissional nos setores bancário e financeiro. (UEMOA, 2015. Ibidem).

Em conformidade com o artigo 8º, do Estatuto do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), o objetivo primordial da política monetária do Banco é garantir a estabilidade de preços e a emissão monetária da moeda, para os Estados-membros. Sem prejuízo deste objetivo, o BCEAO apoia as políticas econômicas da UEMOA, a fim de assegurar financiamento adequado ao crescimento das economias e negócios.

Os instrumentos de execução da política monetária e gestão de crédito são baseados em mecanismos de mercado e em instrumentos indiretos de regulação de liquidez, incluindo taxas de juros e sistema de reservas. As taxas de juros, implementadas como parte do refinanciamento da parte do banco emissor (Banco da França), tem como objetivo o controle das taxas de curto prazo no mercado

financeiro. A taxa básica (taxa de direção) é assegurada através da implementação de operações de mercado aberto e de refinanciamento na janela de cedência de liquidez a fim de permitir a emissão de moeda de maneira a fazer alcançar os objetivos da estabilidade de preços. Atualmente as taxas de juros mínimas fixadas pela Comissão da Política Monetária para o mercado aberto e de transferência oscilam entre 2,5% e 3,5, respectivamente. (BCEAO, s/d. Online).

Como Banco Central dos Estados-Membro, o BCEAO exige, de forma obrigatória, de todos os demais bancos comerciais e instituições financeiras de crédito, serem distribuidores credenciados e autorizados para o recebimento de depósitos das instituições públicas. As instituições financeiras aptas para as vendas de crédito estão sujeitas a requisitos de reservas com o Banco Central. O sistema de reservas obrigatórias é usado pelo BCEAO como um instrumento para reforçar a eficácia da política da taxa de juros.

A estrutura do funcionamento administrativo do BCEAO procede da seguinte forma:

1 – **Poder administrativo** – É composto por um governador que preside o Comitê de Política Monetária e o Conselho de Administração, encarregado de preparar as diretrizes e executar as decisões tomadas pelo Conselho de Ministros. No exercício das suas funções o governador é auxiliado pelos dois vice Governadores. O Governador do Banco Central é nomeado pela Conferencia de Chefes de Estado e de Governos da UEMOA, por um período de seis anos renováveis. Os vice Governadores são nomeados pelo Conselho de Ministros para um período de cinco anos renováveis. O mandato dos Governadores é irrevogável, exceto em caso de cometerem atos graves ou estarem em situação de incapacidade.

2 - **Conselho de Ministro da UEMOA** - É composto por dois representantes indicados por cada país membro. Eles determinam as condições de serviço do Governador do Banco Central e dos Vice-Governadores. O Governador deve garantir o cumprimento e a aplicação das disposições dos tratados, acordos e convenções internacionais, bem como as disposições legislativas e regulamentares relativas ao Banco Central.

3 - **Conselho de Administração** – É constituído por dois membros de cada país da União e incumbido da responsabilidade do exercício de boa execução das tarefas direcionadas pelo Conselho de Ministros, cabendo-lhe

delegar as operações do Banco Central, tabelar suas taxas e condições de execução. Também define as regras para os Comitês Nacionais de Créditos nos exercícios de suas atribuições.

4 - **Comitês Nacionais de Créditos** – É composto pelo Ministro das Finanças e dois administradores nomeados pelo Governador do BCEAO e têm assento no Banco Central de cada país membro. Os membros do Comitê têm a função de análise de crédito e financiar as atividades financeiras de cada país membro.

Outra instituição responsável pela política monetária e creditícia da UEMOA é o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento–BOAD, criado em 14 de novembro de 1973, por tratado assinado por seis Estados-membro (Benin, Burkina, Costa do Marfim, Níger, Senegal e Togo). Conforme o Tratado, BOAD é uma instituição especializada e com total independência para a realização dos objetivos fixados pelo UEMOA, ou seja, *“promover o desenvolvimento equilibrado dos países membros e promover a integração econômica dentro da África Ocidental”*, com prioridade ao financiamento do desenvolvimento rural, infraestrutura, telecomunicações, energia, indústria, agronegócio, transporte, turismo e outros projetos de interesse da União. (BOAD, s/d. Online).

O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) - é uma instituição financeira que visará promover o desenvolvimento dos Estados-membros da UEMOA, financiando os setores privados como vetores de desenvolvimento real e uma das fontes da fortificação da integração econômica. Neste sentido, o BOAD incentiva através do financiamento os investimentos produtivos privados e a diversificação da produção em áreas-chaves, e desenvolve, como estratégia, a promoção do comércio intra-zonal.

Cabe ao BOAD apoiar a assistência técnica para aperfeiçoamento de pequenos empreendedores, agricultores, e outros.

A estrutura diretiva do BOAD é constituída por órgãos e comitês de gestão interna. Um presidente, responsável pela administração do Banco; um vice-Presidente e um Conselho de Administração.

O presidente é nomeado pelo Conselho de Ministros da União por período de seis anos renováveis e tem por funções presidir o Conselho de Administração do Banco e convocar reuniões. O vice-Presidente é nomeado pelo Conselho de Administração por período de cinco anos renováveis.

O Conselho de Administração é constituído pelo Presidente do BOAD, por dois representantes de cada país membro e pelo Governador do BCEAO. O Conselho de Administração decide sobre a redução ou aumento de capital do Banco, aprova a participação do Banco no capital de empresas ou de instituições financeiras, realiza empréstimos de médio e longo prazo, executa as contas anuais do Banco e o relatório anual de suas atividades. (Ibidem. Ibidem).

Segundo Lito Fernandes (Idem, p.164), o BOAD, como financiador da União, vem empenhando seus esforços nas principais seguintes tarefas: a construção e modernização das infraestruturas e a melhoria das condições e os meios de produção; o estabelecimento de novas atividades; a elaboração e a apreciação técnica e financeira de projetos de desenvolvimento e a criação e funcionamento de organismos encarregue da execução.

3.7. ESTRUTURA ECONÔMICA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Sendo uma economia muito limitada em termos da produção industrial e com a pauta exportada comuns entre estes países, exportações primárias, os mercados internos e fluxos comerciais apoiados na informalidade, tornam-se a situação destes países frágeis perante aos mercados externos. São economia extremamente primárias, onde apresentam excessivas dependências nos seguintes produtos primários na sua pauta exportadora: arroz, açúcar, café, algodão, castanha de caju, milho, amendoim, feijão, petróleo, ouro, etc. (UEMOA, Ibidem. 2014).

Os Ministros de agricultura da União concordam que é primordial evidenciar esforços em conjunto para garantir a segurança alimentar da população de seus países, sendo este o objetivo principal. Ainda, de acordo com o relatório da UEMOA 2014, todos reconhecem a dependência da União de importações para suprir necessidades básicas (sendo a principal a alimentação) e, desse modo, ficam vulneráveis e expostos a qualquer turbulência externa e às variações nos preços internacionais desse *commodities*, além de bens e serviços de necessidades primárias. Nesse contexto ficam os desafios para os países do bloco, perante o processo de globalização, para aumentarem a produtividade das terras agrícolas e do trabalho.

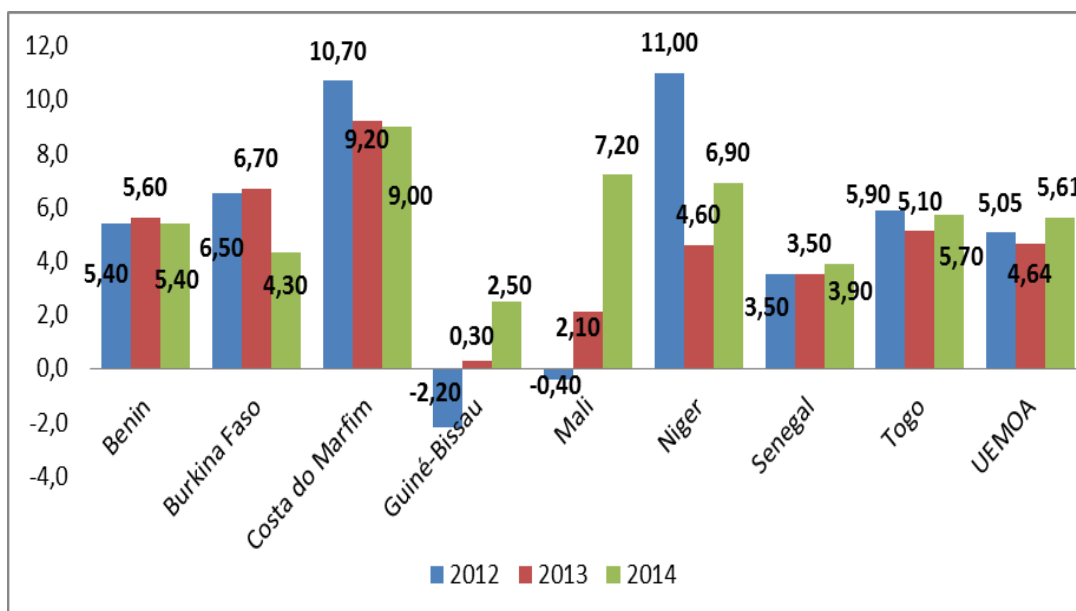
O nível da produtividade atualmente apresentada pela agricultura dos países não ultrapassa o nível de subsistência em terras ocupadas pelas pequenas propriedades. Ainda, segundo o Relatório, urge vontade política para incentivo de políticas de investimento a fim de utilizar inovações tecnológicas na agricultura destes países, a fim de melhorar as condições de atendimento das necessidades básicas de seus povos.

Outro objetivo mencionado no Relatório 2014 é atingir a diversificação e fortalecimento de produção para exportação. Muitos países dependem de um único produto de exportação, tornando-se vulnerável às reduções de preços internacionais e, assim, limitando os rendimentos dos agricultores. Neste contexto, os governos além de criar condições propícias à melhoria da rentabilidade da produção agrícola, têm tentado atrair investidores especializados no cultivo, além da necessária capacitação técnica e transferência de tecnologia²⁹.

Outro desafio para a transformação capitalista da agricultura é a regularização de posse de terras e a informalidade nos registros de terra predominante, dominado pelo uso do costume que determina a distribuição de terras de forma tradicional ancestral. O ambiente econômico internacional em 2014 continua a ser caracterizado por uma recuperação econômica frágil e desigual, o que reflete a erosão da confiança dos investidores, num contexto de elevado desemprego, endividamento excessivo e risco de deflação, especialmente na área do Euro maior mercado consumidor de produtos oriundos da UEMOA.

²⁹ O Brasil e a EMBRAPA vêm contribuindo para assistência técnica nestes setores.

GRÁFICO 2: CRESCIMENTO DO PIB REAL DA ECONOMIA DOS PAÍSES DA UEMOA (2012-2014)



Fonte: Dados do Banco Mundial (2014) com elaboração própria.

Na África Subsaariana as taxas de crescimento foi 5,0% em 2014, com expectativa de 5,7% para 2015. Isto se deveu à forte demanda de investimentos em infraestrutura, à vitalidade dos setores de serviços e à produção agrícola. Esse desempenho, no entanto, pôde ser ofuscado pelas consequências humanas e econômicas decorrentes da epidemia de Ebola e que assolou alguns países da África Ocidental. De mesmo, os riscos de segurança persistentes e choques exógenos relacionados à dependência da demanda internacional.

Em relação a UEMOA, a melhoria da situação e o dinamismo das atividades econômicas começaram desde 2012 e continuariam até 2014 como resultado do aumento dos investimentos e boas condições climáticas em vários Estados-Membro. Desse modo, em 2014 a economia da União cresceu a uma taxa média de 5,61% contra 4,64% em 2013, impulsionada pelos rendimentos agrícolas e, em menor grau, pelo investimento privado no setor secundário, constituído principalmente por pequenas e médias empresas e indústrias. Chuvas abundantes em 2014, na sequência de uma seca do ano anterior, aumentaram significativamente a produção agrícola. A inflação situou-se em 1,8% e 1,5%, em 2013 e 2014 respectivamente. Estes baixos níveis de inflação refletiram os preços baixos dos alimentos e dos bens de capital importados. (UEMOA, *Ibidem*).

A taxa de crescimento prevista para os países do bloco, em 2015, pelos Ministros de Finança reunidos em julho 2015 era de 7,2%. No entanto existem riscos para estas perspectivas, especialmente devido ao declínio na demanda da área do Euro, principal parceiro econômico da União, à crise de segurança na região do Sahel e à epidemia de Ebola, além das possíveis crises, decorrente de instabilidades políticas e sócio-políticas que podem resultar de protestos pós-eleitorais das várias eleições de 2015 e em 2016 na região, e que sempre foram motivos de instabilidade. Neste sentido, Guiné-Bissau é o país que menos cresceu nos últimos três anos, comparado com outros países membros, consequência da instabilidade política que assola seu território desde 1998.

O total das despesas da União e empréstimos líquidos aumentou de 25,6% do PIB, em 2014, contra 24,8% em 2013. Este aumento foi decorrente principalmente pelas despesas de capital de 18,5%, relativo aos investimentos estrangeiros financiados. Em 2014 o estoque da dívida pública da União representou 39,3% do PIB, contra 37,9% em 2013. Desta forma, o rácio da dívida poderia ainda parecer sustentável. No entanto, deve-se notar que o peso do componente interno tende a aumentar, levando a uma elevação bastante forte do rácio da dívida em prejuízo de algum Estados-Membro³⁰.

Segundo os critérios de convergência exigidos nas políticas da União, as avaliações dos programas plurianuais, a estabilidade política e econômica, o crescimento e a solidariedade em todos os países só serão alcançados entre 2015 e 2019, conforme indicativos da situação econômica das políticas internas dos países. Na verdade, a maioria dos Estados-Membros deve atingir condições suficientes para a convergência em 2019, de acordo com o Relatório da UEMOA de 2014, supracitado. No entanto, isso só poderá ocorrer em muitos casos por um ajuste nas despesas e por um esforço significativo para cobrir as receitas fiscais. Assim, além da estabilidade sócio-política, as normas do bloco estão a exigir diversificação da base produtiva e melhoria da carga fiscal dos países membro, o que continua a ser um dos grandes desafios para os próximos cinco anos a fim de manter o ritmo atual de crescimento econômico exigido e para assegurar a convergência sustentável das economias do bloco.

³⁰ Esses dados serão representados melhor e analisados mais adiante em forma de tabelas ou gráficos.

Vale ressaltar que estas metas têm sido perseguidas sem sucesso pelos países da União desde 1999. O que se verifica é a evidencia da vulnerabilidade das diferentes economias nacionais perante os choques exógenos que provocam flutuações dos preços de exportação das matérias primas da UEMOA no mercado mundial. Uma das políticas de convergência que a União tenta emplacar é a Política Agrícola Única (PAU), que tem como meta a implementação de uma área agrícola integrada dentro da UEMOA.

Nesse sentido, com o pressuposto de entender a evolução das economias desses países foram feitos estudos de evolução de Produtos Internos Brutos (PIB) começando a partir de 1997 a 2014. Para fazer um estudo mais equilibrado e adequado, foi escolhido o ano de 1997, em que Guiné-Bissau aderiu à União Econômica e Monetária do Oeste Africano.

A tabela 6, abaixo, permite verificar a conseqüente evolução que o processo de constituição da UEMOA acarretou aos seus membros no período de 1997-2014.

TABELA 6: EVOLUÇÃO DO PIB DOS PAÍSES-MEMBROS DA UEMOA -1997-2014 (%)

PAÍS/ANO	1997	2014	VAR%	PART%
	PIB (bi US\$)	PIB bi US\$)		
BENIN	2,27	9,58	322,03	9,70
BURKINA FASO	2,45	12,54	411,84	12,70
COSTA DO MARFIM	11,72	34,25	192,24	34,69
GUINÉ-BISSAU	0,27	1,02	278,52	1,04
MALI	2,48	12,00	383,87	12,16
NIGER	1,85	8,17	341,62	8,28
SENEGAL	4,67	15,66	235,33	15,86
TOGO	1,5	5,50	266,67	5,57
UEMOA	27,21	98,72	262,82	100,00

Fonte: Dados do Banco Mundial (2014) com elaboração própria.

Nota*: VAR% significa variação percentual do PIB entre (1997 a 2014).

Enquanto PART% sinala a participação do PIB de cada país na UEMOA.

Escolhemos 1997 porque foi ano da adesão da Guiné-Bissau a União.

A tabela demonstra haver países com maior avanço no seu PIB em relação a outros, caso Burkina Faso, Mali e Níger, que tiveram maior variação do PIB no período, entre 410%, 384,85% e 338,79% respectivamente. Também mostra as

disparidades das economias que formam a UEMOA, revelando a representação reduzida do peso de Guiné-Bissau, Togo e Níger no produto total. Devem-se acrescentar as disparidades em termos de progresso tecnológico, produtividade, densidade das malhas produtivas, gastos governamentais, estabilidade política, que tendem a prejudicar os países menos desenvolvidos, reforçando suas desvantagens no processo. Assinale-se o desenvolvimento desigual em que nenhum desses países tenha progredido para uma condição confortável ou muito mais avançado, conforme indica a análise dos dados da tabela.

Mediante o exposto, com um PIB que corresponde a mais de 34,69% do total da UEMOA, Costa do Marfim se apresenta como o país de maior contribuição ao crescimento dos índices da União. A participação do Senegal e Burkina Faso corresponde a praticamente 16% e 13% respectivamente. Tendo Guiné-Bissau com menor PIB do bloco (1,04% do PIB).

Esta assimetria não apenas é indicador das desigualdades econômicas dos países-membro, como também traça um verdadeiro modelo padrão no fluxo de comércio da União e diferentes concepções e interesses em relação ao mercado internacional, provocando obstáculos na convergência macroeconômica entre os membros, elemento de cunho fundamental para a continuidade e sustentação do processo de avanço da integração.

3.8. FINANÇAS E DÍVIDAS EXTERNAS DA UEMOA

Para os países da UEMOA os desafios passam por encontrarem fórmulas adequadas para conter os riscos fiscais e preservar a sustentabilidade de suas dívidas. As três grandes fórmulas de financiamento de infraestrutura - investimento público, parcerias público-privadas e investimentos privados - têm vantagens e desvantagens. Quando os governos não apresentam capacidade suficiente para bancar investimentos através da arrecadação fiscal e emissões de títulos de dívidas, promovendo uma maior participação do setor privado no desenvolvimento da infraestrutura indispensável, eles não têm como aumentar o volume de recursos de investimento, mas também têm limites institucionais para limitar os riscos fiscais. Em geral são obrigados, através destes mecanismos, a esforçar-se para melhorar a capacidade de planejamento e implementação de

investimentos, e reorganizar as políticas fiscais e monetárias para adequá-las às exigências dos credores.

Os dados, a seguir, indicam o estado das finanças públicas dos países do bloco, segundo o Relatório 2014. (BCEAO. Ibidem).

Em 2014 o perfil das finanças públicas nos Estados-membros da União reflete a continuidade da implementação de programas de investimentos públicos. Os esforços de investimentos em infraestrutura, porém, resultaram em um déficit orçamentário situado em \$ 2,973 bilhões FCFA, excluindo subvenções, em comparação a 2013, contra \$ 2,773 bilhões FCFA no ano anterior. Assim, representando um déficit de 7,2% do PIB (2013/2014), neutralizando as perspectivas otimistas de crescimento para 2015.

Para as receitas orçamentárias, a arrecadação totalizou \$ 9,151 bilhões FCFA ao final de dezembro de 2014, um aumento de \$ 700,9 milhões FCFA (+ 8,3%) em comparação com o ano anterior. Com exceção do Benin (-1,8%) e Burkina Faso (-4,7%), o aumento de arrecadação foi registrado em todos os países da União. Os maiores aumentos em receitas orçamentais de um ano para outro foram registrados em Guiné-Bissau (+ 40,3%), Senegal (17,1%) e Níger (+ 14,8%). Costa do Marfim, Mali e Togo registaram aumentos de 8,0%, 10,6% e 12,4% respectivamente. (BCEAO, Ibidem, p.23).

O aumento das receitas orçamentárias da União tem sido impulsionado principalmente pela melhoria nos mecanismos de cobrança de impostos, mais vigorosos em quase todos os países. Indica também o resultado das reformas verificadas nos últimos anos para melhoria da eficiência das agências de cobrança e ampliação da base tributária.

Com efeito, as receitas fiscais tiveram saldo de \$ 591,6 bilhões FCFA ou 8,0% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado na tabela 7.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS (2013-2014)

ITENS	2013	2014	Saldo em milhões FCFA	VAR%
Receita Total	8.450,40	9.151,30	700,90	8,29
Receitas Fiscais	7.390,40	7.982,00	591,60	8,00
Receitas não Fiscal	913,00	1.002,60	89,60	9,81
Doações	1.375,50	1.352,00	(23,50)	-1,71
Despesas Totais ¹	11.224,10	12.124,70	900,60	8,02
Despesas Correntes	6.892,50	7.523,30	630,80	9,15
Massa Salarial	2.794,80	3.118,20	323,40	11,57
Transferências e Subvenções	1.832,80	1.809,00	(23,80)	- 1,30
Juros Dívida Pública	452,70	488,20	35,50	7,84
Despesas em Capital	4.036,40	4.458,60	422,20	10,46
Outras Despesas	315,10	144,50	(170,60)	- 54,14
Empréstimos Líquidos	(5,30)	12,50	17,80	- 335,85
Saldo Global ²	(2.773,70)	(2.973,40)	(199,70)	
Balanco Geral ³	(1.373,900)	(1.503,700)	(129,80)	

Fonte: BCEAO (Ibidem). Elaboração própria.

Notas: ⁽¹⁾ Despesas líquidas; ⁽²⁾ Exclui doações; ⁽³⁾ Inclui subsídios.

Apesar da melhoria apresentada na arrecadação, ela continua sendo baixa, como verificado na tabela. Receitas não fiscais totalizaram 1.002,6 bilhões de Franco CFA, em 2014, contra 913,0 milhões FCFA no ano anterior. Despesas e empréstimos líquidos aumentaram 8,0%, passando de 11.224,1 bilhões FCFA, no final de dezembro 2013, para 12.124,7 bilhões FCFA ao final de dezembro de 2014. Esta tendência nas despesas públicas reflete o ritmo das despesas correntes e um aumento significativo das despesas de capital durante o ano de 2014. As despesas correntes cresceram 9,2% (2014), situando-se em 7.523,2 bilhões, em conexão com o aumento das despesas com pessoal 11,6% (salários), despesas de juros (+ 7,8%) e outras despesas correntes (+ 7,7%). O aumento das despesas correntes foi compensado por uma queda de 1,3% das transferências e subsídios.

A tabela 8 explica a evolução do comércio exterior em 2014 e revela uma melhoria no equilíbrio global, de excedente aparente de 74,5 bilhões contra um déficit de 568,2 bilhões ocorridos em 2013. O que reflete um aumento dos fluxos líquidos de capital estrangeiro no âmbito da conta financeira, cujos efeitos foram

parcialmente compensados pelos déficits da balança corrente e uma redução no superávit em conta capital.

TABELA 8: EVOLUÇÃO DE BALANÇO DE PAGAMENTOS DA UEMOA (BILHÕES CFA)

	2012	2013	2014*
Transações Correntes	(2.174,70)	(3.028,30)	(3.472,40)
Bens e Serviços	(2.872,60)	(4.344,90)	(4.973,60)
Balança Comercial	(569,20)	(1.402,80)	(1.732,20)
Exportações FOB	12.798,40	12.701,30	12.800,20
• Algodão	585,70	679,60	642,70
• Cacau	1.727,80	1.939,00	2.302,90
• Ouro	2.840,40	2.314,80	2.233,50
• Petróleo	2.328,10	1.846,10	1.654,10
Importações FOB	(13.367,60)	(14.104,20)	(14.532,40)
• Petróleo	(4.355,00)	(4.038,70)	(3.859,40)
Balança de Serviços	(2.303,50)	(2.942,10)	(3.241,40)
Inclui Frete e Seguros	(2.395,00)	(2.372,80)	(2.480,30)
Rendimento Primário	(1.014,70)	(1.028,40)	(1.037,10)
Inclui Juros Sobre Dívida	(270,20)	(230,80)	(234,90)
Rendimento Secundário	1.712,60	2.345,00	2.538,30
Governos	466,40	1.025,20	1.128,40
Outros Setores	1.246,20	1.319,80	1.409,90
Conta de Capital	4.921,40	1.191,50	1.123,70
Saldo de Contas de Transações e de Capital	2.746,60	(1.836,80)	(2.348,70)
Operações Financeiras	2.844,20	(1.961,60)	(2.839,90)
Investimentos Diretos	(1.002,00)	(1.271,00)	(1.075,70)
Investimentos em Carteira	(266,30)	(59,10)	(840,70)
Outros Investimentos	4.112,60	(631,50)	(923,50)
Financiamento Extraordinário	4.157,40	10,80	14,20
Erros e Emissões Líquidos	(39,80)	25,80	7,70
Ajuste Estatístico	(199,40)	(718,80)	(424,50)
SALDO GLOBAL	(336,80)	(568,20)	74,50

Fonte: Dados do BCEAO. Elaboração própria.

Nota: (*) valores estimados.

De acordo com a tabela, o déficit em conta corrente aumentou \$ 444,1 bilhões situando-se em \$ 3.472,4 bilhões de francos CFA, devido ao aumento do déficit da balança de bens, serviços e ao resultado primário e excesso do saldo da conta de rendimentos secundários. Em relação ao PIB, o déficit em conta corrente, excluindo subsídios, situou-se em 8,2% em 2014, contra 7,8% em 2013, um aumento de 0,4%.

A evolução da balança comercial carrega a marca da repercussão das importações, vinculados à prossecução dos programas de investimentos públicos e privados, o que induz importantes necessidades de capital e de bens intermediários. Derivados de petróleo e suprimentos tiveram baixas de 4,4%, devido à queda dos preços internacionais. Outros bens de consumo tiveram, por sua vez, um aumento de 15,6%, devido à aceleração do ritmo da atividade econômica. Por sua vez, o déficit da balança de serviços registrou um aumento de 10,2%, devido ao aumento da conta de fretes e aumento do consumo de serviços especializados em estudos, consultorias e engenharia nas áreas de mineração, petróleo e telecomunicações que têm crescido nos países da União.

O saldo negativo do resultado primário aumentou 0,8%, situando-se em 1.037,100 milhões FCFA, em linha com o aumento do pagamento de dividendos aos acionistas estrangeiros dos principais exportadores da União. O superávit em conta do rendimento secundário experimentou uma melhoria de 8,2%, na sequência do aumento da ajuda orçamental (+ 6,8%), cujos efeitos foram compensados pela queda acentuada das remessas dos migrantes (- 4,9%) e assistência humanitária internacional.

O declínio nos fluxos de apoio humanitário foi devido principalmente a um retorno gradual a níveis históricos, seguindo as doações recebidas pelo Mali em 2013, como parte do apoio militar para proteger a zona norte do país, e da organização das eleições naquele país. O saldo da balança de capital caiu 5,7%, situando-se em 1.123,7 bilhões FCFA em 2014, contra 1.191,5 bilhões FCFA em 2013, principalmente devido a menores subsídios de projetos recebidos nos países da União, no âmbito do apoio à implementação de obras de construção civil, e aos ambiciosos programas de infraestruturas econômicas e sociais.

O aumento do fluxo de capital líquido na conta financeira foi atribuído a todos os componentes. O aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) reflete, em especial, a presença de novos investidores no domínio de fábricas de

cimento em Benin e Níger, bem como o lançamento de novas fontes de exploração de petróleo em alguns Estados-membros (Benin, em especial). Quanto aos passivos líquidos de investimento de carteira, estes registraram 781,6 bilhões FCFA, principalmente em linha com as emissões de obrigações em Euro, por parte de Costa do Marfim e Senegal, respectivos montantes de US\$ 750 milhões e US\$ 500 milhões, contra os valores anteriores (2013) de cerca de 375 milhões de FCFA e 250 bilhões de FCFA. O aumento das entradas líquidas de títulos "outros investimentos" resultam principalmente do aumento em emissões públicas líquidas.

Portanto, a convergência nas políticas macroeconômicas se torna necessária, sendo um dos maiores desafios dos países da UEMOA e que, na atual etapa da globalização do capital, reforça a ideia da necessária regionalização, em busca do fortalecimento e mais ampla competitividade no âmbito global. Da mesma forma, a ausência de infraestruturas representa obstáculos e barreiras a serem vencidas pelos países, devido à necessidade de circulação de mercadorias intrabloco e para o exterior.

A política de convergência da UEMOA foi estabelecida com base em um conjunto de critérios macroeconômicos universais a serem cumpridos pelos Estados-membros. Um de seus objetivos é aumentar a capacidade competitiva, a atratividade e nível de empregos, através de uma abordagem dual. Em primeiro lugar, os programas de desenvolvimento estabelecidos pela UEMOA deveriam ajudar os países a anteciparem e promoverem mudanças econômicas através da inovação e da promoção da sociedade do conhecimento, incentivo ao espírito empresarial, política sustentável de meio ambiente e melhoria da acessibilidade. Em segundo lugar, estas melhorias estão a exigir adaptação da força de trabalho às inovações e investimentos em capital e recursos humanos a fim de ajudar a atingir as metas de qualificação de mão de obra.

Os indicadores macroeconômicos apresentados na tabela 9, abaixo, indicam que poucos Estados não conseguiram cumprir as metas macroeconômicas fiscais estabelecidas. Estes indicadores estão divididos em dois grupos: critérios primários e critérios secundários.

TABELA 9: CONVERGÊNCIA DOS ESTADOS-MEMBROS EM 2013

ESTADO DE EXECUÇÃO DOS CRITÉRIOS POR ESTADO E RESUMO DO DESEMPENHO 2011-2012-2013										Nº de Países que Cumpriram Critérios		
Indicadores Primários	Norma	Benin	B. Faso	C. do Marfim	G. Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo	2013	2012	2011
Equilíbrio Fiscal ou Saldo Orçamentário/PIB	>=0	1,1	- 1,4	- 0,2	- 0,3	- 2,8	- 0,6	- 3,3	- 2,5	1	2	3
A taxa de Inflação média anual	<=3%	1,0	0,5	2,6	0,7	- 0,6	2,3	0,7	1,8	8	5	4
Dívida Interna e Externa pública efetiva/PIB nominal	<=70%	20,7	29,5	41,1	59,8	28,8	20,7	47,9	49,7	8	8	7
Não-Acumulação de atrasos de pagamentos (bilhões FCFA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	6	6
Atrasos de Pagamentos Internos (bilhões FCFA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	7	6
Atrasos de Pagamentos Externos (bilhões FCFA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	7
Indicadores Secundários	Norma											
Proporção da receita tributária da folha de pagamentos	<=35%	44,9	35,8	43,1	67,4	36,1	33,8	34,6	32,4	3	2	4
Investimentos Públicos Financeiros a partir das receitas internas/Receitas Fiscais	>=20	21,1	50,1	25,7	8,9	27,1	34,9	35,5	15,3	6	6	6
Relação Saldo da Conta Corrente excluindo doações Oficiais/PIB	>=-5%	- 7,1	9,4	- 2,5	- 8,1	- 9,4	- 17,8	- 11,2	- 13,6	1	1	1
Taxa de pressão fiscal (%)	>=17%	16,3	17,3	15,7	7,9	14,9	15,2	18,4	19,6	3	2	1

Fonte: Dados da UEMOA (2013). Elaboração própria.

Nos critérios primários, em 2013 o único Estado que conseguiu cumprir os quatro critérios foi Benin. Os demais Estados membros cumpriram três critérios primários. Para os critérios secundários, o critério de recursos próprios em investimento foi cumprido por seis países membros, a arrecadação de impostos da folha de pagamento foi cumprido por cinco países membros, a carga tributária por três países membros e a balança de transações correntes, em relação ao PIB, foi cumprido por um único país membro. O bom desempenho em termos de crescimento afetou pouco a situação das finanças públicas e, portanto, os resultados de convergência. A situação ficou mais difícil para os países cumprirem o critério de equilíbrio fiscal, com exceção do Benin. (UEMOA, *Ibidem*, p.26).

Diante desses resultados, as condições de convergência em 2013 não foram atendidas plenamente e alguns Estados tiveram desempenho melhor que outros, conforme demonstrado na tabela 9.

No que diz respeito ao equilíbrio fiscal, Benin foi único país que conseguiu cumprir todos os critérios estabelecidos. Quanto à taxa de inflação, todos os Estados conseguiram cumprir as metas de desempenho estabelecido, isto é, o resultado da política cambial de banda fixa que possibilita a manipulação ou controle inflacionário, embora o FCFA tivesse forte influência em relação ao Euro, com isto ajudando no controle de inflação.

Em relação à dívida pública, todos os Estados membros conseguiram cumprir as normas, porém o mesmo não se constata em relação às despesas com pessoal (folha salarial), onde somente três Estados conseguiram cumprir os critérios estabelecidos - Níger, Senegal e Togo.

Sobre a percentagem de investimento, Guiné-Bissau e Togo foram Estados que não conseguiram cumprir os critérios, respectivamente 8,9% e 15,3% dos gastos. Em relação ao Saldo na Balança em Conta Corrente excluindo donativos/PIB, Costa do Marfim foi único Estado que conseguiu cumprir o critério. Porém, no geral, segundo o relatório da União, o desempenho dos países foi satisfatório e a expectativa é de até 2019 para que os Estados consigam cumprir todos os critérios de convergência.

3.9. A ECONOMIA INFORMAL DOS PAÍSES DO BLOCO

A informalidade é um fenômeno presente em todos os países africanos, inclusive os da UEMOA, cujas raízes remontam às tradições culturais do continente. Esta prática faz parte do cotidiano e sua manifestação não está limitada aos processos econômicos, como produção de bens ou prestação de serviços. Em muitos casos predominam relações pessoais, familiares e de parentesco, seja para afirmar acordos entre partes litigantes, seja para o planejamento de atividades sociais, culturais ou comerciais que ocorrem de maneira informal, isto é, fora das regras ou leis, sem a exigência de se firmar contrato escrito. Nesse sentido, a maior parte dos compromissos é verbal, sendo cumpridos.

Vito Tanzi, E. Maciel & F. H. B. Schneider (2009) no livro *Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil*, escreve:

... o sucesso das atividades econômicas e o crescimento econômico dependem da existência de boas regras e leis e de que elas sejam respeitadas pela população [...] os desvios de conduta – como sonegação, informalidade, contrabando, falsificação, adulteração e pirataria - geram graves desequilíbrios de concorrência. (Tanzi; Maciel & Schneider. 2009. p.54).

Estes desequilíbrios geram prejuízo para as empresas que respeitam as regras e leis e cumprem com suas obrigações. Empresas que vivem na informalidade, além de levarem vantagens indevidas, sujam o ambiente de negócios, afastando importantes investimentos devido à baixa expectativa dos investidores em relação ao mercado. Como consequência, contribuem para reduzir os níveis de atividades e o crescimento econômico do país.

Vale ressaltar que as atividades informais nos países africanos não se restringem somente às atividades comerciais de pequenos comerciantes ou de ambulantes. Segundo conclusões do Relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos de África, realizado em Adis Abeba (Etiópia) em 2011 (*Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa*), nos últimos 50 anos estima-se que a África tenha perdido mais de US\$ 1 trilhão em fluxos financeiros ilícitos. Este montante é aproximadamente equivalente a toda a ajuda oficial ao desenvolvimento recebida pelo continente durante o mesmo período. Atualmente estimam-se as perdas da África em mais de US\$ 50 bilhões por meio de fluxos financeiros ilícitos. (UNECA. 2012. Online).

Estas estimativas podem não corresponder a toda a realidade porque dados precisos não existem para os países africanos. Muitas vezes as estimativas excluem importantes negócios ilícitos que, por sua natureza confidencial não podem ser adequadamente estimados, tais como os rendimentos de suborno e do tráfico de drogas, de pessoas e as armas de fogo. Portanto, ainda segundo o Relatório, este montante pode facilmente ser superior a US\$ 50 bilhões por ano. (Ibidem. Ibidem).

Embora as economias africanas tenham crescido a uma taxa média de 5% ao ano, desde a virada do século, de acordo com o mesmo relatório, uma taxa de 5% é considerada insuficiente devido ao alto nível de pobreza do continente, às necessidades de recursos e velocidade imposta pelos desafios

da globalização. Portanto, torna-se difícil para os países que continuam a depender da assistência externa para seu desenvolvimento.

Como exemplo desta realidade, crescimento abaixo de dois dígitos pode ser considerado insuficiente para provocar mudanças e transformações na estrutura social dos países africanos. Além disso, os benefícios deste crescimento têm sido quase sempre confinados aos setores situados no topo da distribuição de renda e não tem sido acompanhado por um aumento suficiente de postos de trabalho. Sem nos esquecer de inferir as questões de equidade que esta situação levanta e que também significa que este crescimento pode não ser sustentável, seja por carências econômicas, seja devido a possíveis ocorrências de instabilidade política e social.

Por outro lado, o ciclo dos preços das exportações dos produtos primários (*commodities*), que vinham contribuindo para o crescimento da economia africana, parece estar chegando ao fim, enquanto fatores macroeconômicos geradores de problemas sociais e a redução da dívida podem passar a ser um grave problema para países em via de desenvolvimento. Nesse contexto, Friedrich Schneider (2009, p. 54) define “*economia informal como rendimentos não declarados da fabricação de produtos e oferta de serviços legais, seja de transações monetárias ou escambo, ou seja, todas as atividades econômicas não reportadas às autoridades fiscais*”, ou seja, todas as atividades ocultadas às autoridades públicas com intuito de evitar pagamento de tributos e encargos sociais, entre outras razões.

Devido à precariedade na estrutura econômica dos países da UEMOA, as trocas comerciais geralmente são baseadas em mercados informais beneficiados pelo processo de integração regional e que permite a livre circulação de bens e serviços e capital sem nenhuma barreira. Assim os comerciantes ou ambulantes ilegais dos países da UEMOA se aproveitam para ultrapassar as fronteiras com suas mercadorias, sem fiscalização adequada.

Por outro lado, mercados informais e feiras regionais são fundamentais para a subsistência das famílias, pois constituem importantes fontes de rendimento e ajudam a suprir a ausência de produtos nos mercados domésticos. São constituídos por pequenas empresas ou vendedores ambulantes ou não, que se empenham na comercialização de produtos como

roupas, cigarros, frutas, hortaliças, feijão, óleo de palma, produtos manufaturados de diferentes tipos, etc. Lito Fernandes, ao explicar o funcionamento de comércio informal na UEMOA, afirma:

... a informalidade dos procedimentos econômicos funciona através de múltiplos procedimentos informais de circulação dos produtos que conta com ajuda das autoridades aduaneiras corruptas para facilitar a circulação desses produtos de origem duvidosos que supostamente deveriam ser interceptados pelas autoridades. (FERNANDES, 2011, Idem, p.194).

Nestes mercados se verifica o aumento sistemático de feiras periódicas realizadas, em alguns casos, semanalmente ou mensalmente, em locais e diferentes países. Participam destas feiras grandes e pequenos comerciantes ou agricultores para realizarem seus negócios, reunidos em locais onde se cruza o mundo rural e o urbano, e onde se ultrapassa os limites das fronteiras da tradição e a modernidade. A comparação mais próxima destes tipos de lugares (feiras improvisadas ou até oficializadas pelas autoridades locais) seria a “Feira Madrugada” do Brás ou a Rua 25 de Março, em São Paulo.

Em Guiné-Bissau chama-se a este tipo de feira de “*lumos*”¹, local onde trabalhadores desempregados, que não conseguem se enquadrar no mercado formal, optam por trazerem produtos para venda nas feiras de comércio informal. Esse tipo de troca comercial constitui pontos de ligação dos mercados da África Ocidental através de produtos agrícolas e ativos pecuários produzidos em determinados países e regiões, vendidos noutros. Também se pode encontrar neste tipo de mercado todos os produtos industrializados importados e procede-se mesmo à circulação destes para sua reexportação a países vizinhos que não fazem parte da União.

Embora este tipo de comércio represente perdas de receitas para os Estados devido à fragilidade na fiscalização, segundo o Banco Mundial (2014, *Ibidem*), o comércio informal representa um volume grande nas atividades econômicas africanas, consequência da falta de estrutura adequada de comercialização.

Noutra palavra, segundo Lito Fernandes, em relação às regras e normas locais, sub-regionais e costumeiras, as interligações territoriais têm origem nas boas relações comerciais, que penetram este tipo de troca comercial. (*Idem*, *Idem*, pp.194-5). Elas são benéficas para as atividades socioeconômicas locais, especialmente no caso do continente africano onde é muito difícil

relacionar uma determinada etnia a um país específico. Isso porque a ligação entre os povos que vem antes da divisão do continente, geralmente a etnia de outro lado da fronteira tem ligação parentesco com a mesma no outro lado. Por isso, é facultativo considerar que a fronteira entre os Estados existe, mas não para os povos, pois eles sentem-se em casa mesmo estando noutra parte da fronteira. Os resultados desse tipo de comércio, ou seja, os dados desses comércios não são contabilizados pelas instituições internacionais por serem considerados dados informais.

Outros fatores importantes enfatizados por Samba Tenem Camara e que merecem ser ressaltado “são as relações estabelecidas entre utentes desse tipo de mercado, as relações humanas determinam as relações comerciais, ao contrário do mundo ocidental onde as relações econômicas determinam as relações comerciais. Desse modo, as trocas comerciais são assentes no conhecimento que os comerciantes e seus clientes têm uns aos outros, e na confiança mútua”. (CAMARA, 2010 p.15). Portanto, o objetivo principal desses “*lumos*” comerciais são trocas, no seu espaço comercial, estabelecidas na base de redes em cadeias de produtos tanto nos mercados internos como nos mercados externos. Os “*lumos*” funcionam como conexão de comércio informal que reforça a interligação os seus atores.

Sendo assim, os mercados informais revelaram o papel importante que vinham a desempenhar como instrumentos da melhoria das condições de vida dos seus usuários, como provedores das atividades econômicas das famílias, como espaços de convivência social pacífica entre diferentes tipos de culturas e étnicas. Porém vale ressaltar segundo Samba Tenem Camara, o fortalecimento desses mercados informais foi a partir entre outros mecanismos, as reformas (impostas pelos países ocidentais) dos países da África Ocidental.

A adaptabilidade das redes pode ser observada no contexto de três grandes transformações que as redes resistiram: em primeiro lugar, as políticas de ajustamento estrutural que levaram os Estados da África Ocidental a reduzir a sua intervenção na economia através da abolição do monopólio do comércio, dissolução das tarifas e privatização das empresas públicas, políticas que teoricamente deveriam alargar a intervenção do comércio privado e reduzir as pressões na fronteira; em segundo lugar o crescimento urbano, especialmente em cidades secundárias onde a migração inter-regional tem diversificado as rotas de abastecimento comercial e estimulado circuitos curtos de mercados, apesar de permanecer um comércio informal. Em terceiro lugar, dá uma importância das mudanças provocadas pela implementação da política económica, nomeadamente nas condições criadas de facilidade de inserção no

mercado ou liberalização da política comercial que permitiu a facilidade de abastecimento dos mercados Oeste Africano. (CAMARA, 2010 p.13-4).

Analisado pelas situações geográficas, econômicas e política da UEMOA, os países membros se veem colocados perante enormes desafios na gestão de seus bens públicos compartilhados. Começando pelos quesitos das infraestruturas regionais e fronteiras de políticas territoriais que muitas das vezes não estão alinhadas com os recursos econômicos e naturais e, tendo em conta que não são todos países que têm costa litoral, caso do Mali, Níger e Burkina Faso. Portanto, embora a União seja constituída por países de economias nacionais e populações pequenas, tornam-se principais desafios cobrir as grandes extensões geográficas com redes de infraestruturas adequadas.

3.10. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ao nível das infraestruturas logísticas, as malhas rodoviárias têm recebido investimentos abaixo do necessário, além não estarem integradas. Togo, Benim e Senegal, a falta de manutenção levou ao sucateamento das estradas. Entre Costa do Marfim e Burkina Faso estão situadas as melhores ferrovias da região. A falta da importante estrutura logística reduz a competitividade dos países sem acesso ao mar, que se obrigam a enviar seus produtos aos portos através de longas rodovias, com má manutenção. Os portos são considerados como facilitadores e única saída para o comércio exterior, porém sua precariedade continua a ser enorme gargalo, devido ao longo tempo de espera, sobretudo para atender às exigências de padrões internacionais. (Banco Mundial, 2014. Ibidem).

Os países sem acesso ao mar dependem diretamente de acesso aos países costeiros para manter comércio exterior. Níger, Mali e Burkina Faso estão obrigados a utilizarem os portos de países vizinhos, tanto os da UEMOA (Dakar, Abidjan, Lomé e Cotonou) quanto os de Gana e Nigéria, da CEDEAO.

As más condições de conservação das rodovias, a falta de um sistema ferroviário integrado e as ineficiências operacionais nos portos citados são barreiras constantes à importação e exportação de produtos, resultando na

falta total de integração entre ferrovias e os trechos que cortam os países, o que faz com que o transporte de pessoas e mercadorias tenha que ser complementado por via rodoviária.

Os líderes destes países reconhecem ser fundamental a abordagem de frente destas questões, a fim de se trabalhar em conjunto para alcançar as metas de desenvolvimento. Assim, os benefícios da integração regional são inúmeros, incluindo:

- Obter economias de escala e outras eficiências, agindo coletivamente na prossecução de objetivos comuns para aumentar a capacidade de oferta local e melhorar o acesso aos mercados;
- Harmonizar o tratamento de políticas, a fim de obter uma mais efetiva integração para a resolução de questões transfronteiriças, tais como comércio, infraestruturas e políticas de regulação fiscais e aduaneiras;
- Estabelecer políticas de gestão dos recursos naturais compartilhados.

Estas soluções são particularmente relevantes para os países que, como Guiné, possuem pequenas economias e população ou não tenham acesso ao litoral. Os países pequenos muitas vezes encontram dificuldades para financiar os custos fixos associados às grandes obras infraestruturais necessárias, tornando politicamente vantajoso a integração. Desse modo, a ligação integrada dos pequenos mercados é vista através dos possíveis benefícios aos pequenos, permitindo o desbloqueio de seu comércio e acesso aos benefícios de economias maiores de aglomeração e de escala, com a difusão das oportunidades de investimento e crescimento.

Porém, não obstante a ausência de infraestrutura, alguns países da União têm tido problemas internos constantes de instabilidade política, sofrendo crises políticas e golpes de Estado, que ampliam os problemas de suas instituições fragilizadas. Desse modo, em 2005, Togo sofreu um golpe com ascensão de um novo presidente que assumiu o poder de forma não democrática, o que levou alguns dos países parceiros a cortarem relações e ajuda àquele país. Entre 2002 e 2010 foram às vezes da Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Mali mergulharem em uma crise de instabilidade política aguda e que levou Costa do Marfim a “perder” a liderança regional, devido à guerra civil que destruiu as infraestruturas e a economia daqueles países. Em 2012 Guiné-Bissau sofreu um golpe militar e em 2015 teve o governo eleito

destituído. O país ficou mais de um mês sem governo, com toda a máquina governamental e a economia paralisada. Burkina Faso, também em 2015, sofreu um golpe de Estado, que levou os militares assumir o poder. Grupos insurgentes atuam no sul e norte do Mali desde 2012. Eles representam uma ameaça constante para a economia e a estabilidade da sub-região. Em 2015 a rebelião Tuareg, no norte do Mali, apresenta prejuízos incalculáveis para a economia do país.

Estes incidentes representam enormes impactos negativos, contrários à consolidação de um projeto de integração mais ambicioso e para a formação e qualidade da mão de obra da população dos países envolvidos. Em decorrência, estes países apresentam uma produtividade muito baixa, mesmo para os padrões da África subsaariana.

Segundo Relatório do Banco Mundial sobre a UEMOA (2014, *Ibidem*), uma das origens da baixa de produtividade é o problema de falta de mão de obra no campo, onde o êxodo para as cidades começa a se manifestar nas camadas mais jovens da população. A qualificação da mão de obra também é mencionada como um dos problemas, mas com menor frequência, devido à baixa especialização que a indústria local apresenta.

A distribuição de energia do bloco UEMOA varia para cada país e sub-região, atingindo entre 12% a 59% da população geral, e de 0 a 25% nas zonas rurais, segundo levantamento da própria UEMOA. (*Ibidem*, 2014. Online). A geração da energia nesses países é insuficiente para suprir o consumo da população e mesmo onde há geração de energia a confiança é baixa, devido às muitas quedas e oscilações de tensão das redes. O que obriga as indústrias, tanto de pequenas como de grandes empresas, produtores agrícolas e casas particulares, a se verem obrigados a instalar geradores próprios.

Diante destes problemas, é pertinente indagar se a necessidade da integração regional como estratégia de desenvolvimento para os países africanos se encaixaria nas exigências e necessidades de realização do capital, imposto pelos países centrais. Nesse contexto, os países africanos precisam dos produtos manufaturados importados para abastecer seus mercados internos e as economias avançadas precisam de mercados para escoar seus produtos industrializados. No entanto, a maior parte dos países da UEMOA são

países pequenos e, conseqüentemente, de pequenos mercados. Desse modo a formação de blocos é apresentada pelos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, ONU) como supostamente benéfica para seus membros. Tendo em vista que os produtos oriundos dos países africanos são de característica primária, as comunidades regionais representariam belos mercados para os produtos industrializados estrangeiros.

Vale ressaltar que as maiorias dos blocos ou comunidades econômicas regionais africanas têm acordos comerciais com a União Europeia. É nesse sentido que o Samir Amin argumenta que a África não tem condição real e suficiente para a regionalização. Ainda, nos termos do autor, projetos de regionalização são baseados ingenuamente induzidos pela União Europeia (UE) sem antes adquirir capacidade de produção e proteção de suas comunidades, nas décadas anteriores, e não será possível hoje com as regras da OMC, impostas pela abertura máxima de suas economias a globalização liberal, de competir em condições desiguais, tornando essas comunidades em mercados para as multinacionais. (AMIN, 2005 p.12).

O sistema de rede logística de infraestrutura da UEMOA se apresenta como um dos grandes obstáculos. A escassez estrutural de infraestrutura de transportes e comunicações, baixa diversidade de capacidades de produção, baixo nível de desenvolvimento e integração nacional, vinculado às políticas de desenvolvimento extra africanas impostas, incluindo as fortes relações de sua moedas internas com o Euro, o que resulta na ausência de harmonização das regras e conversibilidade das moedas nacionais e que, de alguma forma, dificulta as trocas interafricanas.

A falta de heterogeneidade nas cestas de produtos das economias africanas, que produzem os mesmos produtos, impede a opção de trocas entre seus países, além da disparidade nos estágios de desenvolvimento (desigual) existente, torna a integração inadequada dentro de uma abordagem convencional de livre comércio, que tende a favorecer os países mais ricos e as regiões com grandes mercados domésticos em detrimento de parceiros mais pobres. Finalmente, a ausência de desenvolvimento de uma infraestrutura regional é igualmente obstáculo para um desenvolvimento econômico expressivo, a exigir profundas reformas e investimentos, de forma a facilitar o comércio de mercadorias, homens e materiais através das fronteiras. De

mesmo, a necessidade de políticas macroeconômicas e reformas que facilitem impostos e alfândegas para que a circulação possa ser rápida e livre.

3.11. COMÉRCIO INTRA-UEMOA E A SUA INCONSISTÊNCIA

Visto o exposto, evidencia-se que o projeto da integração da UEMOA sem antes ter o mínimo de estrutura e capacitação adequada para implementar um modelo inspirado no modelo europeu, fica duvidoso acreditar no seu resultado positivo. O resultado transparece nas trocas comerciais entre os países membros e nas trocas comerciais com o estrangeiro, principalmente com o mercado Europeu, conforme ilustrado pelos indicadores apresentados nas tabelas e gráficos abaixo demonstrados. Mesmo não seja uma reprovação a esse modelo de integração que acreditando com o tempo venha ganhar maturidade e dar frutos esperados pelos participantes, porém até então o resultado tem sido não satisfatório.

Olhando pelo comportamento da composição das exportações e importações da UEMOA, o bloco parece ser um mercado formado para escoamento dos produtos manufaturados até produtos básicos para alimentação oriundos de mercados dos países centrais (desenvolvidos), tendo em vista o histórico negativo da balança comercial deficitária e as características de tipos de produtos comuns que se apresentam para todos os Estados membros. Embora tenha havido evolução significativa de 1.770,90 bilhões de Franco CFA em 2009 e 3.927,50 bilhões em 2013, representando uma evolução de 121,78% (por cento) de comércio Intra-UEMOA, como demonstra a tabela abaixo. Porém, o comércio entre os países membros ainda são muito baixo em relação ao que poderia proporcionar, tendo em conta o volume de importações que ele representa.

**TABELA 10: COMÉRCIO EXTRA E INTRA UEMOA ENTRE 2009 A 2013
(BILHÕES DE FCFA E %)**

	2009	2010	2011	2012	2013
Comércio Extra-UEMOA	15.361,60	18.173,10	19.670,90	22.282,90	30.788,10
Comércio Intra-UEMOA	1.770,90	2.133,20	2.241,10	2.551,80	3.927,50
Total da UEMOA	17.132,50	20.306,30	21.912,00	24.834,70	34.715,60
Comércio Extra-UEMOA	89,66%	89,49%	89,77%	89,72%	88,69%
Comércio Intra-UEMOA	10,34%	10,51%	10,23%	10,28%	11,31%

Fonte: Comissão UEMOA (2013). Elaboração do autor.

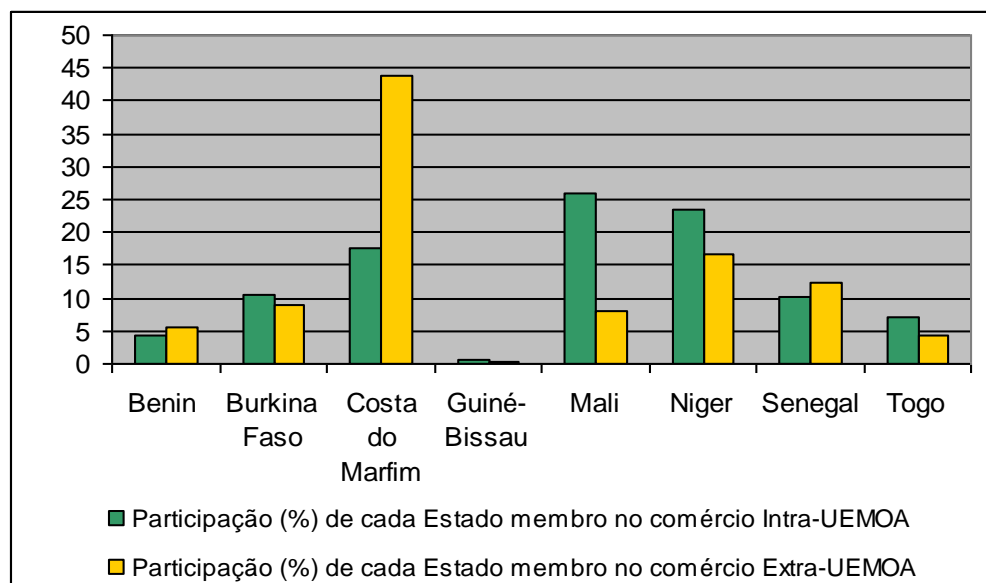
A participação do comércio intra-UEMOA em 2013 no total do comércio dos Estados-Membros, foi de 11,31% contra 88,69% realizado fora da União, ou seja, quase 90% das trocas comerciais dos países membros da UEMOA é extra comunidade. O padrão das exportações da UEMOA continua sendo fortemente influenciado por laços históricos com o resto do mundo, mais de 80% das exportações destinados para os mercados fora da União ou até do continente.

Diante do exposto fica claro que as estruturas de produção e exportação da maioria das economias africanas são orientadas para produtos primários, para os quais a demanda é orientada externamente. Maiorias dos países não têm a capacidade industrial para produtos manufaturados diversificados de apoio ao comércio nos mercados regionais. E intra União tem poucos bens para o comércio interno.

Em termos de comércio intracomunitário Benin, Costa do Marfim e Mali são os mais presentes durante nos últimos três anos. Também a contribuição do Níger para o dinamismo do comércio intracomunitário é cada vez mais importante. De acordo com os dados divulgados pelo Centro da Comissão da UEMOA Estatísticas, Níger vem aumentando sua participação no comércio intrabloco com 23,6% em 2013 contra 4,6% em 2012. No geral, os países que beneficiam com a União onde a balança comercial geralmente é positivo entre comércio intra-UEMOA são: Costa do Marfim, Senegal, Níger e Togo conforme a tabela de balança de pagamentos. (UEMOA, 2014)

O comércio com países não membros, Burkina Faso, Costa do Marfim e Senegal têm sido mais ativos. Em 2013, a Costa do Marfim representou no total com 47,4% para o comércio extra-UEMOA sendo 58,8% para as exportações e de 34,8% para as importações. O segundo maior contribuinte foi Senegal, em 2013, alcançado 14,7% do comércio extra-UEMOA.

GRÁFICO 3: COMÉRCIO INTRA-UEMOA: (2011-2013)



Fonte: Dados da UEMOA (2014). Elaboração do autor.

Os teóricos que defendem a integração entre os países africanos convergem sobre a importância de aprofundar e alargar a integração para o desenvolvimento inclusivo da África. No entanto, reconhecem que a integração regional pode gerar desigualdade entre as economias integrantes (entre os Estados membros), com base nos fatores como a disponibilidade de infraestrutura, estabilidade política e macroeconômica, competências e a localização geográfica (países sem litoral ou costeira).

Embora tenha havido alguma diversificação para os mercados africanos, principalmente com a entrada dos investimentos e exportações Chinesas, nos últimos anos, os países da UEMOA, em geral, concentram seu comércio principalmente com os países europeus. O grosso das exportações extra regionais são de mercadorias indiferenciadas, geralmente não necessárias às cadeias de abastecimento regionais, devido à grave carência da indústria transformadora. Portanto, não surpreende a persistência do baixo nível

agregado de comércio inter-regional verificado na União. No entanto, este não é um fato particular apenas da UEMOA, mas de todas as CERs formadas na África.

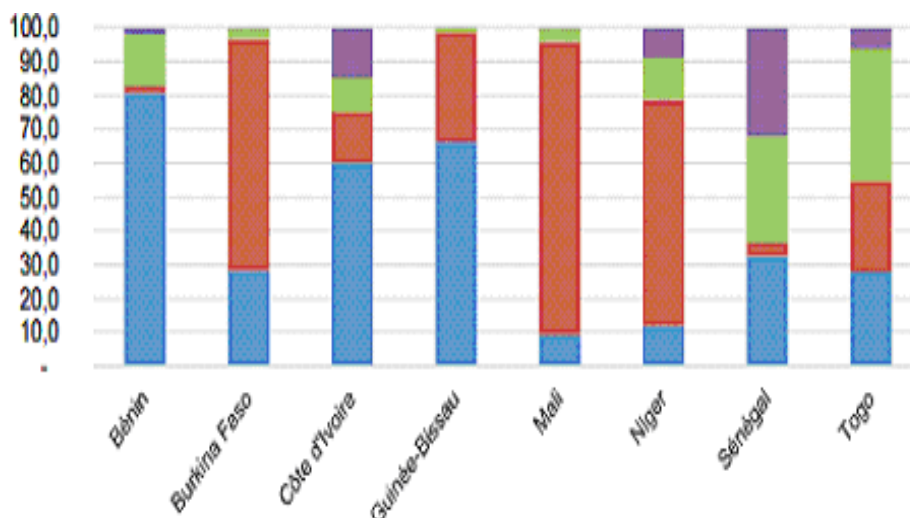
No grupo UEMOA, os países interiores e sem litoral, como Burkina Faso, Mali e Níger, concentram suas importações intra-UEMOA, que representam maior percentagem em relação às exportações intra-UEMOA. Também Costa do Marfim, apesar da relevância de seu elevado potencial, é o país que mais apresenta uma baixa percentagem de comércio intra-UEMOA. Isso reflete, mais uma vez, a importância das relações comerciais que tem com os países terceiros.

TABELA 11: IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES TOTAIS INTRA-UEMOA - 2005-2013 (TOTAL - %)

	Importações					Exportações				
	2005-2009	2010	2011	2012	2013	2005-2009	2010	2011	2012	2013
Benin	9,6	12,5	16,0	14,8	8,1	10,9	6,3	8,9	10,4	11,2
Burkina Faso	25,1	22,2	19,9	17,9	17,9	50,6	6,4	3,1	8,7	5,2
Costa do Marfim	0,9	0,8	1,3	1,7	1,4	10,6	8,6	9,1	10,1	8,8
Guiné-Bissau	22,5	10,9	14,4	12,2	7,0	1,1	0,4	0,7	0,0	0,4
Mali	39,0	28,6	37,4	26,7	36,8	10,8	9,1	14,0	8,9	12,1
Niger	25,4	6,6	3,8	7,2	12,6	11,1	1,3	19,0	25,8	22,0
Senegal	3,2	2,5	3,3	3,0	2,6	28,8	33,9	26,8	24,2	26,6
Togo	6,2	7,0	4,9	4,3	4,3	40,4	48,3	48,6	47,5	46,3
UEMOA	9,1	9,2	9,8	7,9	10,3	15,3	12,3	13,2	13,4	13,3

Fonte: Dados da Comissão UEMOA (2014). Elaboração do autor.

GRÁFICO 4: PERFIL DAS EXPORTAÇÕES EXTRA-ESTADOS UEMOA EM 2013



Fonte: Comissão UEMOA (2014).

- Produtos Agrícolas;
- Produtos Ind. Extrativas;
- Produtos Manufatureiros;
- Outros Produtos.

Os principais produtos comercializados entre os Estados membros da União em 2013 são constituídos por combustíveis minerais, cimento, produtos agrícolas, gorduras e óleos, petróleo, fertilizantes, preparações alimentícias, produtos de pesca, pecuária, cigarros, sabão, ferro e outros produtos de eletricidade, algodão, tecidos.

Conforme o gráfico acima, tirado no relatório da UEMOA DE 2014, as exportações do Benin aos outros setes Estados membros são feitos de tecidos de algodão, ferro, cimento, bolos, e gás butano. Enquanto Burkina Faso, o ano de 2013 foi especial desde zinco, que não estava entre os principais produtos exportados para União. No entanto, 20,3% das suas exportações para outros países dentro da União foram para este produto contra zero por cento (0%) em 2012 e 2011. Além de zinco, Burkina é um tradicional exportador de produtos agrícolas não transformados (de gergelim, animais vivos, feijões secos) (UEMOA, 2014 p.16).

O aumento das trocas comerciais requer um mínimo de desenvolvimento industrial complementar entre as economias, traçando níveis de especialização

assimétrica entre os integrantes. O baixo nível de industrialização das economias da região reduz essa possibilidade, que, no entanto, poderia se incentivada pelo desenvolvimento econômico e pelo esforço de diversificação das economias. (LUSOFONIA, 2014 p.39).

Mais da metade das exportações da Costa do Marfim para União é composta por gasolina Premium (11%), óleo à base de palma (8,3%), energia elétrica (4,8%) e tabagismo. No Mali, as exportações para outros Estados-membros consistem em bovinos e ovinos (41,7%) de adubos minerais ou químicos (34,2%), de óleos médios ou preparação óleo (16,7%). Senegal, segundo país que mais exporta dentro da União, oferece principalmente para outros Estados-Membros, cimento (20,3%), óleos pesados (15,2%), caldos para a preparação de alimentos (12,1%), peixe (7,9%), sal (2,7%), etc. As exportações de Togo na zona UEMOA, principalmente cimento (31,4%), água mineral e refrigerante (5,7%), fertilizante (2,8%), bolsas, sachês e bolsas polietileno (2,5%), as fechaduras e materiais sintéticos semelhantes (1,6%). A Guiné-Bissau exporta em sua maioria produtos agrícolas, principalmente, castanha de caju. A Tabela 12 explica as relações comerciais entre os países parceiros dentro da União.

TABELA 12 – PAÍSES MEMBROS COM MAIORES TROCAS COMERCIAIS

País	Benin	Burkina Fasso	C. do Marfim	Guiné Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo	Total
% de participação das exportações para outros Estados membros da União									
Benin	0	0,7	2,9	0	70,5	23,3	0,2	2,4	100
B. Fasso	0,6	0	26,7	0	26,2	45,8	0,1	0,60	100
C. do Marfim	3,3	30,2	0	0,0	39,7	8,4	13,4	5,0	100
G. Bissau	8,1	0	23,2	0	0	0	0,4	68,3	100
Mali	0,4	79,9	8,6	0	0	9,2	0,8	1,1	100
Níger	2,3	80,4	1,3	0	15,0	0	0,2	0,8	100
Senegal	0,6	4,1	8,1	0,9	81,8	3,5	0	1,0	100
Togo	36,7	24,5	3,5	0	0,9	32,0	2,3	0	100
% de participação das importações provenientes de outros Estados membros da União									
Benin	0	0,2	11,3	0,6	0,1	1,1	2,6	84,1	100
B. Fasso	0,4	0	43,2	0	10,3	15,7	6,9	23,5	100
C. do Marfim	7,2	17,8	0	2,8	4,4	1,1	53,5	13,2	100
Guiné Bissau	0	0	0,2	0	0	0	99,8	0	100
Mali	17,9	1,8	23,1	0	0	1,2	55,6	0,4	100
Níger	20,3	10,7	16,6	0	1,7	0	8,2	42,5	100
Senegal	0,6	0,1	88,5	0,1	0,5	0,2	0	10,0	100
Togo	11,6	0,80	55,8	16,9	1,1	1,3	12,5	0	100

Fonte: Comissão UEMOA, Centro Estatístico/UAPC 2014. Elaboração própria.

Em 2013, Costa do Marfim exportou para Mali (39,7%) e Burkina Faso (33,0%) e as suas importações são oriundas, principalmente do Senegal (53,5%), Burkina Faso (17,5%) e Togo (13,2%). Níger exportou a maior parte para o Burkina Faso (80,4%) e Mali (15,0%). Senegal teve como principais clientes para as suas exportações para os países da UEMOA, Mali (81,8%), Costa do Marfim (8,1%) e Burkina Faso (4,1%).

Fora da zona UEMOA, os Estados-Membros exportam principalmente produtos agrícolas ou produtos de mineração. Três grupos de países emergem. O primeiro grupo que consiste em Benin, Costa do Marfim e Guiné-Bissau são caracterizados por exportações que mais de metade diz respeito a produtos agrícolas. O segundo grupo (Burkina Faso, Mali, Níger) é caracterizado por exportações dominadas por produtos das indústrias extrativas. O terceiro grupo

(Senegal e Togo) tem variado exportações sem especial preponderância de produtos do grupo.

CAPITULO 4º - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UEMOA

4.1. ANTECEDENTES

A República Guiné-Bissau é um país de território plano, pequeno da África Ocidental com 36.125 Km², com população cerca de 1.800 habitantes. Delimitada a Norte pelo Senegal, a Este e Sudeste pela Guiné-Conakry e a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

No ano de 1964 inicia a luta armada pela libertação da Guiné-Bissau, desencadeada pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), fundado em 19 de Setembro de 1956 por Amílcar Lopes Cabral e seus camaradas. Após 11 anos de luta, quando já controlava uma grande parte do território, é proclamada no interior unilateralmente, a República da Guiné-Bissau (24 de Setembro de 1973), logo reconhecida por 47 países africanos e de regime socialista. Em Novembro deste ano será igualmente reconhecida pela ONU. Em Setembro de 1974 Portugal reconhece finalmente a independência da Guiné.

Entre 1974 e 1980, a Guiné e Cabo Verde, foram governados por um mesmo partido - o PAIGC, embora constituam na realidade dois países diferentes. A conciliação de interesses não se mostrou fácil, para que esses dois povos continuassem o projeto idealizado por Amílcar Cabral, da união dos dois povos. Era uma ideologia dada como difícil de concretizar devido as características diferentes dos dois povos e a distancia entre os dois países. A população da Guiné-Bissau é constituída por diversas etnias, mestiça (em sua maioria Cabo-verdiana) e branca. Embora fossem poucos mestiços, eles dominavam o PAIGC, a administração pública e as forças armadas gerando uma crescente mal estar na população negra que acabou por conduzir à ruptura. Devido ao golpe de Estado em 14 de novembro de 1980, foi inviabilizada a união da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Naquela altura, Luís Cabral irmão de Amílcar Cabral era o presidente da Republica dos dois países e foi deposto por então Comissário Principal, equiparado a Primeiro-Ministro, o Comandante João Bernardo "Nino" Vieira, oficial das Forças Armadas.

O território geográfico guineense compreende: Território continental e insular, este denominado pelos Arquipélagos dos Bijagós que por sua vez é constituído por mais de 80 ilhas, sendo 20 delas habitadas. Capital: Bissau; Sistema político: Semi-Presidencialismo; Moeda: Peso Guineense a partir de 1974 até 1997 quando aderiu ao UEMOA passou a ter como moeda corrente Franco CFA. Regiões Administrativas da Guiné-Bissau estão divididas, em três províncias centrais – Norte, Este, Sul e um Sector Autónomo – Bissau.

4.2. GUINÉ-BISSAU ANTES DA ADESÃO A UEMOA

As atuais estruturas econômicas dos Estados africanos foram influenciadas, plasmadas e por vezes criadas por regimes coloniais e suas relações com as potências metropolitanas. A produção e comércio de exportação, o sistema de transporte, a estrutura comercial, políticas econômicas e administrativas – foram instituídas durante o período colonial, e que até então persistem em alguns países poucas modificações.

A Guiné-Bissau conforme referido atrás tornou independente de Portugal em 1974, como qualquer outro país africano herdou de colonos a infraestrutura e a estrutura de produção. Porém essa herança colonial era desenvolvida de formas direcionadas à atenderem os interesses de colonialista e elites locais. Tratava-se de uma estrutura de produção voltada e controlada pela metrópole, em que o principal objetivo era escoamento de produtos agrícolas, matérias-primas, para as metrópoles. Conforme explana o professor Dr. Ladislau Dowbor no seu livro, *Guiné-Bissau – A Busca da Independência Econômica*,

...Mas não há, é claro, somente o Estado e o seu aparelho. Há igualmente o aparelho produtivo herdado. Trata-se, mais uma vez, de um aparelho adequado para a elite colonial, e não para o poder popular. Fábrica de cerveja para quem tem geladeira, para beber na esplanada. Estaleiros navais, para manter os barcos de guerra coloniais. Fábrica de óleo de amendoim, para exportação, contribuindo para orientar o agricultor no sentido da monocultura exportadora, suicídio conhecido das atividades agroalimentares. Várias pequenas unidades de produção de cachaça, mais uma exigência da tropa e dos funcionários urbanos (os camponeses bebem o vinho de palma que eles mesmos fazem). Aqui e ali uma pequena unidade de produção de cerâmica, muito pequeno comércio de bens e de serviços pessoais, todos da cidade, vinculados à capacidade de compra monetária das elites. As serrarias e outras infraestruturas de exploração de madeira estão mal localizadas para a utilização local do produto”. (DAWBOR, 1983 p.4-5).

Ainda nos termos do autor, “Em toda a África o colonialismo desenvolveu as capitais portuárias, passando pelo interior do país. Isso porque lhe interessava escoar a produção para o mar, para o exterior. Em vez de capitais centrais, dinamizadoras de desenvolvimento, fizeram-se capitais portuárias, intermediárias entre os produtores de matérias-primas e o comprador estrangeiro”. (DAWBOR, 1983 P.13)

Desse modo, as colônias serviam como fontes geradoras de riquezas para as metrópoles, onde não podiam projetar ou ter seus objetivos próprios ou projetos de desenvolvimento internos que não fossem apenas atividades condicionadas pelas metrópoles que permitissem a exploração de suas riquezas.

Após a independência o país tomou varias medidas que refletem a ideologia do não alinhamento aos colonizadores, isto para mostrar que o país é capaz de andar com seus próprios pés. Assim, foram nacionalizadas todas as empresas cujos vínculos com os colonizadores, com exceção as pequenas que foram deixadas aos seus donos. Claro o objetivo principal dessas medidas foi privilegiar o mercado interno, atender as necessidades da demanda interna, porém as consequências foram sucateamento. Não foram pensadas as condições que o país se encontrava após independência, com ausência de mão de obra qualificada para administrar essas empresas, de créditos locais e divisas para importar matérias – primas, peças e outros componentes da produção que antes o colonialista importava de suas matrizes. (Idem, Idem p.5).

Nesse contexto, o país é obrigado a recorrer à ajuda externa, aos organismos bilaterais, multilaterais e não governamentais. Segundo Dawbor, Inicialmente, buscou-se a ajuda de quem já tinha ajudado a luta: os países socialistas, a Suécia, alguns outros. A ONU, que tinha acolhido as denúncias contra o colonialismo português. Em suma, partia-se dos mais “confiáveis”. À medida que iam apertando as necessidades de recursos, no entanto, foi-se buscar apoio, inclusive do inimigo anterior: Portugal, os Estados Unidos, e a Comunidade Europeia. Esta pluralidade de proveniência de ajuda aparentava uma ilusão: a de não depender de nenhuma delas em excesso. Consequentemente, o resultado esperado de um país com capacidade de produção limitadíssima não poderia ser diferente. Com a frequente crise

econômica internacional no final da década 1970 e nos anos oitenta e das dificuldades de obter ajuda e empréstimos externos o país passou a frequentar crise financeira cada vez mais insuportável. (Idem, Idem p.14-5).

Coincidindo com a crise da dívida dos anos 80 e o fim da guerra-fria a situação financeira, principalmente, as dívidas externas e internas de maioria dos países africanos e latino-americanos tornaram-se incontornáveis para os governos sustentarem políticas económicas que não fossem fundamentadas em princípios económicos estáveis ou uma política mais inclinada para ideologia ortodoxa, orientada pelo consenso de Washington. Diante deste contexto, a Guiné-Bissau sem espaço de manobra viu-se obrigada a submeter-se às políticas austeras do Consenso de Washington. Em virtude disto, teria que derrubar as estruturas protecionistas que tinha sido construída. No entanto, este dilema ocorreu entre os países altamente endividados, com problemas sérios de honrar os compromissos financeiros externos.

Foi nesse momento segundo António Isaac Monteiro, o surgimento do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) implementado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) como instrumento para sanar as débeis economias dos países subdesenvolvidos, quer na África quer na Ásia e América Latina. (Monteiro, 1996 p.11). Continuando na mesma linha, Bert Van Maanen afirma que nos anos oitenta, quase todos os países africanos foram submetidos aos programas de Ajustamento Estrutural implementados pelo Banco Mundial (BM) e FMI. Segundo autor essa situação deveu-se, principalmente a queda de preços dos produtos agrícolas e matérias-primas tradicionais de exportação, que ocorreu nos anos oitenta. Sendo economias dependentes das receitas de exportações, o saldo negativo na balança de pagamento e os déficits orçamentários foram as consequências dramáticas. (MAANEN, 1996 p.28).

4.2.1. A Política Económica e 1º Programa de Ajustamento Estrutural

O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) tinha como objetivos munir as bases sustentáveis para o crescimento económico durável de médio e longo prazo que permita viabilizar a posição externa do país (honrar os compromissos com seus parceiros internacionais). Para isto, atribui ao setor privado a importância de alavancar a economia, através da privatização, a

desregulamentação do mercado interno e a obrigação do Estado criar uma poupança interna que inspira condição para investimentos.

De acordo com Jacinto Rodrigues Dias, após a guerra da libertação, o país enfrentou a difícil tarefa de reconstrução, devastado pela guerra que durou 11 anos cujas consequências foram: mais de um quinto da população deslocou de suas terras nativas e infraestruturas destruídas restando a um terço da produção ativa das principais culturas. Assim, foi posto em prática a reconstrução de tudo que foi destruído pela guerra, através do Programa de Investimento Público (PIP), financiado principalmente através do endividamento externo, que posteriormente, em virtude do agravamento do setor externo na década de 1980 o país é obrigado a submeter ao Programa de Ajustamento Estrutura (PAE). (DIAS, 1996 p.378).

Desde 1987 a economia da Guiné-Bissau foi norteada e orientada pelo PAE. Em 1986 quando o Banco Mundial (BM) apresentou relatório na qual confidenciou as autoridades guineenses series de problemas entre eles: o excesso consumo, tanto publico como privado, provocando ainda mais os déficits; Ineficiência na produção agrícola; Enormes déficits no orçamento do Estado, resultado do investimento não produtivo; Exagero na política monetária expansionista, gerando inflação e desvalorização cambial; Grande dependência externa. (MAANEN, 1996 p.30-1).

Como os problemas eram considerados estruturas, as duas organizações estabeleceram medidas de médio e longo prazo através do PAE que atenderia de 1987 a 1993, com as seguintes recomendações: Aumentar a produção agrícola para abastecer o mercado interno e exportação; Redução do papel do Estado nas políticas publicas; Uma política financeira estratégica que permitisse o pagamento das dividas; Controle de inflação e uma política de estímulo de exportação e diminuição de importação; Liberalização do mercado interno e abolição do Estado nas atividades comerciais; Abolição de controle de preços; Diminuição de carga tributaria no comercio externo; Elevação de juros e Privatização. (Idem, Idem p.31).

Mesmo com essas medidas e apoios destes organismos, e outros doadores multilaterais e bilaterais, segundo MAANEN (1996) em 1995 a situação da economia guineense alcançou patamar critico que precisaria mais apoio do BM e FMI.

Os críticos desses programas acreditam que as formas de implementação foram equivocadas. Pois desde suas origens sem respeitar as características específicas de cada países e devido a estrutura econômica desses países serem precárias, com insuficiência de quadros, e tipos de políticas econômicas recomendadas, o resultado esperado não poderia ser diferente.

De acordo com Jorge Manuel M. A. Lopes da Cruz, o país realizou-se amplo processo de liberalização comercial que estaria entre as recomendações políticas aconselhadas, a que mais rapidamente foi implementada e tinha como objetivo primeiro incrementar a taxa de crescimento e aumentar as exportações. Esta liberalização comercial não teve, todavia, nenhum respaldo simultâneo que garantisse segurança aos cidadãos nem mecanismos de apoio aos que potencialmente poderiam vir a serem afetadas. Porém o resultado esperado não foi satisfatório tendo em vista que as exportações continuam inferiores às importações com grande impacto no saldo da balança comercial. Também a decepção não ficou restrita ao resultado negativo na balança comercial, mas também, em nível da política fiscal imposta, levando em conta que a estrutura tributária, tanto impostos diretos e indiretos careciam de quadros qualificados e de mecanismos de controle e de fiscalização. (LOPES DA CRUZ, 2007 p.63).

Faustino Imbali e Carlos Cardoso, é muito difícil descrever o êxito do PAE em relação aos seus benefícios a sociedade guineense em geral, pelo contrario, é fácil constatar que aumentou exponencialmente a concentração de Renda entre os que possuem ensino superior, os funcionários públicos de grande de escalão em relação ao cidadão comum e rural sem formação superior. “a privatização e outras medidas de cunhos liberais gerou entre elites e os grupos que dispõem de apoios sólidos e relações privilegiadas com os governantes. Em contrapartida, os pobres arcaram com prejuízos das medidas de austeridades e nos cortes de gastos públicos”. Ainda segundo autores, as medidas recomendadas e implementadas no PAE teriam sido no decorrer da implementação, um processo pouco transparente e sem discussão pública em que alguns agentes políticos e empresários destacados teriam aproveitando-se da deficiência/inexistência de mecanismos legais e regulatórias para concretizar seus interesses pessoais e empresarias, assim, os objetivos

almeçados na gestão da estabilidade macroeconômica, crescimento econômico, criar mais postos de emprego e melhorar a distribuição de renda, não aconteceu, na medida em que o próprio Estado guineense, em presença de uma débil classe empresarial nacional, apropriando dos recursos disponibilizados pelos parceiros internacionais, não gerou receitas e ainda viu engrossar o número de desempregados e inflação crescente. (IMBALI e CARDOSO, 1996 p.224-26).

Conforme pode constatar na tabela 13, que demonstra indicadores e a evolução da economia guineense a partir da implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

TABELA 13: INDICADORES MACROECONÔMICOS, 1987-1991

ITENS	1987	1988	1989	1990	1991
PIB (taxa de crescimento real)	5,60	6,90	8,70	3,40	2,80
Exportações (taxa cresc. Real)	86,80	-18,00	15,90	41,50	6,00
Importações (taxa cresc. Real)	9,50	14,00	14,30	-5,40	-7,90
Investimentos (% do PIB p.c)	21,20	23,60	29,90	22,10	18,00
Investimentos (taxa cresc. real)	-27,60	20,30	17,20	-12,80	-33,40
FINANCEIRO					
Expansão meios de pagtos (var.)	72,50	72,60	42,40	-60,00	36,80
Crédito interno/M2 (%)	84,20	40,40	94,50	-27,20	-5,30
Crédito a economia/M2 (%)	180,60	99,20	136,80	43,70	16,70
Taxas de juros ativas (%)	24,00	24,00	24,00	46,00	48,00
Taxa de juros passivas (%)	25,00	25,00	25,00	40,00	38,00
Taxa de inflação %	97,70	67,50	80,80	34,40	55,70
Divida externa (US\$ MILHÕES)	424,30	475,40	502,10	537,70	648,50
FISCAL					
Receitas totais (%PIB)	13,70	13,60	13,00	18,60	17,30
Despesas totais (%PIB)	47,40	49,20	57,40	47,30	47,70

Fonte: Dados retirados no texto do Paulo Gomes (1996).

O objetivo pleiteado pelo PAE de conseguir equilibrar as contas externas através da diminuição de importação e aumento de exportação, não foi concretizado, pois o resultado exposto na tabela 11 evidencia o fracasso do PAE. Além de não conseguir diminuir a dívida externa, viu-a aumentar exponencialmente de 424,3 milhões de dólares em 1987 para 648,5 milhões de dólares em 1991, um aumento de 52,84%, também devido à contenção dos gastos públicos com as políticas de austeridade, verifica-se a queda no consumo público e investimentos a um nível muito baixo em 1991.

Após evidenciarem todos os esforços em estabilidade macroeconômicos e durante todo esse período concentrarem em conseguir alcançar as metas do crescimento econômico projetado e estabelecido pelos parceiros internacionais, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante a implementação do PAE (1987) com exceção de três primeiros anos que cresceram, todos os anos subsequentes tiveram o crescimento menor que o início do PAE conforme a tabela 13.

Segundo Paulo Gomes, os setores sociais foram os que mais sofreram com os cortes das políticas impostas a função pública como único jeito de controlar e reduzir os gastos orçamentais cujas consequências, são baixos salários, precarização nos serviços de saúde e educação. (GOMES, 1996 p.53).

Com esta situação econômica em deterioração ascendente e desemprego crescente, a população viu-se obrigado sem alternativa, a procurar outra fonte de auxílio para subsistência da família. Maioria de chefes de família foi procurar outro tipo de atividade (informal) econômica, como o comércio, a agricultura e o artesanato, onde o comércio é o que mais se destaca, representando mais de 66% das famílias cujo salário seria insuficiente para cobrir suas despesas mensais. Teriam escolhido o comércio por ser setor além de rápido de obter lucro talvez seja mais que serve para exercício como atividade auxiliar. Ainda segundo estudos destes autores, os entrevistados declaram que começaram a praticar essas atividades (informais) depois de 1987. (IMBALI e CARDOSO, 1996 p.227).

Neste ambiente, o razoável esperar é que o tecido social pereça. A erosão do poder de compra foi uma constante mesmo na transição do Peso Guineense para o Franco CFA (após a adesão à UEMOA em 5 de Março de 1997). O desemprego e a deterioração marcada das condições materiais de trabalho e de vida de uma larga franja populacional constituem um efetivo constrangimento ao desenvolvimento na medida em que ao não assumir o verdadeiro contrato social, o Estado perdeu legitimidade para o exercício do seu poder normativo e às populações restou implementar estratégias de sobrevivência. As estratégias de sobrevivência encetadas pelas populações engrossaram o já selvático sector informal, precipitou o movimento migratório, tanto dos meios rurais para o urbano como para os países limítrofes. Nesta perspectiva que vimos que este processo foi conduzido com um total menosprezo pelos valores morais que secundarizaram o homem, ignoraram princípios de justiça social e como consequência, vimos os guineenses em situação de exclusão propícia ao aniquilamento da autoestima. (LOPES DA CRUZ, 2007 p.64).

O PAE colaborou significativamente para piorar a situação de família enquanto instituição, devido as políticas econômicas restritivas e austeras implementadas e a dura vida laboral imposta a família que ocupa a parte inferior da pirâmide social. Portanto, o PAE na tentativa de ajustar economia foi desajustando-a e degradando as relações familiares que constituem uns dos pilares fundamentais ainda consolidadas na sociedade guineense. (IMBALI e CARDOSO, 1996 p.236).

Jacinto Rodrigues Dias, setor agrícola que era considerado e é setor piloto para levar acabo ao desenvolvimento de outros setores e da economia guineense fracassou totalmente. Este autor afirma que não havia estratégias nacionais sobre desenvolvimento e uma coordenação consistente do projeto, pelo contrario havia incapacidade e orientação errática por parte dos responsáveis. Ainda segundo autor, as múltiplas intervenções, orientações de diferentes doadores sem ao menos encaminhá-las para o núcleo coordenador da zona ou região, às vezes gera duplicação de ações numa mesma zona ou região de desenvolvimento. Ainda continuando a critica em relação ao fracasso do PAE, Jacinto Dias releva o desprezo verificado em relação alocação do credito não direcionado para os pequenos agricultores, agricultura familiar para o desenvolvimento agrícola autossustentável, pois estes foram ignorados sem acesso a um sistema nacional do credito. (DIAS, 1996 p.426).

4.3. SITUAÇÃO POLÍTICA E SÍNTESE DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA

As crises político militares, que arruinou o país em 1998 e cujas consequências se prolongam até os dias de hoje, colocou em causa todo esforço e projeto que vinham sendo realizados anos anteriores. O conflito causou enormes prejuízos em todos os setores de atividade econômica paralisando o processo da melhoria que apontava nos indicadores socioeconômicos na década de 1990. As poucas infraestruturas que tinham foram danificadas durante o conflito militar que durou 11 meses.

A persistência da instabilidade politica recorrente desde o conflito armado, lutas pelo poder, sempre culminando em golpes e contra golpes militares; o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições

públicas no cumprimento das funções básicas do Estado; a imaturidade democrática demonstrada pelos políticos e autoridades militares manifestada pela inexistência da independência do poder judicial, sem controle sobre a polícia e na insubordinação das forças armadas ao poder político; o impacto de fenómenos transnacionais como o tráfico de droga e a criminalidade organizada; os elevados níveis de pobreza; a fraca diversificação da estrutura económica e a grande dependência da ajuda externa. Estes fatores formam concomitantemente razões e manifestam efeitos de fragilidade, estrangulando o processo da consolidação da paz e de um desenvolvimento sustentável do país.

No que diz respeito ao desenvolvimento humano, a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres e frágeis do mundo. Com as frequentes perturbações políticas e repetidos choques económicos, fizeram com que o país entrasse num ciclo vicioso de fragilidade e pobreza que tem dificultado o alcance e a manutenção de resultados de desenvolvimento.

Desde guerra civil em 1998/99, o crescimento económico mal ultrapassou o crescimento da população: rendimento nacional bruto per capita em 2014 foi estimado em cerca de US\$ 550 conforme Banco Mundial (2014). O país ocupa nos índices do IDH de 2014 o 178º lugar entre 188 países segundo a última publicação do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD p.210). No relatório publicado em janeiro de 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística, dos mais 1.7 milhões de habitantes da Guiné-Bissau, 69.3% vive em situação de pobreza absoluta (com um rendimento inferior a 2 dólares por dia), comparado com 49% em 1991, de acordo com os dados do último Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP2). A pesquisa revela também um agravamento na incidência da pobreza extrema (abaixo de 1 dólar por dia) que passou de 20,8% para 33% entre 2002 e 2010. (INE, 2014 p.13).

Os indicadores sociais encontram-se entre os mais baixos da África Subsaariana, nomeadamente no que respeita à esperança média de vida ou às elevadas taxas de mortalidade materna e infantil. A situação revela mais grave ainda quando comparam os indicadores entre os centros urbanos e meio rurais, entre mulheres e homens, com a resistência do fenómeno de discriminação de género no acesso ao emprego formal remunerado e ao nível

da educação e da saúde, apesar de algumas melhorias nesse aspecto. (Idem, Idem p.14-5).

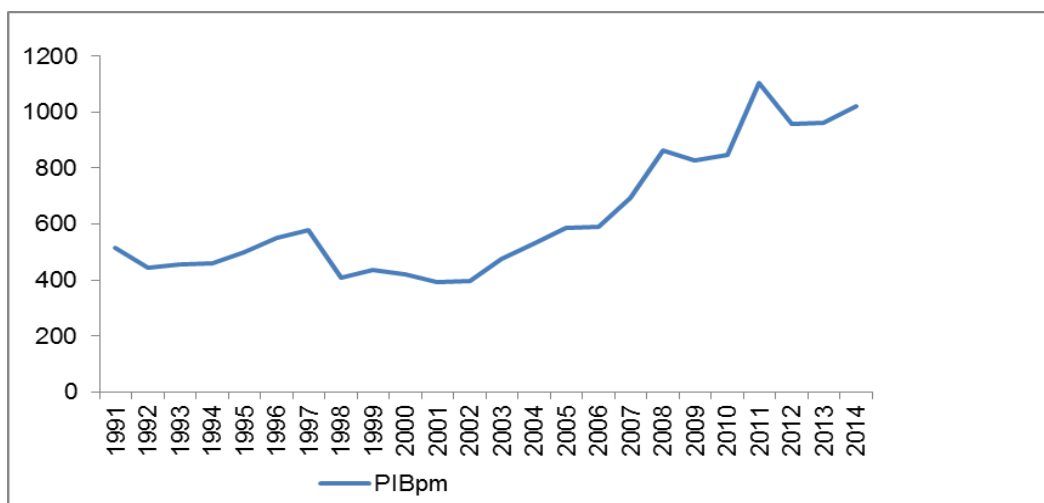
Os investimentos recomendados para setores sociais com intuito de alcançar as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) não foram cumpridas, situando-se entre 21% e 22% do Orçamento Geral do Estado (OGE) ficando aquém de 40% do recomendado pelas instituições internacionais. Também, calculam para que país saísse no estágio de nível de pobreza que se encontra, exigiria o crescimento médio anual do PIB no mínimo 7% até final de 2015. Aparente engajamento do Governo e os parceiros não serão suficientes para tornar reais os objetivos de luta contra a pobreza e também, com o atual ritmo de crescimento económico do País, não serão alcançados os ODM. (Idem, Idem p.17).

A vulnerabilidade da economia é acentuada pela forte dependência da monocultura de exportação da castanha de caju; pela fragilidade e quase inexistência do financiamento do sector agrícola e principalmente pela dependência das importações de produtos alimentícios, arroz e combustível. São as principais importações, deixando o país vulnerável à segurança alimentar da população, devido, à flutuação de preços mundiais de todos os três produtos.

Os baixos níveis de investimento e o elevado endividamento externo dificultam a mobilização de recursos, da resposta do Estado às necessidades de construção e a reabilitação das infraestruturas, modernização do setor produtivo e de apoio à competitividade da economia. A Iniciativa para os países pobres muito endividados em Dezembro de 2010 permitiu uma redução substancial da dívida face ao conjunto de credores. Em Maio de 2011, o Clube de Paris decidiu cancelar USD 283 milhões de dívida da República da Guiné-Bissau.

O gráfico 5 mostra a evolução do PIB a preços correntes em milhões de dólares. O comportamento do PIB não foi linear durante este período, porém sem uma oscilação de grande ruptura com exceção ano 1998 quando apresenta uma queda forte, isto devido ao conflito militar que paralisou todas as atividades económicas do país.

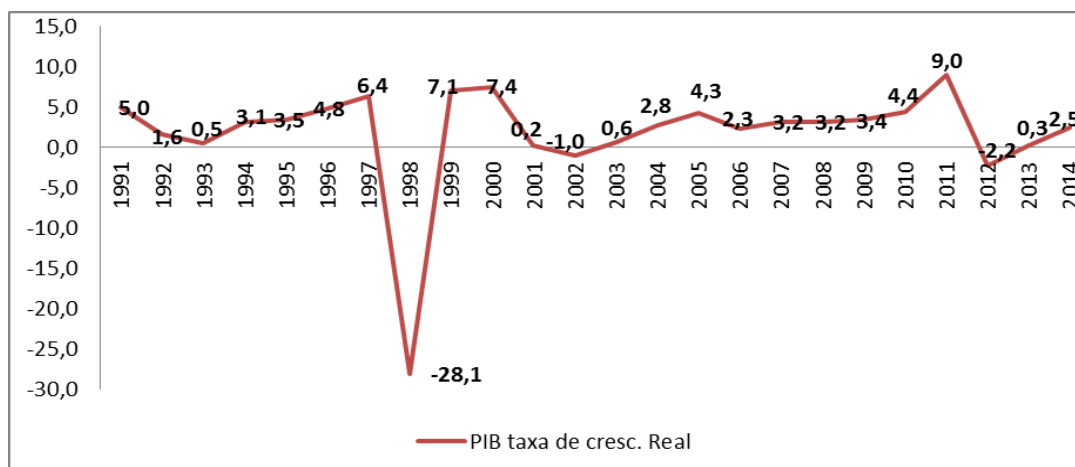
GRÁFICO 5: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) 1991-2014 (EM MILHÕES DE DÓLARES).



Fonte: Dados do Banco de Portugal (2015). Elaboração do autor.

A Guiné-Bissau desde o conflito de 1998 nunca conseguiu ficar num período longo de estabilidade política, sempre vive refém de guerrilhas políticas, lutas pelo poder incessantes que sempre traz consequências incalculáveis para seu humilde povo. O comportamento de o gráfico a seguir, reflete os momentos quando o país mergulha nas instabilidades políticas e raros momentos que experimenta a estabilidade, caso do ano de 2011 onde a boa campanha de castanha de caju serviu como vetor condicionante para o desempenho econômico neste ano, permitindo o crescimento do PIB de 9%.

GRÁFICO 6: TAXA DO CRESCIMENTO DO PIB REAL EM % (1991-2014).



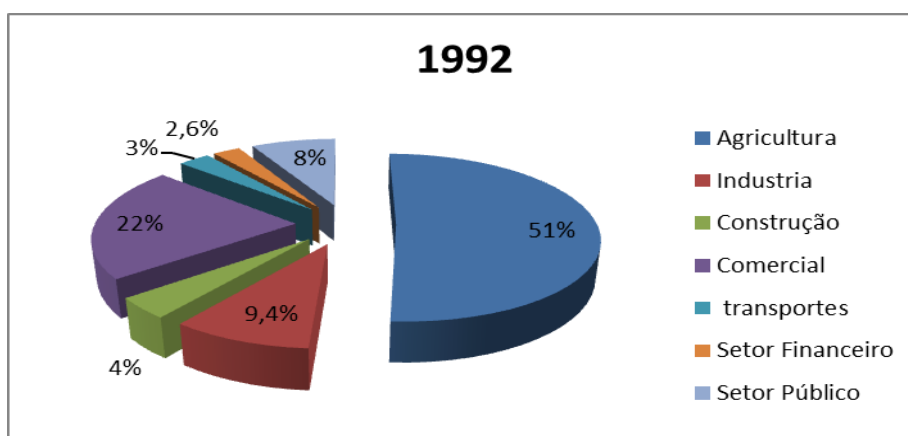
Fonte: Dados do Banco de Portugal 2015, elaboração do autor.

Evidentemente, há necessidade urgente de país montar uma estratégia de combate a pobreza orientada pela vontade política e a eficiência na gestão de coisas pública, pois a ineficiência juntamente com a corrupção têm sido em vão todos os esforços impregnados por parceiros nesta luta. Não existe um plano simples e universal para implantar essa estratégia. Cabe ao país preparar sua própria escolha, sua prioridade de políticas para reduzir a pobreza, de acordo com as realidades nacionais, dependendo do contexto económico, sociopolítico, estrutural e cultural do País. Uma boa estratégia de luta contra a pobreza deve antes de tudo, começar por identificar as principais causas e estabelecer o perfil. O carácter multidimensional e estrutural da pobreza e a variedade de suas manifestações tornaram relativamente complexas as tarefas de identificação dos elementos que estão na origem assim como a clarificação das potenciais relações de causalidade estabelecidas.

4.3.1. A Estrutura da produção antes e depois da adesão da adesão

A Guiné-Bissau é um país cujas atividades econômicas são predominantemente agrícolas. Conforme o gráfico 7, o setor é o mais importante do país, representando mais de 51% do PIB em 1992 enquanto outros setores como, indústria, construção, setor comercial, financeiro, representam 9,4%, 4,0%, 22,0% e 2,6% respectivamente. Também representam mais de 90% das exportações e 80% da força de trabalho, porém essa potencialidade é muito pouco explorada e valorizada pelos governantes.

GRÁFICO 7: PIB POR SETOR ECONÔMICO, 1992.

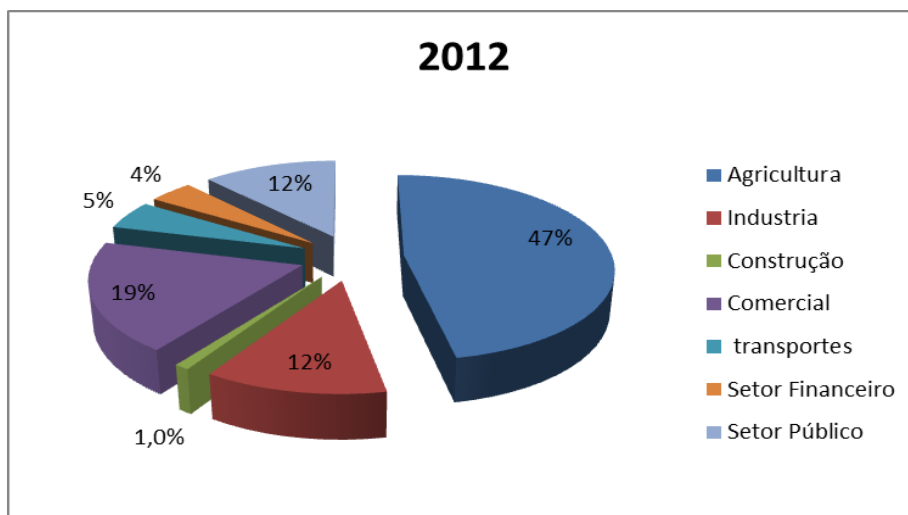


Fonte: Dados do INEP 1992, elaboração do autor.

Basicamente, o setor é apontado como a espinha dorsal da economia guineense, devido a sua importância na atividade econômica do país e é apontado como principal meio que poderia ser usado para combater a pobreza. A agricultura guineense é praticada por duas categorias de agricultores: Os pequenos produtores das aldeias (Tabancas) constituídos fundamentalmente pela população rural e contribuem com mais de 80% do total da produção nacional, e os Ponteiros que possuem explorações agrícolas «modernas» dispendo de concessões fundiárias importantes concedidas pelo Estado, cobrindo 27% das terras aráveis (ou seja, 9% da superfície total do país) e ocupando as melhores terras agrícolas.

A cultura de caju domina uma grande parte da população ativa e concentra uma grande parte da pobreza rural, fazendo com que o país dependa da castanha de caju para 90% da sua exportação. Também, além o processo de produção ser muito caduco, obsoleto o produto depende das flutuações dos preços internacionais de castanha de caju. Conforme demonstra no gráfico 8.

GRÁFICO 8: PIB POR SETOR ECONÔMICO, 2012.



Fonte: Dados da Lusofonia 2012, elaboração do autor.

O setor agrícola como prioritário ou como carro piloto para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau continua sendo atrasadíssimo, com baixo nível tecnológico, baixa produção e enfrenta serias

restrições creditícias para o seu desenvolvimento. Problema enfrentado não só para os pequenos agricultores ou agricultura familiar que por sua vez, a produção é orientada para consumo próprio ou familiar e para mercado doméstico, pouco direcionado ao mercado internacional, quanto a de pontas, diferentes de pequenos agricultores, orientam suas produções para exportação e comercialização no mercado interno. As estruturas e infraestruturas de suporte a atividade de comércio de produto agrícola são bastante frágeis e relativamente inexistentes.

Depois de 21 anos a estrutura da produção não sofreu muita mudança, a agricultura continua a liderar de longe a representação no PIB, contribuindo com 47% em 2012. Empregando cerca de 72% da população, o setor continua utilizar técnicas rudimentares e caducas, carecendo de desenvolvimento e modernização.

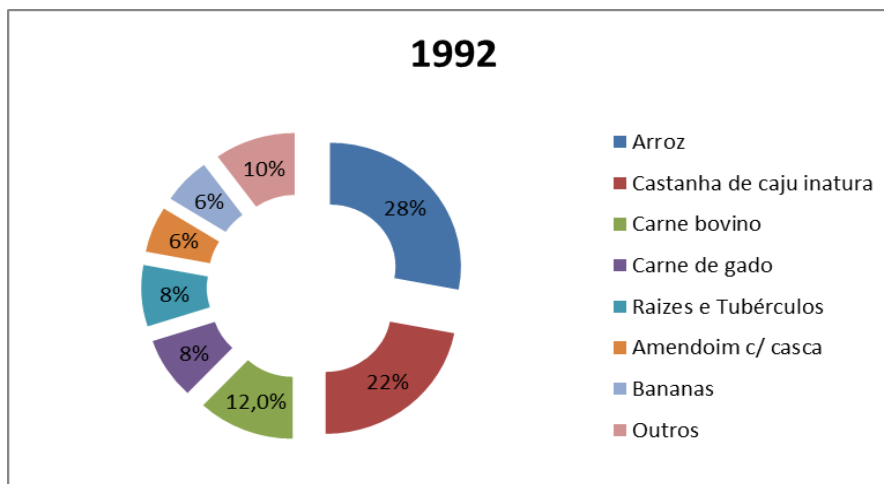
O sistema financeiro formal continua sendo deficiente e ineficiente com limitações de serviços. Além de excluir e muito seletivo na concessão de crédito, uma vez não alcança os pequenos agricultores. Verifica-se uma ausência ou negligência que o setor financeiro tem para com o desenvolvimento do setor agrícola. Para economia guineense, agricultura é indispensável, além de capacidade que tem de gerar efeitos multiplicadores, no emprego, na renda e mais consumo. A falta de confiança da população nas instituições financeiras e o desinteresse por parte destas instituições constituem outros problemas sérios que assolam o setor.

Igualmente, tão importante quanto mencionado, a expansão do crédito rural subsidiado, destinado à aquisição de insumos modernos seria fundamental para estratégia do desenvolvimento rural, tanto na área mecânica quanto na área química de insumos agrícolas. Esse processo contribuiria para a consolidação do setor de insumos modernos, com incentivos à produção doméstica, do incremento do volume de crédito seletivo e da dinamização das exportações agrícolas. Seria indispensável para a modernização do setor, a criação de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade.

Na década de 1990, de acordo com Instituto Nacional e Estatístico da Guiné-Bissau, a produção do arroz atingiu o seu ponto mais alto alcançando mais de 127 mil toneladas, essa quantidade era superior a qualquer outro tipo

de produto agrícola. O gráfico 9, representa a estrutura da produção na década de 1990.

GRÁFICO 9: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO – 1992



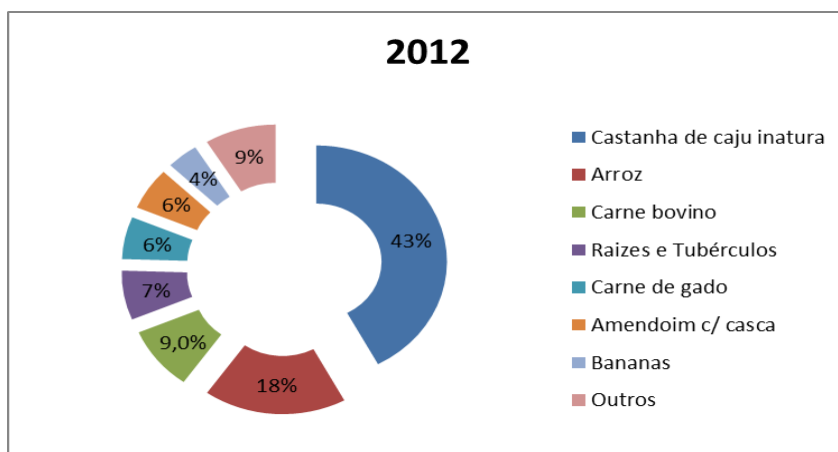
**Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2014).
Elaboração do autor.**

O arroz é o alimento básico na Guiné-Bissau, representando cerca de 37% do valor do consumo de bens alimentares e cerca de 40% do consumo de calorías duma família média. De acordo com o *International Rice Research Instituto (IRRI)*, o consumo anual de arroz na Guiné Bissau per capita era estimado em 87,3 kg em 1999. Com uma população estimada atualmente em 1,7 milhões, e usando as taxas atuais de consumo de arroz por pessoa e por ano, o país necessita de 142.680 toneladas de arroz descascado equivalente a cerca de 235.000 toneladas de arroz de casca para permitir a autossuficiência em arroz a nível nacional. Porém nos últimos anos foi ultrapassado pela produção de castanha de caju, sendo esta serve tanto para ser trocada por arroz assim como por dinheiro. Em virtude da queda da produção deste cereal, o país passa importar arroz para preencher a lacuna. Face aos preços voláteis e muitas vezes elevados dos cereais essenciais nos mercados internacionais, o país vem sofrendo muito embora com a situação climática propicie a cultivo deste produto. (INE, 2010 p.97).

A substituição do cultivo de arroz para caju tem tido um efeito negativo forte no desenvolvimento da produção de arroz na Guiné Bissau. Primeiro porque dada castanha de caju ser produto de cultura de exportação e

exclusivamente comercial, cria perspectivas socioeconômicas dos agricultores que naturalmente optam a cultura de caju e segundo com a expansão da demanda deste produto, os salários oferecidos são muito mais altos que os oferecidos para produção de arroz. Conforme demonstra o gráfico 10.

GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO – 2012



**Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2014).
Elaboração do autor.**

Além de ser comum entre produtores e exportadores da castanha de caju trocar castanha de caju com o arroz importado pelos exportadores. Estima-se que entre 50% a 70% de todo o arroz importado é atualmente utilizado na troca. Embora existam vantagens no sistema de troca, visto que ajuda na satisfação de necessidades primárias - acesso ao arroz – das famílias, principalmente no início da estação de colheita do caju, isso muitas vezes significa que o dinheiro não entra na cadeia de valores do caju, e os pequenos agricultores não obtêm o benefício máximo do valor da castanha de caju que produzem. Ao mesmo tempo, mina-se o incentivo para cultivar arroz. A produção da castanha de caju passou a representar 43% da produção total do país, enquanto a produção de arroz cai de 22% na década de 1990 para 18% em 2012. A tabela 14 resume o comportamento da evolução da economia da Guiné-Bissau de antes da adesão a UEMOA e depois.

TABELA 14: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS ENTRE (1990-1996) E (2000-2009)

Indicadores	Média do Período	
	1990-1996	2000-2009
Crescimento real	3,50%	1,90%
Taxa de poupança interna	-2,40%	1,90%
Inflação	45,70%	3,10%
Mudanças na oferta de moeda	51,00%	16,80%
Saldo orçamental excluindo subvenções/PIB	-10,90%	-12,70%
Rácio fiscal	2,10%	5,40%
Saldo conta corrente externa (excluindo subsídios)/PIB	-16,00%	-9,70%
Taxa de investimento	11,10%	11,50%
Taxa de cobertura exp/imp	32,90%	84,40%
A despesa pública total/PIB	16,00%	21,60%
Investimento público/PIB	6,60%	6,00%
Massa salarial/PIB	1,40%	5,30%
Folha de pagamento / receitas fiscais	72,70%	98,80%

Fonte: BCEAO da Guiné-Bissau, artigo de Degol Mendes (2012). Elaboração do autor.

De 1990 a 1996, o crescimento real médio do PIB situou em 3,50%, bem inferior do recomendado para os países como a Guiné-Bissau, para sair da situação de um dos países mais pobre do mundo teria que crescer em média anual de 7,0%. Porém, esta média do período anterior ficou bem acima do período subsequente, que cresceu 1,90% entre 2000 e 2009, no entanto apresentou quadro melhor em maioria dos itens, a inflação bem abaixo que registrada no período anterior, poupança interna positiva em 1,90% conforme demonstra a tabela representa a vantagem de adesão do país ao UEMOA com a política monetária executada pelo Banco Central da União.

4.4. EVOLUÇÃO DE BALANÇA DE PAGAMENTOS E TRANSAÇÃO EM CONTA CORRENTE

A economia da Guiné-Bissau após crise econômica internacional que gravou a situação financeira do país, a queda do preço da castanha de caju no mercado internacional e atrasos na execução de projetos públicos, a partir de 2010 o país inicia uma leve recuperação na atividade econômica alcançando o seu auge em 2011 com crescimento do PIB de 9,0% conforme demonstrado

nos gráficos anteriores. A tabela 15 mostra os saldos dos principais componentes do balanço de pagamentos.

TABELA 15: PRINCIPAIS SALDOS NA BALANÇA DE PAGAMENTOS – (2007-2013)

	Crédito	Débito	Saldo
Transação Conta corrente	130.354,30	156.295,80	-25.941,50
Bens e Serviços	94.328,00	133.418,70	-39.090,70
Rendimento primário	5.056,80	9.019,90	-3.963,10
Rendimento secundário	30.969,60	13.857,10	17.112,50
Conta de capital	15.822,10	0,00	15.822,10
Conta financeira	6.286,40	22.157,90	-15.871,50
SALDO GLOBAL	10.286,50	-435,50	10.722,00
Ativos e passivos externos	-10.676,90	205,00	-10.881,90
Outros depositários	-3.382,00	521,00	-3.903,00

Fonte: Dados do BCEAO (2013). Elaboração do autor.

A transação econômica e financeira da Guiné-Bissau com o resto do mundo obteve leve melhora no perfil do comércio externo em 2013, em linha com o declínio no déficit em conta corrente e do aumento dos fluxos conta financeira líquida em um contexto marcado por uma relativa estabilidade do excedente da balança de capital. Assim, o déficit em conta corrente situou-se em 25.941,5 milhões de FCFA em 2013 contra 42.497,3 milhões FCFA em 2012, relacionado com a melhoria dos saldos de bens e serviços e resultado primário, o efeito tem sido um pouco atenuado pela a redução do excedente no rendimento secundário.

O saldo da balança do capital situou-se em 15.822,1 milhões de FCFA em 2013 contra 15.863,0 milhões em 2012 e o saldo líquido da conta financeira mostra uma melhoria de 18.871,50 milhões, o que resultou em uma melhoria da posição externa líquida de 10.722,0 milhões em 2013 contra deterioração de 33.200,4 milhões em 2012.

4.4.1. Transações em contas correntes

A conta corrente, os que envolvem bens, serviços, rendimentos primários e secundários, têm um déficit estrutural. Esta situação é responsável, principalmente, por bens e serviços e rendimentos primários. Em 2013, o saldo

da balança corrente melhorou após uma deterioração acentuada registrada em 2012. A tabela 16 apresenta o comportamento das transações correntes.

TABELA 16: EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS - (EM MILHÕES DE FCFA)

Conta Corrente	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bens e Serviços	-45.847,2	-50.163,6	-63.882,1	-63.638,0	-27.025,4	-51.678,5	-39.090,7
Bens	-29.161,1	-31.630,9	-38.339,7	-34.643,7	-1.046,2	-25.732,0	-14.840,4
Serviços	-16.686,1	-18.532,7	-25.542,4	-28.994,3	-25.975,2	-25.946,5	-24.250,3
Rendimento primário	-4.742,8	-6.580,4	-5.279,6	-1.143,7	-8.733,6	-16.864,2	-3.393,2
Rendimento secundário	35.916,1	43.869,7	46.546,6	29.742,0	29.129,0	26.045,4	17.112,4
Saldo de conta corrente	-14.674,0	-12.874,4	-22.615,1	-35.039,8	-6.630,0	-42.497,3	-25.941,5
Saldo em conta corrente (excluindo subsídios)	-31.666,7	-29.274,4	-51.121,8	-46.239,8	-22.412,0	-54.397,3	-28.341,5
PIB nominal (em bilhões FCFA)	333.381,0	386.952,0	390.483,6	418.525,6	520.776,0	547.182,6	572.032,1
Saldo em conta corrente (%/PIB)	-4,40%	-3,33%	-5,79%	-8,37%	-1,27%	-7,77%	-4,30%
Conta de Bens							
Exportações de Bens e Serviços	67.303,9	76.983,0	73.076,1	84.494,8	133.369,2	78.133,1	94.328,0
Importações de Bens e Serviços	113.151,1	127.146,6	136.958,3	148.132,8	160.394,6	129.811,6	133.418,7
Balança comercial de bens e serviços	-45.847,7	-50.163,6	-63.882,1	-63.638,0	-27.025,4	-51.678,5	-39.090,7
Exportações (%)	59,48%	60,35%	53,36%	57,04%	83,15%	60,19%	70,70%
A abertura do comércio (%)	27,06%	26,38%	26,89%	27,79%	28,20%	19,00%	19,91%

Fonte: Dados do BCEAO 2013, elaboração do autor.

Conforme já salientado atrás, o saldo mostra um déficit de 25.941,50 milhões em 2013 contra um déficit de 42.497,30 milhões no ano anterior em conexão com a melhoria da balança comercial e da balança de rendimentos primários. Em relação ao PIB, o déficit em conta corrente situou-se em 4,5% do PIB em 2013, contra 7,8% do PIB ao ano anterior.

O déficit comercial de bens melhorou após uma deterioração acentuada registrada em 2012, de 25.732,0 milhões em 2012 para 14.840,4 milhões em 2013, em linha com um aumento das exportações em um contexto marcado por um ligeiro declínio no valor das importações.

4.4.2. Exportações e Importações de Bens

Como resultado, as exportações de mercadorias em geral FOB somaram 75.485,6 milhões de FCFA em 2013 para 67.062,0 milhões em relação ao ano anterior, um aumento de 12,6% depois de cair 40,3% em 2012. O aumento do valor das exportações é impulsionado pelo aumento de 31,7% no valor das exportações de alimentos (principalmente produtos de peixe) e vários produtos destinados à outros países membros da UEMOA, após um declínio de 44,1% registrado de 2012. O volume de exportações de caju aumentou 20,8%. No entanto, o impacto desta evolução foi compensado por quedas de 19,1% do preço de exportação do caju expressos em francos CFA, na esteira da queda dos preços do produto no mercado internacional. Os outros produtos exportações estão listados em declínio desde 2009. Esta queda afetou principalmente maquinaria elétrica e equipamentos de transporte, importação temporária em conexão com a execução de projetos públicos e, em seguida, reexportados. (BCEAO, 2013 p.12).

A análise da estrutura das exportações por produto mostra que eles continuam dominados por Castanha de caju em volume e em valor. Em 2013, as exportações de caju representaram 98,3% do valor das exportações totais do país. Isso reflete a alta concentração das exportações, o que é explicado pela baixa diversificação da base produtiva, apesar do grande potencial do país no domínio da pesca e mineração. A tabela acima mostra a evolução da castanha de caju volumes e em valores de exportações³².

³² Caju exportações de castanha são avaliadas pelos serviços aduaneiros, a um preço de referência fixado pelo Estado. Este prêmio é diferente do preço de mercado, o que explica os ajustes de valor especial quando são feitos em conexão com o desenvolvimento do balanço de pagamentos).

TABELA 17: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTOS EXPORTADOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Castanha de Caju	32.112,5	28.796,7	35.671,0	37.327,6	55.793,9	50.360,7	62.357,6
Animais Vivos (Bois)	67,3	115,9	140,6	252,1	87,4	0,0	279,1
Outros Produtos	4.080,8	2.360,8	4.761,6	3.318,1	2.189,1	1.211,3	351,2
Total	36.260,6	31.273,4	40.573,2	40.897,9	58.070,4	51.572,0	62.987,9
Ajuste de Valor	3.665,4	15.478,6	6.706,9	5.587,0	28.425,0	10.025,0	2.608,0
Outros Ajustes	10.748,0	9.875,0	9.158,0	15.186,1	25.501,5	5.465,0	9.889,7
Total de Exportações (FOB)	50.674,0	56.627,0	56.438,0	61.671,0	111.996,9	67.062,0	75.485,6
PRODUTOS IMPORTADOS							
Produtos Alimentícios	30.406,5	32.790,7	31.976,7	31.395,3	39.470,2	37.422,8	35.949,3
Outros produtos de consumo	4.186,0	5.930,2	7.093,0	8.255,8	9.819,3	8.077,5	8.377,8
Energia/Combustíveis	20.290,7	24.534,9	23.837,2	24.534,9	26.080,6	19.339,1	22.504,4
Matérias-Primas e bens intermediários	9.186,00	9.418,6	9.651,2	10.348,8	13.453,5	11.507,3	12.324,4
Bens de capital	22.430,00	23.256,0	29.767,0	30.465,0	33.816,0	25.260,0	19.770,4
Produtos diversos	7.061,30	7.568,4	9.043,0	8.193,3	9.159,1	6.293,1	6.104,0
Importações totais de bens CAF	93.560,70	103.498,6	111.368,5	113.193,2	131.798,8	107.900,0	105.030,4
Total Importação bens (FOB)	80.462,20	89.008,8	95.776,9	97.346,1	113.347,0	92.794,0	90.326,1

Fonte: Dados do BCEAO 2013, elaboração do autor.

Conforme a tabela 17, o valor das importações (FOB) em 2013 diminuiu 2,7%, depois de cair 18,1% em 2012 (correspondentes 35.949,30 milhões de FCFA em 2013 contra 37.4222,80 milhões e 39.470,20 milhões em 2011 respectivamente). Ele ficou em 90.326,10 milhões de FCFA contra 92.794,0 milhões em 2012. Essa variação é explicada pela recuperação tímida da atividade em 2013, o que resultou em uma diminuição das compras de alimentos (-3,9%) e bens de capital (-21,7%), cujo impacto foi mitigado pelo aumento das importações de bens consumo (3,7%), produtos petrolíferos (16,4%) e bens intermediários (7,1%).

A estrutura das importações em 2013 é feita na sequência dos géneros alimentícios 35.949,30 milhões de FCFA (34,2%), produtos de energia 22.504,40 milhões de FCFA (21,4%), bens de equipamentos 19.770,40 milhões de FCFA (18,8%), bens intermediários e matérias-primas 12.324,40 milhões de FCFA (11,7%), outros bens de consumo 8.377,80 milhões de FCFA (8,0%) e outros bens diversos 6.104,0 milhões de FCFA (5,8%).

As importações de produtos alimentares, que consiste principalmente de arroz e trigo, que representam o maior item de alimentos. O peso pesado de produtos de grãos (60,4%, incluindo 51,9% para o arroz) nas importações de alimentos destaca a necessidade de aumentar a produção de alimentos para reduzir a dependência vis-à-vis a partir do exterior. Em 2013, o valor das importações de arroz diminuiu 13,1%, em relação ao declínio demanda interna, provocada em particular pelo aumento de 11,2% na produção local. O declínio do comércio de arroz contra caju muitas vezes feito pelos operadores envolvidos no âmbito da campanha de comercialização da castanha de caju também contribuiu para o declínio das importações de arroz. O valor das importações de trigo mostra estabilidade e açúcar importações relativos subiu 2,5%. (BCEAO, 2013 p.18).

As compras externas de produtos energéticos foram-se registado regularmente entre 2000 e 2011, e o ritmo de crescimento acelerou acentuadamente a partir de 2005. Estes produtos, que ocupava o último lugar no ranking das importações sobre o período 2000-2004, ocupa o segundo lugar no período 2005-2011. Portugal e Senegal foram os principais fornecedores do país em produtos energéticos. Em 2013, as compras de produtos petrolíferos aumentaram 16,4%, após uma queda de 25,8% em 2012, em comparação com uma melhoria da procura interna, impulsionada por uma maior atividade no setor de comercialização do caju que induziu demanda adicional combustível para o transporte das zonas de produção de caju no porto de Bissau. Assim, o volume de importações petróleo subiu 15,5% e o impacto foi acentuado pelos preços ligeiramente mais elevados. As compras de bens intermediários, composto em grande parte de materiais de construção subiram 7,1% depois de cair 14,5% em 2012. Esta tendência é especialmente em relação à retomada da atividade nos edifícios do sector suportado pela construção contínua de um novo complexo de edifícios dos ministérios. (Idem, Idem p.18).

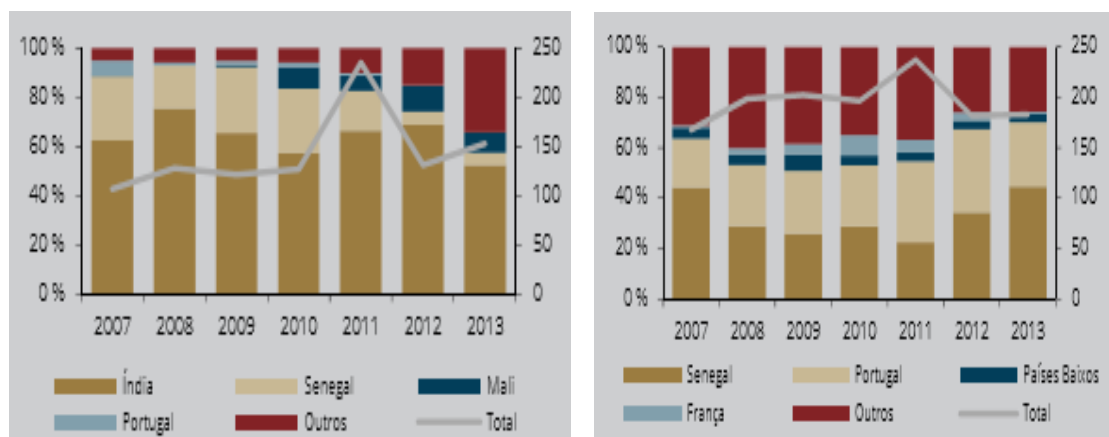
As importações de bens de capital aumentaram 2,7% em média por ano entre 2000 e 2011. O dinamismo da obtenção de tal propriedade está relacionado com a execução de programas de construção de infraestruturas públicas. Os bens de capital são importados de Portugal, Senegal, Espanha, China e Alemanha. Esta dinâmica não tem continuado e o declínio que começou em 2012 foi prorrogado em 2013. Assim, as importações de bens de

capital caíram 21,7% em 2013, em conexão com uma diminuição de 25,2% as importações de máquinas elétricas. Várias importações do produto caíram 3,0% após um declínio de 31,2% em 2012. Isto segue um declínio nas importações de outros produtos. (Idem, Idem p.19).

Tradicionalmente os parceiros comerciais da Guiné-Bissau, ou seja, o comércio externo do país era e é orientado para os mercados do norte ao invés de vizinhos e a especialização está enraizada na vantagem comparativa em relação ao produto que oferece ao mercado dos países desenvolvidos. Assim, a base econômica para a troca significativa entre vizinhos e dentro do bloco regional permanece reduzida.

GRÁFICO 11: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU POR DESTINO (2007-2013)

A – Exportação em %, (em US\$ milhões) B– Importação em %, (em US\$ milhões).



Fonte: Banco de Portugal (2014).

Nota-se no gráfico 11, a estruturação da exportação da Guiné-Bissau é predominantemente fora da UEMOA. A Índia é o principal destino das exportações do país com mais de 80% do total das exportações. Devido à reduzida diversificação na sua pauta exportadora, o país é ainda totalmente dependente da castanha de caju. Isso o deixa mais vulnerável às flutuações dos preços de mercado internacional, de igual modo ao ano 2011 onde o preço no mercado internacional era favorável e uma excelente campanha explica o pico ocorrido neste ano. Enquanto as importações, a Guiné-Bissau faz parte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e por coincidência

Senegal faz parte deste bloco de comércio livre, incluindo a Tarifa Externa Comum (TEC) que, com a livre circulação de bens e serviços entre os países membros, Senegal torna-se o principal fornecedor da Guiné-Bissau em segundo lugar vem Portugal conforme demonstrado o gráfico.

As exportações de serviços registraram um forte aumento desde 2008, particularmente, em relação a uma melhor consideração das receitas do turismo. Os outros serviços também registraram um aumento significativo a partir de 2009, relacionado com o aumento dos serviços de telecomunicações e financeiros, graças ao desenvolvimento registrado no setor da telefonia móvel e instalação de novos bancos na Guiné-Bissau. Em 2013, as exportações de serviços aumentaram após um declínio acentuado em 2012. Eles chegaram 18,842 milhões FCFA, contra 11,071 milhões FCFA em 2012. A rubrica "viagens" foi para cima, situando-se em 8,592 milhões em 2013 contra 3,393 milhões em 2012, relacionadas com o aumento das receitas do turismo, o que reflete um retorno gradual à normalidade depois da queda de 95,5% observada em 2012. (BCEAO, 2013 p.23).

Também segundo este relatório do BCEAO (Balance Des Paiements Et Position Exterieur Globale), as importações de serviços aumentaram acentuadamente desde 2008, particularmente nas viagens de turismo. Os outros serviços também registraram um aumento significativo a partir de 2009, em conexão com a progressão dos serviços (jurídicos, de contabilidade, consultoria empresarial, publicidade, pesquisa de mercado...) suportada pelas empresas, incluindo as que operam nas telecomunicações e serviços financeiros. Em 2013, as importações de serviços foram localizadas 43,093 milhões FCFA, contra 37,018 milhões FCFA em 2012, um aumento de 6.075,1 milhões. A posição "Transporte", o que representa 34,6% das importações de serviços diminuíram, referente ao declínio no transporte de mercadorias, induzido pelo declínio das importações. (Idem, Idem p.24).

A posição do turismo, que representa 31,2% das importações de serviços, registrou um crescimento de 3.304,2 situando-se em 13.426,1 milhões FCFA em 2013 contra 10.124,9 milhões FCFA em 2012. Quanto às importações provenientes de outros serviços Eles subiram 5.123,6 milhões FCFA, em comparação com um aumento das importações de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação. (Idem, Idem p.24).

4.4.3. Transferências de Capitais e Conta Financeira

O saldo da conta de capital mostra um relativamente estável, atingindo 15.822,1 milhões de FCFA em 2013 contra 15.863,0 milhões de francos CFA no ano anterior. Transferências para o financiamento de determinados projetos públicos diminuíram como resultado da crise pós-eleitoral que levou alguns parceiros financeiros para continuar a financiar projetos em setores como educação e saúde, através de ONGs. Isso explica o forte aumento das transferências recebidas por outros setores, principalmente as ONGs. Com a suspensão desde abril de 2012, o financiamento da UE, o BAD e WB, os projetos estaduais que receberam financiamento em 2013 são, principalmente, a construção da sede da Comissão da UEMOA, reabilitação obras-Farim rodoviárias em curso Mansoa (BOAD) e a reabilitação do Palácio Presidencial (China). (BCEAO, 2013 p.26).

Enquanto a conta financeira, de acordo com o BCEAO inclui a aquisição líquida de ativos financeiros e os aumentos líquidos no passivo vis-à-vis não residentes. É composto por investimentos diretos, investimento em carteira, derivados financeiros e outros investimentos. Quadro 16 mostra a evolução da conta de 2007-2013. (Idem, Idem p.28).

O investimento direto consiste em capital novo, lucros reinvestidos e contas a receber e passivos entre empresas coligadas. Em 2013, as entradas líquidas de investimento direto estrangeiro, isto é, o estoque de investimentos privados não residentes em valores representa individualmente pelo menos 10% do capital social, têm um aumento de 9.701,90 milhões de FCFA em 2013 contra 3.458,20 milhões em 2012. Em relação ao PIB, os fluxos líquidos de investimento direto são de 1,7% em 2013 contra 0,7% em 2012. O aumento do IDE impulsionado pela contínua construção do complexo do hotel, cujo custo total é estimado em 30 bilhões de FCFA. No total, em 2013, os principais beneficiários destes fluxos são setores, comerciais e, especialmente, a indústria hoteleira e da construção. (Idem, Idem p.29).

Estas participações diretas são principalmente da Guiné Equatorial 5 milhões, outros países da zona UEMOA 2.927 milhões e Espanha 1.167,4 milhões de FCFA. Para os instrumentos, esses fluxos são induzidos aprimoramentos do montante de capital para 7.344,1 milhões de FCFA e novamente a compensar no valor de 1.319,3 milhões. Mutuários transações,

empréstimos comerciais e depósitos mantiveram-se marginais. (Idem, Idem p.29).

4.5. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU A UEMOA

A integração econômica regional é vista como um processo onde diversos países decidem junto constituir-se como grupo econômico regional. Com os objetivos definidos neste processo podendo ser de diferentes formas; atualmente o econômico tem sido demonstrado de modo mais expressivo. Neste caso, maiorias dos analistas do processo de integração econômica defendem que ele tendo sido não só como instrumento de objetivar os crescimento econômico, tentando fazer frente ao fenômeno da globalização do mercado, com a proteção dos mercados regionais. Portanto, esse processo de integração trata-se de mecanismo pelo qual justifica um meio e não de um fim, sendo, entretanto, como a trajetória natural para alcançar o desenvolvimento econômico.

Segundo Robert Gilpin referenciando o Paul A. Samuelson, um dos maiores economistas do século 20, observou uma vez que o princípio da vantagem comparativa foi à única ideia grande que economia tinha produzido que era verdadeiro e surpreendente. É também uma das teorias mais antigas da economia, geralmente atribuídas a David Ricardo. A teoria sustenta o argumento econômico para livre comércio. Ele mostra como os países podem ganhar com a negociação com o outro, mesmo que um deles é mais eficiente - ele tem uma vantagem absoluta - em todo o tipo de atividade econômica. A vantagem comparativa é sobre como identificar quais as atividades que um país (ou empresa ou indivíduo) é mais eficiente em fazer. Nessa teoria, o mais importante é que cada país tem uma vantagem comparativa diferente. Se cada país especializasse em produtos em que detém uma vantagem comparativa, ambos irão ganhar com o comércio. Em essência, a teoria da vantagem comparativa diz que ele paga os países para o comércio, porque eles são diferentes. É impossível para um país não ter nenhuma vantagem comparativa em nada. Pode ser o menos eficiente em tudo, mas ainda terá uma vantagem comparativa na indústria em que é relativamente melhor. (GILPIN, 2001 p.79).

A economia da Guiné-Bissau continua defrontando com sérios problemas estruturais, apresentados pela ausência da diversificação da economia (dependente da exportação de castanha de caju), além da fraca infraestrutura (com poucas redes de transportes rodoviários e marítimos), fraca mobilização de recursos internos, falta de dinamismo e incapacidade do setor privado e fraco desenvolvimento do capital humano (mão de obra precária e ineficiente). Precisaria de uma reestruturação profunda em diferentes setores para criar condições favoráveis e deixar economia do país mais competitiva a nível regional.

Desde maio de 1997 a Guiné-Bissau aderiu à União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), cuja moeda é Franco CFA, moeda única para os oito Estados membros: Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Porém, antes de mencionar algumas vantagens e desvantagens do país, é pertinente dar uma pequena introdução sobre a política económica usada quando o país usa moeda própria.

A taxa de Câmbio é um dos instrumentos políticos que o país usa quando tem moeda própria; é o valor da moeda de um país em relação aos outros. Se houver um grande déficit na balança de transações corrente o país pode estimular as exportações suscitando uma desvalorização da sua moeda (ou seja, fazendo com que ela depreciasse em relação às outras). Assim, tornando as importações mais caras na sua moeda, estimulando-se a substituição de produtos importados por produção interna e possibilitando exportações mais baratas em moeda estrangeira, aumentando a competitividade de produtos produzidos internamente nos outros países. O aumento das exportações e o efeito sobre as importações teriam como intuito reduzir o déficit da balança de transações correntes.

Um país membro da união económica e monetária perderia autoria de exercer a taxa de cambio como instrumento da política económica para fazer frente aos possíveis déficits externos. Nesse caso, o país naturalmente usa outro instrumento de política económica – política fiscal, com aumento de imposto, redução dos gastos públicos (cortes), que por sua vez, não seria eficaz na redução dos déficits externos, pois não opera sobre as exportações e pode provocar efeitos perversos na atividade económica gerando desemprego.

No caso da UEMOA a política monetária é definida por um órgão supranacional: o BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental), que implementar a política monetária dentro da união; garantir a estabilidade do sistema bancário e financeiro; implementar a política de taxa de câmbio e gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-membros. Assim, os países membros perdem autonomia de recorrer à emissão de moeda para suprir ou financiar seus déficits públicos. Além de Estados membros serem obrigados a respeitarem e cumprirem as políticas de convergência.

Sendo assim, demonstraremos as vantagens e desvantagens da adesão da Guiné-Bissau ao UEMOA.

4.5.1. Vantagens

A decisão de adesão da Guiné-Bissau à UEMOA foi importante, pois permitiu sem levar muito tempo, o controle da Inflação que antes ficava sempre acima de dois dígitos, também o país conseguiu obter a taxa de câmbio estável (Eliminação do risco cambial e dos custos de conversão nas transações com o exterior liquidadas nessa moeda, o que é um benefício significativamente relevante) controlada pelo banco central da união (BCEAO) e taxas de juros moderadas (ou seja, uma política macroeconómica que privilegie a todo o custo a estabilidade dos preços em contrapartida penhora o crescimento económico e geração posto do emprego, o que afetaria particularmente as economias menos desenvolvidas da união). Com um mercado maior deixaria o país atrativo para os investidores externos e uma mudança de foco dos agentes económicos, para atividades especulativas através da venda de títulos e outras operações que possibilitariam direcionar esses recursos para as operações de produção. Vale ressaltar que a Guiné-Bissau nunca teve bolsa de valores e continua não tendo. Hoje através da bolsa de valor da UEMOA o país lança títulos para captar recursos e financiar os projetos do governo, porém a sua participação ainda muito rudimentar comparando com os países membros.

Ao nível organizacional e institucional, a união oferece muitas vantagens e com um quadro multilateral de vigilância, incentiva à modernização e ajustamento estrutural da economia, um mercado financeiro regional e adoção de solidariedade entre os parceiros. Integração do país a UEMOA deveria, portanto, contribuir para o aumento do potencial da produção da Guiné-Bissau,

incentivar empresário nacional a ser mais competitivo devido o ganho em escala que o mercado proporciona. Estas economias de escala poderiam levar a que empresas exportadoras da castanha de caju tenham vantagens e contribuam para incremento dos investimentos e crescimento econômico do país e podendo diminuir seus custos de *inputs*. Considerando neste caso, a tarifa Externa Comum (TEC), livre circulação de bens e serviços que possibilita um ambiente mais competitivo, liberando ao mais robusto.

Por outro lado, além reforçar a credibilidade da economia Guineense é uma forma de impor disciplina monetária e facilitar inserção maior no mercado internacional através da negociação em bloco, ganha mais poder de barganha, uma redução do déficit da conta corrente externo, uma consolidação do sistema financeiro interno (hoje o país possui seis bancos comerciais privados que antes não passava de um banco, o setor era dominado pelos bancos públicos), mesmo assim a função creditícia continua limitada ou quase inexistente para população comum, pequenos empreendedores e para o setor produtivo (setor agrícola).

Contudo, é cada vez mais explícito avanço nas trocas comerciais dentro da União, porém ainda considerada insuficiente. É de salientar que a União Europeia continua sendo maior parceiro comercial da UEMOA (explicitando irrecusável desvio de comércio), no caso concreto da Guiné-Bissau conforme demonstrados nos itens atrás, as exportações a Índia é de longe o maior parceiro comercial do país e há um aumento progressivo das importações provenientes da União principalmente vindo do Senegal e de Portugal por fora da união. Desde adesão do país em 1997 a importação de bens do Senegal vem tendo o crescimento ascendente em relação ao Portugal que apresenta quadro decrescente de sua exportação para Guiné-Bissau, isto se deve à vantagem proporcionada pela integração entre os dois países da União.

Resumidamente, o país goza das condições naturais boas para cultivo agrícola devido a sua situação climática em comparação com maioria dos países da união, também goza da excelente localização geográfico, banhado ao Oceano Atlântico com vários rios e ilhas que facilitariam a construção de infraestruturas marítimas aproveitando má locação de alguns países da união sem saída para o mar (marítima) para servir como solução de escoamento e entrada de mercadorias destes países.

4.5.2. Desvantagens

A adesão da Guiné-Bissau a UEMOA implica na perda de autonomia das políticas monetárias e cambiais como instrumentos de política macroeconômica. E com a independência do banco central (BCEAO) para fazer política monetária e tendo como foco central a estabilidade dos preços a qualquer custo, uma economia como da Guiné-Bissau que precisa de um crescimento médio anual de 7%, ficaria difícil alcançar essa meta. A insistência da inconsistência (instabilidade) política, fragilidade do Estado (fragilidade das instituições do Estado), a infundável irresolução política e a sucessão de Governos de curta duração, culminariam na incapacidade de progredir, a médio e longo prazo, políticas de promoção de boa governança. O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau ainda é fraco e precário. A instabilidade política há várias décadas não conseguiu criar as melhores condições de execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis.

Desde que o país aderiu a UEMOA mergulhou-se desde então na crise política sem fim. A Guiné-Bissau não consegue competir de igual com qualquer país da União, quase tudo é importado do Senegal, desde produtos básicos para alimentação até os mais supérfluos. Portanto, quem beneficia com adesão da Guiné-Bissau a UEMOA até agora é o Senegal devido aproximação geográfica e possuir a estrutura e capacidade produtiva bem melhor.

É concebível e perceptível para qualquer nação ou governante que o desenvolvimento do setor privado é indispensável e crucial para o desenvolvimento socioeconômico para qualquer país. A Guiné-Bissau, como Estado frágil, enfrenta sérios problemas da melhoria do ambiente de negócios. Um sistema de regulamentação complexa piorada pela instabilidade cria espaço para a corrupção e enfraquece ainda mais a situação do país.

O país hoje possui como seu principal porto, Porto de Bissau, que cobre mais de 85% de fluxos comerciais segundo Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR) através do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II). Ainda segundo este documento, as tarifas são elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga). Além disso, enfrenta enormes problemas com mão de obra qualificada e financeira para fazer face ao plano de reestruturação e de

modernização a médio e longo prazo. Também, ainda continuando com o relato do documento, as infraestruturas rodoviárias são precárias e insuficientes, além quando durante a estação chuvosa ficam quase intransitáveis para caminhões de grande porte. Isto representa uma série de problemas para o escoamento dos produtos agrícolas, principalmente a castanha de caju. (MEPIR, 2011 p.32).

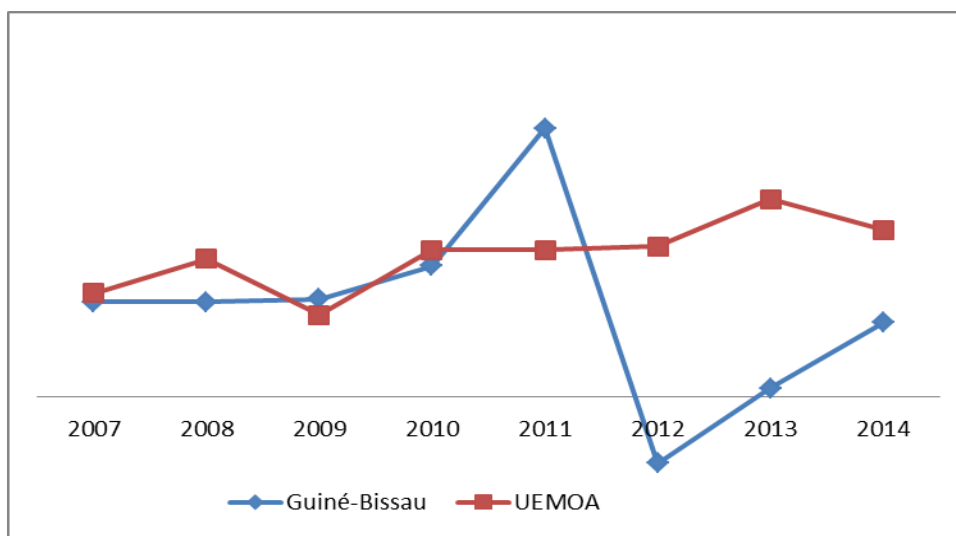
Segundo *United Nations Development Programme (UNDP) - Etude sur les sources de la croissance économique en Guinée Bissau*, produtividade do trabalho tem sido muito baixa e mesmo negativa. Esta tendência desfavorável é principalmente devido à fraqueza da transformação de investimento de capital e destruição de equipamentos já existentes pelo conflito armado de 1998. Outra explicação para esta mudança vem do ambiente desfavorável para negócios e macroeconômico e institucional. Pois, é de notar que a instabilidade política e a deterioração da situação macroeconômica não permitiram que a Guiné-Bissau a beneficiasse de taxas de crescimento significativas. Portanto, ainda são necessários esforços consideráveis para que o país atinja o nível médio da produtividade da maioria dos países africanos (UNDP, 2010 p.16-19).

Da mesma forma, Guiné-Bissau não oferece estabilidade política, sinônimo de ativos para atrair investidores. A qualidade da governação no país é péssima comparando com maioria dos do bloco. No entanto, o país precisaria solucionar suas guerrilhas internas e criar condições adequadas para atrair investidores e impulsionar o crescimento econômico. Por isso, é necessário identificar os possíveis setores mais fortes da economia guineense. A este respeito, verificam-se claramente quatro setores. **Estes são: (i) produção de arroz; (ii) de pesca; (iii) da castanha de caju; (iv) o turismo.** No entanto, é essencial e imprescindível que os setores identificados sejam levados em consideração para um projeto de desenvolvimento e que as estratégias e as políticas estejam definidas para garantir o relançamento da produção nestes setores. Os pontos fortes significativos nas áreas de pesca e castanha de caju e uma série de setores com potencial de crescimento comprovado, particularmente no sector agrícola, mas para o qual tem sido falhado até agora de estabelecer umas bases competitivas sustentável, que criasse emprego e renda sustentável.

Outros setores que merecem especial atenção são Setores da eletricidade e de telecomunicações, considerados como elementos-chave da infraestrutura econômica básica, pois, para o empreendimento terá um grande impacto sobre a competitividade da economia guineense. Portanto, o desenvolvimento e a modernização de eletricidade é uma grande questão estratégica para o desenvolvimento de todos os setores, em especial o setor agrícola "produção de alimento" com base na modernização e transformação de produtos agrícolas. Além disso, telecomunicações seriam ferramentas propícias para organizar e acelerar o processo de melhoria da produtividade.

O gráfico 12 compara o comportamento do crescimento anual do PIB da Guiné-Bissau em relação a UEMOA, entre 2007 a 2014.

GRÁFICO 12: COMPARAÇÃO DO PIB DA GUINÉ-BISSAU E UEMOA (2007-2014).



Fonte: Dados de Banco Mundial (2014). Elaboração do autor.

Notam-se oscilações bruscas no ano 2011, onde a economia da Guiné-Bissau alcançou o pico, isto se deve a boa campanha de castanha de caju, o ano registrou uma produção recorde culminando com aumento do preço deste produto no mercado internacional. Em 2012, a situação reverteu-se, e o PIB da economia guineense caiu para um patamar negativo conforme ilustra o gráfico, isto, devido o golpe militar que ocorreu neste ano e paralisou quase totalmente

todas as atividades econômicas do país e o congelamento de ajuda externa que país recebia.

Após golpe e a suspensão das operações por parte da maioria dos parceiros internacionais, resultou na interrupção dos projetos e programas do governo, pois a redução de apoios teve grande peso sobre a receita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação estrutural e diversificação da produção têm o potencial de estimular o crescimento e reduzir a volatilidade na UEMOA. Através da readequação de recursos de setores de baixa produtividade, como a agricultura proporcionando a modernização e inovação. Transformação estrutural também, pode ocorrer "dentro de setores" criando ganhos de produtividade através, por exemplo, da implementação de melhorias de qualidade de produtos e serviços existentes, com foco na produção relativamente de alta atividade valor agregado, ou a diversificação para novos produtos de alto valor agregado. Diversificação das exportações não só pode trazer benefícios de crescimento, mas também reduzir a volatilidade do crescimento, uma vez que novos produtos e serviços são susceptíveis de serem objetos de diferentes choques de demanda e oferta do que os já existentes.

Mesmo com o quadro otimista no que concerne o comércio intra-UEMOA, ainda está em contraste gigantesco com relação a alguns blocos econômicos cuja estrutura econômica é heterogênea e complexa, exemplos de alguns países asiáticos e da União Europeia, onde níveis de comércio intrabloco são muito mais elevados, geralmente acima de 60% do total. Esta comparação é importante, pois as Comunidades Econômicas Regionais Africanas (CERs) são de inspiração do modelo europeu, incentivado e apoiado por várias agências europeias doadoras. Porém, a integração econômica regional europeia está enraizada no intra, baseada na especialização complexa entre as economias grandes e amplamente diversificada.

Diante disso, o processo da globalização que ilusoriamente aparenta caminho certo para que os países em desenvolvimento se inserem no avanço tecnológico e obter transferência por parte dos países desenvolvidos, parece aprofundar cada vez mais o intervalo tecnológico entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. E é fácil de entender porque no mundo moderno, dominado pelas inovações da terceira revolução industrial que caminha na direção da robótica e de uma tecnologia híper avançada, que vem gerando mudanças radicais no processo produtivo e alterando substancialmente as escalas de produção pelo efeito da automação, no

entanto, a África ainda encontra-se excluída. Todo este processo apresenta enormes consequências para os países da UEMOA e em toda África, muito embora suas economias tenham crescido ao longo das últimas duas décadas.

A fragilidade e a dependência que estes países demonstram perante a qualquer oscilação ou desaquecimento dos preços de *commodities* ou produtos primários exportados é preocupante, tendo em vista que, suas economias são extremamente dependentes da exportação. As transformações verificadas durante o período compreendido entre ano 2000 e 2013, com aumento do fluxo e do estoque de investimento direto externo, demonstram que o desenvolvimento da economia africana está indo para direção que não a diminui da dependência, pelo contrario, boa parte destes investimentos foram direcionados para industrias extrativas de mineração, fugindo totalmente da necessidade que os países precisam para diminuir agravamento dos termos de troca através do desenvolvimento da industria local, assim criando condições econômicas mais sólidas e menos dependentes do setor externo.

Em vista disto, é de salientar que, a economia da UEMOA apresenta características de uma economia que ainda não se desvinculou dos interesses das metrópoles. Tanto nas atividades minerais como nos cultivos agrícolas, pautados pela exportação de seus recursos naturais no estado bruto, resultados de uma indústria extrativa exclusivamente voltada à exportação. Portanto, assim, evidência a desarticulação interna e uma demonstração de profunda dependência ao mercado externo.

É de suma relevância mencionar aqui a importância da China nas economias dos países membros da UEMOA e em África, embora não seja objeto de discussão no decorrer da dissertação. A contribuição da China na mudança estrutural nas economias destes países, tanto ao nível de cooperação política, no setor externo, seja pelo destino, pela composição das exportações e importações, seja pelo aumento da demanda que ela proporcionou. Ou seja, há possibilidade de uma vantagem residir na expansão do comércio Sul-Sul, que não está diretamente ligada aos ciclos econômicos dos países desenvolvidos. Como alguns grandes países em desenvolvimento da Ásia estão se tornando cada vez mais motoras do crescimento, estas estruturas pode ser benéfica para a UEMOA, apresentando oportunidades para aumentar as exportações de produtos primários e de recursos naturais. Por

outro, um foco renovado sobre produtos não processados, tradicionais implica o risco de uma desaceleração na industrialização e diversificação, e em alguns casos, até mesmo uma inversão. Assim, os esforços para apoiar o desenvolvimento de indústrias de manufatura, incluindo através da intensificação do comércio regional, não devem ser negligenciados.

É possível verificar uma tendência decrescente da participação do setor agrícola no PIB dos países da UEMOA em benefício dos setores de serviços, porém esta tendência vai dependendo da característica econômica de cada país, por exemplo, Senegal, o tamanho do setor de serviços representa 65% enquanto na Guiné-Bissau não passa de 24%. Portanto, os avanços observados durante este período (década de 2000 até 2013), conforme discutido ao longo do capítulo terceiro, o setor de serviços foi o que mais cresceu, correspondendo mais de 50% (por cento) da atividade econômica, enquanto a agricultura e indústria representam cerca de 30% e 20% (por cento), respectivamente.

Em vista desses desafios, maioria dos líderes e dirigentes africanos viram que é preciso um novo rearranjo, uma articulação política conjunta em direção aos principais objetivos definidos desde o movimento pan-africanismo e a pós-independência. Uma integração econômica que visa, tomadas de medidas a nível regional e sub-regional que permitissem o desenvolvimento econômico dos países africanos, de forma reverter-se à dependência neocolonial. O desempenho dos blocos regionais é limitado principalmente por problemas de variação de condição inicial, questões de compensação e verdadeiro compromisso político. Assim, a necessidade dos países de promover a integração não apenas como persistência ideológica de uma África unida, mas mais importante como estratégia de sobrevivência econômica destinada a combater a sua participação marginal na economia global.

Entretanto, seguindo a teoria econômica, o processo da integração africana carece dos três principais aspectos que possam fazer com que uma integração econômica tipo da UEMOA alcance o resultado almejado: as economias dos países membros sejam fortemente concorrentes e complementares; as trocas comerciais entre os países membros estejam num nível elevado e a proporção do comércio de cada país membro seja menor que comércio exterior.

Nesse contexto, sendo economias cujas estruturas econômicas não são consistentes, cesta de produtos homogêneos e o aparelho produtivo deficiente cuja maior parte de seus abastecimentos internos é preenchida através de importações. Reforçando, segundo Dr^a. Nkosazana Dlamini Zima 25^a Cimeira da União Africana (2015 online) denuncia: *“o comércio entre os países africanos permanece abaixo dos padrões globais, embora seja verificado progresso em algumas regiões através das suas Comunidades Econômicas Regionais (CERs)”*. Diante dessa concepção da teoria clássica da integração, os países africanos não possuem características adequadas e que preenchem aspectos essenciais para uma integração econômica de sucesso. Sendo maioria destes países caracterizam-se por apresentar um ou dois produtos nos quais orientam sua exportação. Caso da Guiné-Bissau, a castanha de caju; Costa do Marfim, cacau e café sendo principais produtos de vendas; Senegal, amendoim representa principal produto de venda do país.

A instabilidade política, a presença de insurgentes (rebeldes) em alguns Estados membros da UEMOA e o fraco investimento em infraestrutura e nos setores primordiais (como setor agrícola e redes de transportes logísticas), foram e poderiam ser considerados como um dos fatores do Insucesso das propostas de desenvolvimento econômico e da fraca troca comercial entre países membros.

Como defendido nesta dissertação, a diversificação das economias da UEMOA é, portanto, uma entre outras, pré-condição para o processo de desenvolvimento sustentável. O baixo nível de investimento dos países da UEMOA comprometeu-se durante décadas e explica os resultados insatisfatórios dos países integrantes. Embora o aumento do nível de investimento possa ajudar a promover a diversificação e forma de alocação de investimento também é crucial. Para impulsionar a diversificação, os governos devem, portanto, conceber mecanismos de incentivo para estimular o investimento em novas atividades. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos em infraestrutura devem receber prioridade, o que irá por sua vez incentivar investimento privado.

Concluimos que, em especial, a integração econômica e monetária regional oferece vantagens em termos de estabilidade monetária (onde o controle de inflação foi um dos pontos positivo para todos os países da

UEMOA), o crescimento econômico, a competitividade, o aprofundamento dos mercados financeiros e maior participação na economia global.

A Guiné-Bissau beneficiou-se da estabilidade monetária, conseguindo controlar inflação que pairava acima de dois dígitos antes da adesão. Atualmente a média de inflação anual da Guiné-Bissau entre 1997 a 2013 situa em 3,5% a 4%. Embora oferecesse muito mais vantagens do que só o controle de inflação, como por exemplo, um mercado mais amplo, maior especialização da produção, aumento da concorrência, possibilidade de melhorar as condições de exportação para o exterior da área integrada, possibilidade de atrair investimento externo, etc., no entanto, devido à instabilidade política constante, conflito militar e frequentes golpes de Estado não permitiram o país criar condições de usufruir destas vantagens. Portanto, é muito difícil constatar de uma forma consistente e consolidada alguma vantagem proporcionada durante os 18 anos que a Guiné-Bissau aderiu a UEMOA, pelo contrário, desde que aderiu a UEMOA sequer ficou no mínimo dois anos ininterrupto sem instabilidade política.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento. Relatório Anual, 2010. Disponível em:

[http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AfDB%20Group%20Annual%20Report%202010%20\(Portuguese\).pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AfDB%20Group%20Annual%20Report%202010%20(Portuguese).pdf).

Acesso em 09/06/2014.

BANCO DE PORTUGAL. Séries Longas Macroeconômicas dos Países de Língua Portuguesa, 2015. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/Intervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Thumbnails/S%C3%A9ries%20longas%20macroecon%C3%B3micas%20dos%20Pa%C3%ADses%20de%20L%C3%ADngua%20Portuguesa.pdf>.

Acesso em 10/10/2015.

BCEAO – Banque Centrale des Etats de L' Afrique de L' Ouest. Rapport Annuel, 2014. Disponível em: <http://www.bceao.int/-Le-Gouverneur-.html>.

Acesso em 20/06/2015.

BCEAO. Balance des paiements et position extérieure globale, 2013.

Disponível em: <http://www.bceao.int/Balance-des-paiements-des-Etats-de-3138.html>. Acesso em 20/04/2015.

BCEAO. Cadre institutionnel/Organigramme. s/d. <http://www.bceao.int/-UMO,402-.html>. Acesso em: Janeiro 2016.

BCEAO. Rapport Annuel 2013. Disponível em:

http://www.bceao.int/IMG/pdf/rapport_annuel_de_la_bceao_2013.pdf.

Acesso em 20/04/2015.

BOAD – Banque Ouest Africaine de Développement, s/d. Disponível em:

<http://www.boad.org/en/support-private-sector-1>. Acesso em 25/06/2015.

BOAD – Organigramme General Boad – Decision, 2013. Disponível em:

http://www.boad.org/sites/default/files/organigramme_boad_decision-2013-0391.pdf. Acesso em 25/06/2015.

BOAD - Etude Sur L'entretien Routier Dans Les Pays De L'union Economique Et Monetaire Ouest Africaine (Uemoa) : Bilan Des 50 Dernieres Annees Et Perspectives, 2014. Disponível em:

http://www.boad.org/sites/default/files/150813_agecet_diwi_rapport_prover_01.pdf. Acesso em 26/06/2015.

BOAD - Rapport Annuel, 2014. Disponível em:

<http://www.boad.org/sites/default/files/rapportannuel2014-fr-interactif.pdf>. Acesso em 22/05/2015.

- BM – Banco Mundial. Lowering the Cost of Payments and Money Transfers in UEMOA. Part I, Facilitating Cross Border Trade In Goods And Services Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Defrag_Afr_English_web_version-Part_1.pdf. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Benin. Sub-Saharan Africa (developing only), 2015. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/benin>. Acesso em: janeiro, 2016.
- _____. Burkino Faso. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponivel em: <http://data.worldbank.org/country/burkina-faso>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Costa do Marfim. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponivel em: <http://data.worldbank.org/country/cote-divoire>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Guiné-Bissau. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/guinea-bissau>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Guiné-Bissau (online), s/d. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=GNB&series&period>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Mali. Sub-Saharan Africa (developing only) s/d. Disponivel em: <http://data.worldbank.org/country/mali>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Niger. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponivel em: <http://data.worldbank.org/country/niger>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Senegal. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/senegal>. Acesso em janeiro, 2016.
- _____. Togo. Sub-Saharan Africa (developing only), s/d. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/togo>. Acesso em janeiro, 2016.
- CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - Etude d'Impact de l'offre d'accès aux Marchés sur les Pays de l'Afrique de l'Ouest dans le Cadre de l'Accord de Partenariat Economique etude réalisé par le consortium pour la recherche économique et sociale, 2014. Disponível em: http://www.epa.ecowas.int/download/Francais/etudes_d'impacte_de_l'ape/ecowas/FES-ENDA-CRES-Etude%20d'E2%80%98Impact%20de%20L'E2%80%98APE.%20Jul%202011.pdf. Acesso em 20/04/2015.
- _____. História. ecoslate.github.io/sobre-cedeao/historia/-lang%3Dpt-pt.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. s/d.

- _____. Traité révisé de la Communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO). Burkina Faso, 24/07/1993. v.2373, l-42835.
<http://www.refworld.org/cgi> Acesso em: 20/04/2015.
- _____. Direction de Planning Stratégique. Vision à l'horizon 2020. Disponível em:
<http://www.spu.ecowas.int/document/vision/?lang=fr>.
Acesso em janeiro, 2016.
- EENI - Escola de Negócios. Comissão Econômica para a África (ECA).
<http://pt.reingex.com/CEA-Comissao-Economica-Nacoes-Unidas-Africa.asp>
- FMI – International Monetary Fund. West African Economic And Monetary Union 2015. Disponível em:
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15101.pdf>. Acesso em 20/6/2015.
- FMI – International Monetary Fund .Perspectives économiques régionales 2015. Disponível em:
<http://www.imf.org/external/french/pubs/ft/reo/2015/afr/sreo1015f.pdf>.
Acesso em 20/06/2015.
- FMI - Études économiques et financières: Perspectives économiques régionales (Afrique subsaharienne, maintenir le Cap) 2014. Disponível em:
<https://www.imf.org/external/french/pubs/ft/reo/2014/afr/sreo0414f.pdf>.
[Acesso em 20/06/2015](#).
- FMI. Études économiques et financières: Perspectives économiques régionales (Afrique subsaharienne, maintenir le Cap). Relatório 2014. Online.
- FMI - West african economic and monetary union (waemu) 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr1484.pdf>. Acesso em 20/01/2015.
- FMI - West african economic and monetary union (waemu) 2013. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr1392.pdf>. Acesso em 20/04/2014.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau 2014. Disponível em: http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/estatisticas_basicas.pdf. Acesso em 10/10/2015.
- INE - GUINÉ-BISSAU - Inquerito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza, 2010. Disponível em: <http://www.stat-guineebissau.com/nada41/index.php/catalog/7>. Acesso em 13/10/2014.

- INE - GUINÉ-BISSAU - Inquerito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza, 2011. Disponível em: <http://www.gw.one.un.org/publications/PAM/Resultados%20do%20inqu%C3%A9rito%20aprofundado%20sobre%20a%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20a%20vulnerabilidade%20nas%20zonas%20rurais%20da%20Guin%C3%A9-Bissau%20%E2%80%93%20Marco%202011.pdf>. Acesso em 13/10/2014.
- LUSOFONIA ECONOMICA. Guiné-Bissau: Integração Regional na CEDEAO e Relacionamento com os países da CPLP, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4327325-Guine-bissau-integracao-regional-na-cedeao-e-relacionamento-com-os-paises-da-cplp-maio-de-2014-parceiro-estrategico.html>. Acesso em 10/11/2015.
- MEPIR – Ministerio da Economia do Plano e Integração Regional, 2011. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II). Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>. Acesso em 20/08/2014.
- OMC – World Trade Organization. Rapport annuel 2015 de l'OMC. Disponível em: https://www.wto.org/french/res_f/publications_f/anrep15_f.htm. acesso em 22/05/2015
- PANAPRESS - Acordo de Parceria Economica CEDEAO-UNIÃO EUROPEIA, 2015. Disponível em: <http://www.panapress.com/Comissao-Europeia-esclarece-acordo-de-parceria-economica-UE-CEDEAO---12-630429471-106-lang4-index.html>. Acesso em 22/06/2015.
- UA - UNIÃO AFRICANA. “PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTRA-AFRICANO”, 2012. Disponível em: <http://pages.au.int/sites/default/files/Boosting%20IAT%20Assembly%20U%202%20%28XVIII%29%20Portuges.pdf>. Acesso em 20/01/2015.
- UA - AFRICAN UNION: a United and Strong África. Continental Free Trade Area (CFTA), 2012. Disponível em: <http://pages.au.int/cfta/pages/statistics-0>. Acesso em 20/01/2015.
- UEMOA – Union Economique et Monétaire Ouest Africaine(online), 2014. Disponível em: <http://www.uemoa.int/Pages/UEMOA/Organes%20de%20UEMOA/LesOrganesdirection.aspx>. Acesso em 20/01/2015.
- UEMOA - Union Economique et Monétaire Ouest Africaine. Disponível em: <http://www.uemoa.int/Organes/commission.aspx>. Acesso em 25/06/2015.
- UEMOA - Rapport 2014 de la surveillance commerciale dans l'espace UEMOA http://www.uemoa.int/Documents/Publications/Surv_Multilaterale/2014/RSM%2012%20d%C3%A9c%202014%20final_13%20fev.pdf. Acesso em 15/07/2015.

- UEMOA - Rapport Semestriel D'execution De La Surveillance Multilaterale, 2014. Disponível em: <http://www.20ans.uemoa.int/20ans-uemoa/service-du-developpement.html>.
- UNCTAD – United Nations Conference On Trade And Development. Economic Development in Africa. United Nations, 2014. Acesso em 13/08/2014.
- UNCTAD.UNCTADstat. Volume growth rates of merchandise exports and imports, quarterly, Q1 2005-Q3, 2015. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=99>. Acesso em novembro, 2015.
- UNDP/ONU. *Human Development Report 2014*. New York: UNDP, 2014. <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>. Acesso em novembro, 2015.
- UNECA - United Nations Economic Commission for Africa, 2012 Addis Ababa, Ethiopia. (2011). Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa. Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/iff_main_report_26feb_en.pdf. Acesso em 20/01/2015.
- UNECA - United Nations Economic Commission for Africa, 2013 Addis Ababa, Ethiopia. Harmonizing Policies to Transform the Trading Environment. Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria_vi_english_full.pdf. Acesso em 20/01/2015.
- UNECA - United Nations Economic Commission for Africa, 2012 Addis Ababa, Ethiopia. Assessing Regional Integration in Africa V: Towards an African Continental Free Trade Area. Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria5_print_uneca_fin_20_july_1.pdf. Acesso em 20/01/2015.
- UNECA - United Nations Economic Commission for Africa, 2004 Addis Ababa, Ethiopia. Assessing Regional Integration in Africa V: Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria1english_full.pdf. Acesso em 20/01/2015.
- UNDP - United Nations Development Programme, 2010. Etude sur les sources de la croissance economique en guinee bissau. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/guinea_bissau/docs/PovRed/UNDP_GW_Rapport_Source_croissance_2010.pdf. Acesso em 10/11/2015.
- USA. Acts. 16 Congress of United Stats of America (2ª Session). *Trade and Development Act of 2000*. http://trade.gov/agoa/legislation/agoa_main_002118.pdf. Acesso em janeiro 2016.

ZUMA, D. Opening Remarks. In: AFRICAN ECONOMIC CONFERENCE. Joanesburgo, 2013. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Johannesburg%20South%20Africa%20-%2028%20October%202013%20-%20Opening%20remarks%20by%20African%20Union%20Commission%20Chairperson-HE%20Dr.%20Dlamini%20Zuma%20to%20the%20Plenary%20session%20on%20Leadership%20of%20Regional%20Integration%20at%20the%208th%20African%20Economic%20Conference.pdf>. Acesso em 20/02/2015.

LIVROS E COLETÂNEAS

AMIN, Samir., Os Desafios da Mundialização. Tradução – Ivo Storniolo. São Paulo: Editora – Idéias & Letras, 2006.

BALASSA, Bella. Teoria da Integração Econômica. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.

BASTOS, C. R. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: 3ª Ed. Saraiva, 1995. (p. 26).

BOAHEN, ALBERT ADU. HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA : VII África sob dominação colonial (1880-1935). UNESCO Representação no BRASIL Ministério da Educação do BRASIL. Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CAMARA, S. Tenem. Lumo – Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lumo de Mafanco. Lisboa : ISCTE-IUL, 2010. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

CARBAUGH, R.J., Economia Internacional. Tradução – Roberto Galman. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Oscar V. Integração na atualidade : OMC e blocos regionais. São Paulo : Editora Unijui, 2008.

CARDOSO, Carlos & IMBALI, Faustino. Família. O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socioeconômico. Bissau: INEP, 1996.

CARVALHO, M. A. DE & SILVA, R. L. DA., Economia Internacional. São Paulo : Saraiva 4ª ed., 2007.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional : formação dos Conceitos brasileiros. São Paulo : Saraiva, 2008.

- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza : Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo : Moderna, 1999.
- DIAS, J. Rodrigues. *Agricultura. O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socioeconômico*. Bissau: INEP, 1996.
- FERNANDES, Joel Alo. *A Consolidação da União Africana e o desenvolvimento Sustentável: Novos Horizontes de Integração Econômica para Viabilizar o Mercado Comum da África*. Florianópolis: UFSC, 2012. [Tese de Doutorado em Direito].
- _____. *A Integração Econômica Como Estratégia De Desenvolvimento Do Continente Africano: Proposta De Fusão Entre A Comunidade Econômica Dos Estados Da África Ocidental (Cedeao) E A União Econômica E Monetária Da África Ocidental (UEMOA)*. Florianópolis: UFSC, 2007. [Dissertação de Mestrado em Direito].
- FERNANDES, L. N. *Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: União Econômica e Monetária do Oeste Africano*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado em Economia).
- FERREIRA, G. E., *A Teoria da Integração Econômica Internacional e o Modelo de Integração do Espaço Econômico Europeu*. Porto: Legis, 1997.
- FRANÇOIS, C., *A mundialização do capital*; tradução Silvana Finzi Foa. 1ª Ed. São Paulo : Xama, 1996.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca Gadelha. "Globalização e crise estrutural". In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Org. *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997. pp.51-72.
- _____. *Org. Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- GEDA, A. *Fundamentals of International Economics for Developing Countries: Volume I, Trade Theory and Policy*, Addis Ababa: Department of Economics, Addis Ababa University/ Nairobi: African Economic Research Consortium, in press, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *O Mundo na Era da Globalização*. Trad. Saul Barata. Lisboa: Ed. Presença, 2005.
- GILPIN, R. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*, 2001. Princeton University Press, Princeton.
- GOBBO, E. *MERCOSUL e a Livre Circulação de Mercadorias*. Dissertação. Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80369/179336.pdf?sequence=1>. Acesso em 10/01/2015.

- GOMES, Paulo. Investimento Público na Província Sul. Bissau: INEP, 1996.
- GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KELLY, D. 'Trade, Security and Globalization', in Kelly, D. and Grant, W. The Politics of International Trade in the Twenty-First Century, 2005. Palgrave macmillan, Basingstoke.
- KEMP, M. The Pure Theory of International Trade, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964.
- KENEN, P. B. Economia Internacional: Teoria e Política. Tradução – Silvio Dussel Schiros. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- KRUGMAN, Paul R. OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. 6ª Ed. Tradutor Técnico Liezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.
- KRUGMAN, P. Geography and Trade, 1991. Cambridge, MA: The MIT Press.
- MAANEN, B. Van. Economia. O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socioeconômico. Bissau: INEP, 1996.
- MARX, K. O Capital Livro 1 – O Processo de produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant'anna. São Paulo: Editora Civilização brasileira, 2008.
- MCKINNON, Ronald I. Monetary and exchange rates policies for international financial stability: a proposal. Journal of Economic Perspectives, v. 2, n. 1, p. 83-103, Winter 1988.
- _____. Optimal currency areas. American Economic Review, v. 53, p. 717-725, 1963.
- MONTEIRO, A. Isaac (Coord.). O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socioeconômico. Bissau: INEP, 1996.
- MUNDELL, R. A theory of optimal currency areas. American Economic Review, 51, 1961.
- MYRDAL, Gunnar. Perspectiva de uma economia internacional. Tradução de J. Régis. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.
- NTALAJA, Georges Nzongola; LOPES, Carlos (Org). Desafios Contemporaneos da África – O legado de Amilcar Cabral. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

- LOPES DA CRUZ, Jorge Manuel M. A. O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné- Bissau: Uma avaliação política e ética. Lisboa: ISCTE-IUL, 2007. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- OLIVEIRA, Odete M. De. União Europeia: processo de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999.
- OYEJIDE, A., ELBADAWI, I. and COLLIER, P. (eds) (1997) Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa, Volume I: Framework, Issues and Methodological Perspectives, London: Macmillan.
- PAIM, Márcio. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, NºXIII, Julho/2014. Pp.88-112. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88952/91815>. Acesso em 20/02/2015.
- PORTO, Manuel C. L. Teoria da integração e políticas comunitárias. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.
- RIBEIRO, Claudio Oliveira. Relações políticas comerciais Brasil-África. (1985-2006). São Paulo : FFLCH.USP, 2007. [Tese de Doutorado em Ciência Política].
- ROBINSON, P. (1996) 'Potential Gains from Infrastructural and Natural Resource Investment Coordination in Africa', in J.J. Teunissen (ed.), Regionalism and the Global Economy: The Case of Africa, The Hague: FONDAD.
- ROBSON, P., Teoria econômica da Integração Internacional. Tradução – Carlos Laranjeiro. Coimbra: Coimbra, 1985.
- RODRIGUES, Denise A & CAPUTO, Ana C. O projeto de integração da África: aspectos físicos, comerciais, financeiros e de investimento. Artigo. Revista do BNDES41, junho 2014.
- SANTOS, Antonio Carlos A. dos; MIYAZAK, Y. M. S; PINTO, C.H., Integração Econômica Regional. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 20ª ed. Rio Janeiro: Record, 2011.
- SALVATORE, Dominick. Economia Internacional. 6ª ed. Trad. Edith Zonenschoin. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.
- SILVA, K. de Souza., & COSTA, R. S. DA., Organização Internacionais de integração Regional: União Européia, Mercosul e UNASUL. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2013.

- SOBRINHO, Raphael J. B Pereira. A economia social de Angola e da África Subsaariana. São Pulo: EJR Xamã Editora, 2012.
- STIGLITZ, J. E. A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. 4.e. São Paulo: Futura, 2003.
- SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política Marxista. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SCHNEIDER, F. H. B. Filho & Tanzi, Vito; MACIEL, E. Arts;. Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2009.
- TESHOME, M. (1998) 'Multilateralism and Africa's Regional Economic Communities', Journal of World Trade, 32 (4): 115–138.
- VANEK, J. (1962) International Trade: Theory and Economic Policy, Illinois: Richard D. Irwin.
- VANEK, J. (1965) General Equilibrium of International Discrimination: The Case of Customs Unions, Cambridge: Harvard University Press.
- VINER, J. The Customs Union Issue, London: Stevens & Sons Limited, 1950.
- WALLERSTEIN, E. Capitalismo histórico & Civilização capitalista. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WOLF, P. J. W. Integração Regional e Convergência Econômica: Lições da Experiência Européia. Campinas, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/32131>. Acesso em 20/5/2015.

ARTIGOS

- AMIN, Samir: Os objetivos para o desenvolvimento do milênio: Uma crítica do sul. Disponível: <http://resistir.info/>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BADI, Mbuyi K. Integración regional en África: obstáculos y alternativas, 2009. Disponível em: http://www.novaafrica.net/documentos/archivo_NA25/06NA25.Kabunda91-112.pdf. Acesso em 20/10/2014.
- COLLIER, P. The Bottom Billion: Why the poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It, 2007. Oxford University Press, Oxfor.
- DRAPER, P. RETHINKING THE (EUROPEAN) FOUNDATIONS OF SUB-SAHARAN AFRICAN REGIONAL ECONOMIC INTEGRATION: A

POLITICAL ECONOMY ESSAY, 2010. Disponível em:
<http://www.oecd.org/dev/46013902.pdf>. Acesso em: 20/05/2015.

FOROUTAN, F. and L. Pritchett. "Intra-Sub-Saharan African Trade: Is It, 1993.

GEDA, A. 'Preferential Reductions of Trade Barriers: Some Theoretical Issues', OAU, Policy Analysis Support Unit, Economic Integration in Africa, 1999. Addis Ababa: OAU.

GEDA, A. 'Fiscal (Macro) Policy Harmonization in the Context of African Regional Integration'. A report submitted to Regional Integration and Cooperation Division of Economic Commission for Africa, ECA, Addis Ababa, November, 2001.

GEDA, Alemayehu & KIBRET, Haile. Regional Economic Integration in Africa: A Review of Problems and Prospects with a Case Study of COMESA, 2002. Disponível em:
<https://www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file28853.pdf>
. Acesso em 20/08/2014.

HAAS, Ernst B. *International Integration: The European and the Universal Process*. International Organization, 1961.
http://www.lsu.edu/faculty/lray2/teaching/7971_1s2009/haas1961.pdf.
Acesso em 20/08/2014

HIRST, Paul, and GRAHAME Thompson. "The Future of Globalization", *Cooperation and Conflict* 37(3) 2002.

KEMP, M. Three Topics in the Theory of International Trade: Distribution, Welfare and Uncertainty, Amsterdam: North Holland Publishing, 1976.

KEMP, M. and H. Wan. 'An Elementary Proposal Concerning the Formation of Customs Union', in J.N. Bhagawati (ed.), *International Trade: Selected Readings*, 1987. Cambridge: The MIT Press.

MENDES, Degol. Impacts Macroéconomiques de l'adhésion de la Guinée-Bissau à la zone UEMOA. *The West African Economic Review La Revue Economique de l'Afrique de l'Ouest*, 2012. Disponível em:
<http://www.amao-wama.org/fr/Publications/bulletin/WestAfricanECONOMICREVIEWVol1No1.pdf>. Acesso em 15/11/2014.

LIPSEY, R.G. 'The Theory of Customs Unions: A General Survey', 1960. *Economic Journal*, 70: 496–513.

LIPSEY, R. 'The Theory of Customs Unions: A General Survey', 1987. In J.N.

BHAGAWATI (ed.), *International Trade: Selected Readings*, Cambridge: The MIT Press.

- LONGO, R. and K. SEKKAT 'Obstacles to Expanding Intra-African Trade', 2001. OECD Technical Paper No. 169, Paris: OECD.
- LYAKURWA, W., A. McKay, N. Ng'eno and W. Kennes. "Regional Integration in Sub-Saharan Africa: A Review of Experiences and Issues", 1997. In A.
- OGUNKOLA, E.O. 'An Empirical Evaluation of Trade Potential in the Economic Community of Western States', 1994. AERC Research Paper, Nairobi.
- OSABUOHEIN, Evans & EGWKHE, Johnson. *Development, trade, and tariff nexus in África: challenges and choices*. Papers, 2010.
- OYEJIDE, T.A. "Policies for Regional Integration in Africa", 2000. Economic Research Papers, No. 62, The African Development Bank, Abidjan.
- YEATS, A. 'What Can Be Expected from African Regional Trade Arrangements?'. Policy Research Working Papers No. 2004, Washington, DC: The World Bank, 1999.

ENTREVISTA

- COUTO, Mia. "Moçambique – 30 anos de Independência, o futuro era melhor?" Conferência realizada em Deza Traverse, Suíça, por ocasião dos 30 anos de Independência de Moçambique. Junho 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50020/54152>. Acesso em: janeiro 2016.